

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
INTERMEDIÁRIAS

BRGAAP

1T2022

CAIXA



Índice

Página

Demonstrações Contábeis

Balancos Patrimoniais Intermediários.....	2
Demonstrações Intermediárias do Resultado	3
Demonstrações Intermediárias do Resultado Abrangente	4
Demonstrações Intermediárias das Mutações do Patrimônio Líquido	5
Demonstrações Intermediárias dos Fluxos de Caixa	7
Demonstrações Intermediárias do Valor Adicionado	8

Notas Explicativas

Nota 1 – Contexto operacional.....	9	Nota 18 – Outros passivos financeiros	62
Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis	10	Nota 19 – Provisões	63
Nota 3 – Principais práticas, julgamentos e estimativas contábeis	12	Nota 20 – Tributos.....	68
Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa.....	18	Nota 21 – Benefícios a empregados.....	71
Nota 5 – Depósitos no Banco Central	19	Nota 22 – Outros passivos	71
Nota 6 – Aplicações interfinanceiras de liquidez..	19	Nota 23 – Patrimônio líquido.....	71
Nota 7 – Títulos e valores mobiliários.....	21	Nota 24 – Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	73
Nota 8 – Instrumentos financeiros derivativos	30	Nota 25 – Despesas de pessoal	73
Nota 9 – Carteira de crédito.....	35	Nota 26 – Outras despesas administrativas.....	74
Nota 10 – Outros ativos financeiros	42	Nota 27 – Despesas tributárias	74
Nota 11 – Investimentos.....	43	Nota 28 – Outras receitas operacionais	75
Nota 12 – Imobilizado de uso	50	Nota 29 – Outras despesas operacionais	75
Nota 13 – Intangível	51	Nota 30 – Constituição e reversão de provisões...	76
Nota 14 – Outros ativos.....	51	Nota 31 – Resultado não operacional	76
Nota 15 – Recursos de clientes	53	Nota 32 – Partes relacionadas	76
Nota 16 – Recursos de instituições financeiras e outras	55	Nota 33 – Gerenciamento de riscos e de capital..	84
Nota 17 – Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	58	Nota 34 – Resultado recorrente e não recorrente .	85
		Nota 35 – Outras informações	86
		Nota 36 – Eventos subsequentes	88
Relatório do Auditor Independente	90		
Parecer do Conselho Fiscal	93		



Balancos Patrimoniais Intermediários

ATIVO	Nota	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
		31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
DISPONIBILIDADES	4	10.946.199	12.349.967	10.946.231	12.370.639
ATIVOS FINANCEIROS		1.434.202.932	1.397.758.750	1.436.194.886	1.399.160.629
Depósitos no Banco Central	5	70.005.861	70.135.128	70.005.861	70.135.128
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	164.405.286	130.721.139	164.405.286	130.721.139
Títulos e valores mobiliários	7	251.891.702	269.886.657	251.578.246	268.764.685
Instrumentos financeiros derivativos	8	1.447.573	1.841.975	1.447.573	1.841.975
Carteira de crédito	9	888.629.879	867.214.599	890.741.703	869.541.823
Outros ativos financeiros	10	60.650.387	60.655.307	60.843.973	60.851.934
(Perdas por redução ao valor recuperável)	7 e 10	(2.827.756)	(2.696.055)	(2.827.756)	(2.696.055)
PROVISÃO PARA PERDAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	9	(40.212.460)	(38.814.960)	(40.212.460)	(38.814.960)
ATIVOS FISCAIS		53.320.653	52.744.683	53.324.929	52.748.994
Correntes		1.608.967	1.569.749	1.613.243	1.574.060
Diferidos	20	51.711.686	51.174.934	51.711.686	51.174.934
INVESTIMENTOS	11	10.708.534	10.635.768	10.737.982	11.263.148
Investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto		10.707.033	9.864.862	10.736.514	10.492.276
Outros investimentos		11.680	781.254	11.680	781.254
(Perdas por redução ao valor recuperável)		(10.179)	(10.348)	(10.212)	(10.382)
IMOBILIZADO DE USO	12	3.329.592	3.519.919	3.329.607	3.519.937
Imobilizações de uso		11.172.219	11.144.020	11.172.268	11.144.069
Depreciação acumulada		(7.731.560)	(7.513.034)	(7.731.594)	(7.513.065)
(Perdas por redução ao valor recuperável)		(111.067)	(111.067)	(111.067)	(111.067)
INTANGÍVEL	13	2.871.010	3.026.320	2.871.010	3.026.320
Ativos intangíveis		5.058.200	5.285.047	5.058.200	5.285.047
Amortização acumulada		(2.173.771)	(2.245.308)	(2.173.771)	(2.245.308)
(Perdas por redução ao valor recuperável)		(13.419)	(13.419)	(13.419)	(13.419)
OUTROS ATIVOS	14	11.391.983	10.503.963	11.773.087	10.950.742
(OUTRAS PERDAS POR REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL)	14	(1.133.357)	(1.353.483)	(1.133.357)	(1.353.483)
TOTAL		1.485.425.086	1.450.370.927	1.487.831.915	1.452.871.966

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
		31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
PASSIVOS FINANCEIROS		1.332.449.589	1.299.459.924	1.296.779.466	1.265.906.168
Recursos de clientes	15	561.835.499	573.084.858	561.833.841	573.084.420
Recursos de instituições financeiras e outras	16	627.283.827	583.899.712	627.163.521	583.899.712
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	17	103.915.603	102.694.662	68.367.432	69.141.344
Instrumentos financeiros derivativos	8	1.609.577	1.680.715	1.609.577	1.680.715
Outros passivos financeiros	18	37.805.083	38.099.977	37.805.095	38.099.977
PROVISÕES	19	12.774.575	12.285.250	12.774.575	12.285.250
Fiscais, cíveis e trabalhistas		11.107.094	10.649.843	11.107.094	10.649.843
Outras provisões		1.667.481	1.635.407	1.667.481	1.635.407
PASSIVOS FISCAIS		6.516.335	6.438.965	6.646.063	6.568.855
Correntes		1.324.843	1.075.226	1.452.919	1.205.116
Diferidos	20	5.191.492	5.363.739	5.193.144	5.363.739
PASSIVOS ATUARIAIS	21	24.498.652	24.365.944	24.498.652	24.365.944
OUTROS PASSIVOS	22	28.915.489	31.665.875	28.976.546	32.216.075
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23	80.270.446	76.154.969	118.156.613	111.529.674
Capital		68.000.000	68.000.000	68.000.000	68.000.000
Instrumento elegível ao capital principal				35.548.171	33.553.318
Reservas de reavaliação		221.591	225.521	221.591	225.521
Reservas de lucros		17.830.582	17.830.582	17.830.582	17.830.582
Outros resultados abrangentes		(8.097.314)	(9.901.134)	(8.097.314)	(9.901.134)
Lucros ou prejuízos acumulados		2.315.587		2.315.587	
Participação dos não controladores				2.337.996	1.821.387
TOTAL		1.485.425.086	1.450.370.927	1.487.831.915	1.452.871.966

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.



Demonstrações Intermediárias do Resultado

DESCRIÇÃO	Nota	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
		2022	2021	2022	2021
		1º trimestre	1º trimestre	1º trimestre	1º trimestre
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		31.326.132	20.395.589	31.329.496	20.403.591
Carteira de crédito	9 (e)	20.617.792	17.186.890	20.676.524	17.211.356
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	6 (b)	3.684.029	931.692	3.684.029	931.692
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7 (d)	4.793.138	(1.759.432)	4.768.247	(1.775.896)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	8 (d)	819.836	2.973.116	819.836	2.973.116
Resultado das aplicações compulsórias no Banco Central	5 (b)	1.049.543	363.712	1.049.543	363.712
Resultado de outros ativos financeiros	10 (d)	361.794	699.611	331.317	699.611
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(21.529.025)	(9.703.782)	(20.670.124)	(9.385.897)
Recursos de instituições financeiras e outras	16 (d)	(11.649.428)	(6.052.167)	(11.423.441)	(6.052.167)
Recursos de clientes	15 (c)	(8.756.658)	(2.611.107)	(8.756.658)	(2.611.107)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	17 (e)	(1.122.939)	(1.040.508)	(490.025)	(722.623)
PROVISÃO PARA PERDAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	9 (i)	(3.190.298)	(2.544.417)	(3.190.298)	(2.544.533)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		6.606.809	8.147.390	7.469.074	8.473.161
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(4.184.754)	(2.694.684)	(4.449.086)	(4.131.562)
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	24	5.222.052	5.550.504	6.010.952	5.683.084
Despesas de pessoal	25	(6.040.633)	(5.385.661)	(6.116.772)	(5.411.678)
Outras despesas administrativas	26	(2.542.580)	(2.628.548)	(2.561.716)	(2.632.741)
Despesas tributárias	27	(963.907)	(937.896)	(1.037.564)	(958.098)
Resultado de participações em coligadas e controladas	11	755.901	2.026.006	434.473	453.999
Outras receitas operacionais	28	2.723.611	1.725.655	2.132.819	1.789.272
Outras despesas operacionais	29	(3.339.198)	(3.044.744)	(3.311.278)	(3.055.400)
CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DE PROVISÕES	30	(1.019.683)	(893.905)	(1.019.683)	(915.030)
Fiscais, cíveis e trabalhistas		(1.041.360)	(823.519)	(1.041.360)	(823.520)
Outras		21.677	(70.386)	21.677	(91.510)
RESULTADO OPERACIONAL		1.402.372	4.558.801	2.000.305	3.426.569
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	31	490.353	5.378	490.353	1.477.796
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		1.892.725	4.564.179	2.490.658	4.904.365
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	20 (a)	761.588	12.730	499.548	(21.650)
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO		(342.234)	(298.776)	(342.245)	(298.776)
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES				(106.359)	
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		2.312.079	4.278.133	2.541.602	4.583.939

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.



Demonstrações Intermediárias do Resultado Abrangente

DESCRIÇÃO	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
	1º trimestre	1º trimestre	1º trimestre	1º trimestre
LUCRO LÍQUIDO ATRIBUÍVEL AO CONTROLADOR	2.312.079	4.278.133	2.435.243	4.583.939
Participação de acionistas não controladores			106.359	
LUCRO LÍQUIDO TOTAL	2.312.079	4.278.133	2.541.602	4.583.939
ITENS QUE PODERÃO SER RECLASSIFICADOS PARA O RESULTADO	1.839.502	(366.434)	1.840.245	(366.902)
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.835.574	(195.908)	1.835.574	(196.376)
Ganhos não realizados sobre ativos financeiros disponíveis para venda - próprios	2.022.543	(373.567)	2.022.543	(374.034)
Efeito fiscal	(186.969)	177.659	(186.969)	177.658
Participação no resultado abrangente de investimentos	5.348	(170.526)	6.462	(170.526)
Outros resultados abrangentes em investimentos	(1.420)		(1.791)	
ITENS QUE NÃO SERÃO RECLASSIFICADOS PARA O RESULTADO	(35.682)		(35.682)	
Remensurações de obrigações de benefícios pós emprego	(64.876)		(64.876)	
Efeito fiscal	29.194		29.194	
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	4.115.899	3.911.699	4.346.165	4.217.037
Resultado abrangente atribuível ao controlador	4.115.899	3.911.699	4.239.062	4.217.037
Resultado abrangente atribuível aos não controladores			107.103	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.



Demonstrações Intermediárias das Mutações do Patrimônio Líquido

INDIVIDUAL						
EVENTOS	CAPITAL	RESERVA DE REAValiaÇÃO	RESERVA DE LUCROS		OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS
			LEGAL	ESTATUTÁRIAS		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	45.000.000	274.150	4.173.687	24.321.948	(12.756.780)	61.013.005
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO					(366.434)	(366.434)
Títulos disponíveis p/ venda líquidos de impostos					(366.434)	(366.434)
OUTROS		(2.678)				4.504
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES						(1.231)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO						4.278.133
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021	45.000.000	271.472	4.173.687	24.321.948	(13.123.214)	64.925.299
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	68.000.000	225.521	5.036.845	12.793.737	(9.901.134)	76.154.969
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO					1.803.820	1.803.820
Títulos disponíveis p/ venda líquidos de impostos					1.840.922	1.840.922
Avaliação atuarial líquida de impostos					(35.682)	(35.682)
Outros ajustes de avaliação patrimonial					(1.420)	(1.420)
OUTROS		(3.930)				3.508
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO						2.312.079
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022	68.000.000	221.591	5.036.845	12.793.737	(8.097.314)	80.270.446

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.



Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

CONSOLIDADO										
EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	SUBTOTAL	PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES	TOTAL
				LEGAL	ESTATUTÁRIAS					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	45.000.000	31.808.129	274.150	4.173.687	24.321.948	(12.756.780)		92.821.134		92.821.134
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO						(366.902)		(366.902)		(366.902)
Títulos disponíveis p/ venda líquidos de impostos						(366.902)		(366.902)		(366.902)
OUTROS			(2.678)				4.504	1.826		1.826
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							(1.231)	(1.231)		(1.231)
INCORPORAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE IHCD										
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO							4.583.939	4.583.939		4.583.939
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:										
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital							(305.338)	(305.338)		(305.338)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021	45.000.000	31.808.129	271.472	4.173.687	24.321.948	(13.123.682)	4.281.874	96.733.428		96.733.428
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	68.000.000	33.553.318	225.521	5.036.845	12.793.737	(9.901.134)		109.708.287	1.821.387	111.529.674
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO						1.803.819		1.803.819		1.803.819
Títulos disponíveis p/ venda líquidos de impostos						1.840.921		1.840.921		1.840.921
Avaliação atuarial líquida de impostos						(35.682)		(35.682)		(35.682)
Outros ajustes de avaliação patrimonial						(1.420)		(1.420)		(1.420)
INCORPORAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE IHCD		1.994.853						1.994.853		1.994.853
VARIAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES									516.609	516.609
OUTROS			(3.930)				3.508	(422)		(422)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO							2.541.602	2.541.602		2.541.602
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:										
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital							(229.523)	(229.523)		(229.523)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022	68.000.000	35.548.171	221.591	5.036.845	12.793.737	(8.097.315)	2.315.587	115.818.616	2.337.996	118.156.612

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.



Demonstrações Intermediárias dos Fluxos de Caixa

DESCRIÇÃO	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
	1º trimestre	1º trimestre	1º trimestre	1º trimestre
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	12.536.467	10.410.073	13.135.670	10.209.887
Lucro Líquido	2.312.079	4.278.133	2.541.602	4.583.940
Ajustes ao Lucro Líquido:	<u>10.224.388</u>	<u>6.131.940</u>	<u>10.594.068</u>	<u>5.625.947</u>
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Inst. Financ. Derivativos (Ativos/ Passivos)	5.289.532	2.330.733	5.289.532	2.321.040
(Ganho)/Perda em Investimentos	683.135	963.241	959.639	(779.320)
(Ganho)/Perda na Venda de Imobilizado	52	(965)	52	(965)
(Ganho)/Perda na Venda de Bens não de Uso Próprio	152.291	105.837	152.291	105.837
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	3.190.298	2.544.417	3.190.298	2.544.533
Ativo/Passivo Atuarial (Benefícios a empregados)	499.726	463.892	499.726	463.892
Depreciações e Amortizações	479.014	413.150	479.017	413.153
Impostos Diferidos	(846.441)	(73.619)	(845.173)	(94.148)
Despesas com provisões para causas judiciais	1.041.360	823.519	1.041.360	823.520
Resultado de Participação em Coligadas	(755.901)	(2.026.006)	(434.473)	(453.999)
Despesas com Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos	491.322	587.741	261.799	282.404
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	16.246.476	(40.005.580)	15.138.538	(42.032.405)
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.286.044	3.479.726	3.286.044	3.479.726
(Aumento) Redução em TVM para negociação	3.220.908	(14.566.706)	2.688.867	(14.250.016)
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	129.267	7.644.685	129.267	7.644.685
(Aumento) Redução na Carteira de crédito	(23.208.078)	(13.706.014)	(22.992.678)	(16.463.270)
(Aumento) Redução em Outros Ativos financeiros	4.920	715.816	7.961	721.068
(Aumento) Redução em Ativos Fiscais	270.471	75.713	269.238	98.270
(Aumento) Redução em Outros Ativos	(1.364.369)	(3.968.598)	(1.546.654)	(3.811.321)
(Redução) Aumento em Recursos com instituições financeiras e outras	43.384.115	19.884.411	43.263.809	19.884.411
(Redução) Aumento em Recursos de clientes	(11.249.359)	(31.895.480)	(11.250.579)	(31.898.534)
(Redução) Aumento em Recursos por Emissão de Títulos e Valores Mobiliários	2.178.223	(5.360.491)	2.178.223	(5.360.493)
(Redução) Aumento em Instrumentos Financeiros Derivativos	(71.138)	252.444	(71.138)	252.444
(Redução) Aumento em Outras Passivos Financeiros	(294.894)	(452.542)	(294.882)	(452.542)
(Redução) Aumento em Provisões	(552.035)	(526.060)	(552.035)	(427.342)
(Redução) Aumento em Passivos Fiscais	75.479	182.443	75.317	157.172
(Redução) Aumento em Passivos Atuariais	(402.700)	(386.064)	(402.700)	(386.064)
(Redução) Aumento em Outros Passivos	839.622	(1.378.863)	350.478	(1.220.599)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	28.782.943	(29.595.507)	28.274.208	(31.822.518)
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Aquisição e Resgate de TVM disponíveis para venda	3.984.620	(17.332.041)	3.708.146	(15.105.024)
Aquisição e Resgate de TVM mantidos até o vencimento	7.866.919	100.863	7.866.919	100.863
Dividendos recebidos de coligadas e controladas	103.932		351.892	
Alienação de Imobilizado de Uso	7.203	7.183	7.203	7.183
Aquisição de Imobilizado de Uso	(46.283)	(401.406)	(46.283)	(401.406)
Alienação de Intangível	1.977	4.415	1.977	4.415
Aquisição de Intangível	(96.326)	(46.937)	(96.326)	(46.937)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	11.822.042	(17.667.923)	11.793.528	(15.440.906)
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Remuneração de IHCD pagos	(1.447.134)		(1.447.134)	
Dividendos/Juros sobre o capital próprio	(3.591.428)		(3.591.428)	
Variação da participação dos acionistas não controladores			516.609	
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(5.038.562)		(4.521.953)	
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	35.566.423	(47.263.430)	35.545.783	(47.263.424)
MODIFICAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDA				
Caixa e Equivalentes no início do período	135.828.095	221.571.944	135.848.767	221.571.949
Caixa e Equivalentes no fim do período	171.394.518	174.308.514	171.394.550	174.308.525
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	35.566.423	(47.263.430)	35.545.783	(47.263.424)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.



Demonstrações Intermediárias do Valor Adicionado

DESCRIÇÃO	INDIVIDUAL				CONSOLIDADO			
	2022		2021		2022		2021	
	1º trimestre		1º trimestre		1º trimestre		1º trimestre	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
1. RECEITAS	36.647.244		25.362.302		36.848.716		27.116.397	
Intermediação financeira	31.326.132		20.395.589		31.329.496		20.403.591	
Prestação de serviços com tarifas	5.222.052		5.550.504		6.010.952		5.683.084	
Provisão para devedores duvidosos	(3.190.298)		(2.544.417)		(3.190.298)		(2.544.533)	
Outras	3.289.358		1.960.626		2.698.566		3.574.255	
2. DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	21.529.025		9.703.782		20.670.124		9.385.897	
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	6.006.062		6.004.760		5.995.345		6.118.130	
Materiais, energia e outros	696.392		771.208		711.551		772.570	
Processamento de dados e comunicações	445.749		404.659		446.202		404.807	
Propaganda, publicidade e promoções	19.062		30.882		19.062		30.882	
Serviços de terceiros e especializados	271.021		415.162		272.588		417.616	
Serviços de vigilância e segurança	139.563		214.607		139.587		214.638	
Outras	4.434.275		4.168.242		4.406.355		4.277.617	
Serviços delegados pelo Governo Federal	367.289		227.241		367.289		227.241	
Despesa com lotérico e parceiros comerciais	1.024.680		995.787		1.024.680		995.787	
Descontos de operações de crédito	66.342		35.740		66.342		35.740	
Despesas com cartão de crédito/débito	269.177		380.044		269.508		381.942	
Benefício pós-emprego	499.726		463.892		499.726		463.892	
Provisões operacionais diversas	1.151.797		1.172.108		1.151.797		1.270.827	
Demais	1.055.264		893.430		1.027.013		902.188	
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	9.112.157		9.653.760		10.183.247		11.612.370	
5. RETENÇÕES	479.014		413.150		479.017		413.153	
Depreciação, amortização e exaustão	479.014		413.150		479.017		413.153	
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4-5)	8.633.143		9.240.610		9.704.230		11.199.217	
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	755.901		2.026.006		434.473		453.999	
Resultado de equivalência patrimonial	755.901		2.026.006		434.473		453.999	
8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	9.389.044		11.266.616		10.138.703		11.653.216	
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	9.389.044	100,00	11.266.616	100,00	10.138.703	100,00	11.653.216	100,00
Pessoal	5.529.817	58,90	4.918.323	43,66	5.600.645	55,24	4.940.961	42,40
Remuneração direta	4.025.033		3.585.588		4.050.787		3.600.725	
Benefícios	1.220.787		1.080.787		1.263.656		1.087.208	
FGTS	283.997		251.948		286.202		253.028	
Impostos, taxas e contribuições	1.055.369	11,24	1.691.280	15,01	1.396.388	13,77	1.749.241	15,01
Federais	809.515		1.442.301		1.140.501		1.499.435	
Estaduais	533		497		533		497	
Municipais	245.321		248.482		255.354		249.309	
Remuneração de capitais de terceiros	491.779	5,23	378.880	3,36	493.709	4,87	379.075	3,25
Aluguéis	491.779		378.880		493.709		379.075	
Remuneração de capitais próprios	2.312.079	24,63	4.278.133	37,97	2.647.961	26,12	4.583.939	39,34
Juros sobre o capital próprio e dividendos	511.661		806.553		511.661		806.553	
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital					229.523		305.339	
Lucros retidos	1.800.418		3.471.580		1.800.418		3.472.047	
Participação dos não controladores nos lucros retidos					106.359			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.



Nota 1 – Contexto operacional

A Caixa Econômica Federal (“CAIXA” ou “Instituição”) é uma instituição financeira com 161 anos de atuação, constituída em seu modelo por meio do Decreto-Lei nº 759, de 12/08/1969, sob a forma de empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, e vinculada ao Governo Federal por intermédio do Ministério da Economia. Possui sede e domicílio no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lotes 3 e 4, Brasília, Distrito Federal, Brasil. Em conformidade com o art. 173 da Constituição Federal e com o art. 2º, §1º da Lei nº 13.303, de 30/06/2016, sua constituição como empresa pública é justificada pelo relevante interesse coletivo marcado pela promoção da cidadania e do desenvolvimento do país, tanto como instituição financeira e agente de políticas públicas, quanto como principal parceira estratégica do Estado brasileiro.

A Instituição oferece aos seus clientes uma ampla rede de atendimento em todo o território nacional, que compreende postos de atendimentos, agências, terminais de autoatendimento, correspondentes CAIXA Aqui, unidades lotéricas, unidades-caminhão e agências-barco. Ademais, mantém canais eletrônicos e digitais para ampliar o atendimento e comodidade de seus clientes.

Desenvolve suas atividades bancárias por meio da captação, em especial da poupança, e aplicação de recursos em diversas operações: carteiras comerciais; operações de câmbio; crédito ao consumidor; imobiliário e agronegócio; prestação de serviços bancários; negócios com cartões de débito e crédito; administração de fundos e carteiras de investimento e, atividades relacionadas à intermediação de títulos e valores mobiliários, contando com a atuação das suas subsidiárias CAIXA Cartões e CAIXA DTMV. Atua também nos segmentos de seguros, previdência privada, capitalização e administração de consórcios, por intermédio da controlada CAIXA Seguridade S.A.

Por determinação do Governo Federal, a CAIXA administra, em caráter de exclusividade, os serviços das loterias federais, bem como exerce o monopólio das operações de penhor civil, em caráter permanente e contínuo. As Loterias CAIXA constituem uma importante fonte de recursos para o desenvolvimento social do país, tendo reflexo nos programas sociais do Governo Federal, sobretudo nas áreas de seguridade social, esporte, cultura, segurança pública, educação e saúde.

A CAIXA possui tradição e liderança no mercado de poupança, importante fonte de recursos para o crédito imobiliário e para formação de patrimônio da população brasileira. Lidera o mercado de crédito habitacional, atuando como principal agente financeiro do programa Casa Verde e Amarela. A Instituição ainda proporciona importantes avanços no desenvolvimento econômico do país nos segmentos de crédito destinados ao saneamento e infraestrutura, assim como incentiva o desenvolvimento sustentável local e a melhoria de vida dos produtores rurais através do crédito ao agronegócio.

Como principal parceira do Governo Federal na execução dos programas sociais, a CAIXA contribui ativamente para a erradicação da pobreza e para a melhoria da distribuição de renda da população brasileira. A Instituição atua no pagamento do Programa Auxílio Brasil, que é fundamental para a redução da mortalidade infantil e da evasão escolar, além do Seguro Desemprego, FGTS, Abono Salarial e aposentadoria e pensões vinculadas ao INSS.

Na figura de um dos mais tradicionais patrocinadores do esporte e de manifestações artístico-culturais do Brasil, a CAIXA acredita e investe no fomento ao esporte e na difusão da cultura como formas de incentivar a promoção da cidadania. O investimento no esporte visa tanto propiciar aos atletas brasileiros as condições adequadas de treinamento, quanto promover a educação e a inclusão social de crianças e adolescentes, abrindo oportunidades para novos talentos.

Por meio da estratégia de patrocínio, a CAIXA prioriza projetos esportivos de cunho social, apoia o desenvolvimento de atletas de base e prospecta projetos educacionais voltados ao segmento da população de menor renda. Nesse mesmo sentido, no ramo cultural, a CAIXA incentiva projetos sociais que utilizem a musicalização como ferramenta de inclusão, bem como eventos da cultura popular e projetos culturais com previsão de alcance em diversas regiões.

Por delegação do Governo Federal, a CAIXA exerce o papel de agente operador de fundos e de programas sociais, dentre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), sendo o seu principal agente financeiro, do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), do Fundo do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de via Terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (FDPVAT), do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), entre outros. Os fundos são entidades jurídicas independentes geridas por regulamentação e estrutura de governança específica e contabilidade própria, cujo patrimônio é segregado da CAIXA. Por conseguinte, a informação apresentada referente a esses fundos não é auditada no trabalho de auditoria independente das demonstrações contábeis da CAIXA.



Descrição	Principais Fundos e Programas Sociais	
	31/03/2022 (1)	31/12/2021
FGTS	626.425.208	605.637.000
FAR	27.079.163	26.863.895
FCVS	17.678.490	17.766.688
FDPVAT	3.773.241	3.796.291
FDS	3.494.414	3.717.652
FGHAB	2.880.651	2.882.021
FGS	1.421.500	1.421.500
FGCN	55.888	56.855
FAS	24.871	24.728
Total	682.833.426	662.166.630

(1) O saldo do FGS refere-se à posição dos ativos em 30/06/2020 e para os demais fundos a posição está entre 31/12/2021 e 28/02/2022, de acordo com o Balanço dos Fundos.

Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis

(a) Contexto

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da CAIXA são de responsabilidade da Administração.

As demonstrações contábeis de 31/03/2022 foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 02/05/2022 e pelo Conselho de Administração em 09/05/2022.

(b) Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da CAIXA foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, e em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional (CMN) – Resolução CMN nº 4.818/2020, do Banco Central do Brasil (BACEN) – Resolução BCB nº 2/2020, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e das práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas demonstrações contêm registros que refletem os custos históricos das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação, disponíveis para venda e os instrumentos financeiros derivativos, que são avaliados pelo valor de mercado.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela Administração quanto a estimativas e premissas relativas à mensuração de provisões para perdas associadas ao risco de crédito; ativos fiscais diferidos; valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões para causas judiciais cíveis, trabalhistas e fiscais; provisões para perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros; planos de previdência complementar; ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego; e determinação da vida útil de alguns ativos. Os valores definitivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas e serão conhecidos por ocasião da sua liquidação ou em virtude da revisão das metodologias adotadas. A sensibilidade dos valores contábeis às estimativas não apresenta relevante disparidade e as estimativas são avaliadas periodicamente. A natureza e o valor contábil dos ativos e passivos são apresentados nas respectivas notas explicativas.



(c) Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a CAIXA; as controladas CAIXA Loterias, CAIXA Cartões, CAIXA Seguridade, CAIXA DTVM; e os Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Stone III e Fundo de Investimento Caixa Ibirapuera Renda Fixa e foram elaboradas considerando a eliminação dos saldos intercompanhia das contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

As demonstrações financeiras consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2022, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), estão sendo apresentadas de maneira adicional, conforme faculdade prevista no Art nº 77 da Resolução CMN nº 4.966, às demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As demonstrações contábeis da CAIXA Loterias, da CAIXA Cartões, da CAIXA Seguridade, da CAIXA DTVM, do FIDC Stone III, do FI CAIXA Ibirapuera e da CAIXA são preparadas utilizando práticas contábeis consistentes, quando há diferença são feitos ajustes de modo a convergir às práticas contábeis da CAIXA. As participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial (MEP).

O resultado das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o período é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da aquisição ou até a data da alienação. O custo de aquisição de uma controlada é mensurado pelo valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca.

Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independente da proporção de qualquer participação na investida. O valor excedente do custo de aquisição dos ativos líquidos identificáveis em relação ao valor justo de participação é registrado como ágio fundamentado em rentabilidade futura. Quando o custo de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a CAIXA reconhece a diferença diretamente no resultado.

As empresas em que o conglomerado CAIXA possui participação direta ou indireta e que estão incluídas nas demonstrações consolidadas são apresentadas nas Notas Explicativas 11 e 32.

(d) Normas aplicadas a partir de 01 de janeiro de 2022

A Resolução CMN nº 4.817/2020 dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os investimentos em entidades não coligadas, controladas ou controladas em conjunto e mensurados ao custo, bem como as participações em fundos de investimento serão reclassificados e mensurados de acordo com a regulamentação específica aplicável a instrumentos financeiros.

A Resolução CMN nº 4.924/2021 dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Não são esperados reflexos relevantes para as Demonstrações Contábeis da entidade.

A Resolução CMN nº 4.967/2021 que dispõe sobre os critérios a serem observados no reconhecimento, na mensuração e na evidência contábeis de propriedades para investimento e de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado não é aplicável à CAIXA por esta entidade não possuir operações tratadas na presente norma.

A Resolução BCB nº 33/2020 dispõe sobre os procedimentos para a divulgação em notas explicativas de informações sobre a aquisição de participação em coligadas, controladas e controladas em conjunto, sobre as participações já registradas e sobre as operações de fusão, incorporação e cisão.

Nota 3 – Principais práticas, julgamentos e estimativas contábeis

(a) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, moeda funcional da CAIXA. Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada entidade do grupo são mensurados com a moeda funcional da CAIXA.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio da moeda funcional na data do balanço patrimonial. Ganhos ou perdas decorrentes do processo de conversão são alocados no resultado do período.

(b) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são registradas na apuração do seu fato gerador, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas de natureza financeira são reconhecidas pelo critério pro rata die e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

O montante da disponibilidade em moeda nacional é apresentado pelo seu valor de face, enquanto os valores em moeda estrangeira são convertidos pela taxa cambial divulgada pelo BACEN na data de fechamento das demonstrações contábeis.

Os equivalentes de caixa (aplicações interfinanceiras de liquidez) caracterizam-se por sua alta liquidez e finalidade de atendimento a compromissos de curto prazo com vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição e apresentam risco insignificante de mudança no valor justo.

A composição de caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota Explicativa 4.

(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável.

- **Venda com compromisso de recompra:** Os títulos de renda fixa de terceiros utilizados para lastrear as operações compromissadas são registrados no ativo, na data da operação, pelo valor médio contábil atualizado, por tipo e vencimento do papel. Tais captações são registradas como posição financiada.
- **Compra com compromisso de revenda:** Os financiamentos concedidos por meio de lastro com títulos de renda fixa de terceiros são registrados pelo valor de liquidação na posição bancada. Os títulos adquiridos com compromisso de revenda são transferidos para a posição financiada quando utilizados para lastrear operações de venda com compromisso de recompra.

Para as operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação, quando da venda definitiva do título, o passivo referente à obrigação de devolução do título é avaliado pelo valor de mercado.

O resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez é obtido da despesa constituída nas operações compromissadas (diferença entre os valores de recompra e de venda) e da receita constituída nas operações de financiamentos concedidos por meio de lastro com títulos de renda fixa de terceiros (diferença entre os valores de revenda e de compra).

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentados na Nota Explicativa 6.



(e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para composição de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001, e são classificados em três categorias específicas, de acordo com a intenção da Administração:

- **Títulos para negociação:** são adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados, sendo ajustados a valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- **Títulos disponíveis para venda:** são instrumentos que não se enquadram nas categorias para negociação e mantidos até o vencimento. São ajustados a valor de mercado, em contrapartida à conta de "Ajuste de Avaliação Patrimonial" no patrimônio líquido, excluídos os efeitos tributários. As valorizações ou desvalorizações a valor de mercado são levadas ao resultado, pelo valor líquido dos efeitos tributários, quando das realizações dos respectivos títulos;
- **Títulos mantidos até o vencimento:** adquiridos com intenção e capacidade financeira da instituição em mantê-los em carteira até o vencimento, sendo registrados pelo custo de aquisição ou pelo valor de mercado quando reclassificados de outra categoria. São acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período, não sendo avaliados pelo valor de mercado.

Os rendimentos dos títulos, independentemente de sua classificação, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência, com base nas suas cláusulas de remuneração, e registrados em conta de resultado.

As perdas com títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento, que não sejam consideradas temporárias, são reconhecidas no resultado do período como perdas realizadas.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários são apresentadas na Nota Explicativa 7.

(f) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA utiliza instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de *hedge* (contábil ou financeiro), direcional, arbitragem ou obtenção de benefícios dos movimentos de preços efetivos ou esperados, contabilizados conforme a Circular BACEN nº 3.082/2002.

Os ajustes são contabilizados pelo valor de mercado e mantidos como ativos, quando positivos, e como passivos, quando negativos. São reavaliados subsequentemente também a valor de mercado com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos provenientes de variações cambiais e variações nas taxas de juros e impostos de passivos financeiros qualificados para *hedge* contábil são classificados como *Hedge* de Risco de Mercado. Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como os ativos e passivos financeiros relacionados, são ajustados ao valor de mercado com os ganhos e as perdas, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, é apresentada na Nota Explicativa 8.

(g) Determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros

O valor de mercado é estabelecido com a observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação dos instrumentos financeiros na data de apuração ou, na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Caso esse também não esteja disponível, o valor de mercado é obtido por cotações com operadores de mercado ou modelos de valorização que podem requerer julgamento pela Administração.

O valor de mercado de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado sem nenhuma dedução de custo de transação.

A marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários são registradas conforme Circular BACEN nº 3.068/2001. Seguindo as melhores práticas contábeis, o valor dos instrumentos financeiros deve ser com base no valor justo, que consiste no preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.



Para aumentar a consistência e a comparabilidade nas mensurações do valor justo, o Pronunciamento CPC 46 estabelece uma hierarquia de valor justo que classifica em três níveis as informações aplicadas nas técnicas de avaliação.

A hierarquia de valor justo dá a mais alta prioridade a preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos e a mais baixa prioridade a dados não observáveis:

- **Nível 1** - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- **Nível 2** - são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1;
- **Nível 3** - são dados não observáveis para o ativo ou passivo.

Os dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo à medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

Contudo, o objetivo da mensuração do valor justo permanece o mesmo, ou seja, preço de saída na data de mensuração do ponto de vista do participante do mercado que detém o ativo ou deve o passivo. Portanto, dados não observáveis refletem as premissas que os participantes do mercado utilizariam ao precificar o ativo ou o passivo, incluindo premissas sobre risco.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo variam de acordo com a natureza dos ativos.

Os valores contábeis apresentados no Balanço Patrimonial como disponibilidades, depósitos em bancos centrais, aplicações no mercado aberto e outros ativos financeiros se aproximam de seus respectivos valores justos.

Os valores justos das aplicações em depósitos interfinanceiros são estimados, efetuando-se o desconto dos fluxos de caixa estimados com a adoção das taxas de juros do mercado.

Os valores justos de títulos de dívida de empresas são calculados adotando-se critérios semelhantes aos das aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme descrito acima.

Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos para ativos financeiros mantidos para negociação (inclusive derivativos - ativos e passivos), ativos financeiros designados ao valor justo através do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda e ativos financeiros mantidos até o vencimento. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço.

Os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas indicativas fornecidas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - Anbima.

Os valores justos de ações são apurados com base em seus preços cotados de mercado.

Os valores justos dos instrumentos derivativos do tipo swaps são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco. Essas curvas de rentabilidade podem ser traçadas principalmente com base nos preços de troca de derivativos na B3, de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior, e podem ser utilizadas para obter o valor justo de swaps de moeda, swaps de taxa de juros e swaps com base em outros fatores de risco como *commodities* e índices de bolsas.

(h) Carteira de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados em nove níveis de risco, do "AA" ao "H", sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo), de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 e observando a avaliação periódica da Administração, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores.

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco "H" há mais de 6 meses e com atraso superior a 180 dias são baixadas contra a provisão e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação.



As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas no momento da renegociação. As renegociações de operações que já haviam sido baixadas para prejuízo e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como de risco nível "H". Quando ocorrer amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, haverá a reclassificação da operação para categoria de menor risco. Os eventuais ganhos oriundos da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, conforme as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração quanto à classificação do risco de crédito.

De acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.533/2008, as cessões de operações de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios permanecem registradas no ativo como "Operações de crédito". Os recursos recebidos por meio de contratos de cessão são registrados no ativo com a contrapartida no passivo, em função da obrigação assumida. As receitas e despesas referentes às cessões de crédito realizadas são reconhecidas no resultado, conforme prazo remanescente das operações.

As modalidades, os valores, os prazos, os níveis de risco, a concentração, a participação dos setores de atividade econômica, as renegociações e as receitas das operações de crédito, assim como a composição das despesas e das contas patrimoniais de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, são apresentadas na Nota Explicativa 9.

(i) Tributos

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração, considerando as alíquotas tributárias vigentes no período de realização destes ativos. A partir de 1º de janeiro de 2021, os critérios para mensuração e reconhecimento de ativos e passivos fiscais, correntes e diferidos foram consolidados por meio da Resolução CMN nº 4842/2020. Os créditos tributários são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição. Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando o limite de 30% da referida base. A CAIXA reconhece os créditos tributários de IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS sobre os ajustes negativos originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos apropriados no resultado e em conta destacada do patrimônio líquido.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a evidenciação dos cálculos, a origem e a previsão de realização dos créditos tributários são apresentadas na Nota Explicativa 20.

(i) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto ou empresas sobre as quais a CAIXA detenha influência significativa estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP). Para o cálculo da equivalência patrimonial dos investimentos permanentes em empresas não financeiras, os valores são ajustados para convergência com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição.

A composição dos valores em investimentos assim como do resultado da equivalência patrimonial é apresentada na Nota Explicativa 11.

(k) Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é representado pelos direitos que tenham por objeto bens corpóreos de propriedade da CAIXA e destinados à manutenção de suas atividades operacionais. Esses ativos são registrados ao custo de aquisição ou formação e depreciados pelo método linear sem valor residual (Resolução CMN nº 4.535/2016).

As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do exercício apresentado, com vistas a detectar variações significativas. Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se a despesa de depreciação a ser reconhecida na demonstração do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.



A CAIXA não tem financiamento de ativos imobilizados, assim como não tem custos de empréstimos relacionados a estes ativos. A composição dos valores registrados em imobilizado de uso são apresentados na Nota Explicativa 12.

(l) Intangível

Os ativos intangíveis da CAIXA estão constituídos essencialmente de aquisição de folhas de pagamento e de projetos logiciais – *softwares*.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e, subsequentemente, deduzida a amortização acumulada, calculada pelo método linear, observados os prazos contratuais (Resolução CMN nº 4.534/2016).

As aquisições de folhas de pagamento referem-se a valores pagos de contratos de parceria comercial com setores públicos e privados para assegurar serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários. Seu prazo de vida útil é de 5 anos e sua amortização mensal é calculada pelo resultado da divisão do valor do ativo pelo prazo de vida útil excluído o prazo de carência.

Projetos logiciais – *softwares* referem-se a aquisições de *software* e desenvolvimento interno, sendo que os desenvolvidos internamente são reconhecidos como um ativo intangível somente se a CAIXA puder identificar a capacidade de usá-los ou vendê-los, e se a geração de benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada com confiança. Seu prazo de vida útil é de 5 anos e sua amortização é calculada mensalmente com base em 1/60 (um sessenta avos) do valor de custo do ativo. A composição dos valores registrados no ativo intangível é apresentada na Nota Explicativa 13.

(m) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados, cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo, observando o princípio da competência para o devido reconhecimento em resultado. A composição dos valores registrados como despesas antecipadas é apresentada na Nota Explicativa 14.

(n) Ativos não financeiros mantidos para venda e materiais de estoque

Compostos basicamente por imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis CAIXA que eram de uso e a entidade decidiu descontinuar o seu uso. São registrados pelo menor valor entre o valor justo líquido de despesas de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados. A composição dos valores registrados como outros valores e bens não de uso são apresentados na Nota Explicativa 14 (b).

(o) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A CAIXA promove a avaliação dos ativos financeiros e não financeiros no mínimo anualmente ou a qualquer tempo quando forem conhecidos fatos que interfiram em seu valor com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, é estimado valor recuperável do ativo e, caso se confirme, tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado.

O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido de despesa de venda e o seu valor em uso (Resolução CMN nº 3.566/2008).

(p) Depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos na base *pro rata die*.

Os depósitos e captações no mercado aberto, recursos de emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses têm seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado e seus encargos são apropriados mensalmente em razão da fluência de seus prazos, conforme demonstrado nas Notas Explicativas 15, 16 e 17 respectivamente.



Por tratar-se de operações com taxas prefixadas, as captações de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários têm suas despesas apropriadas no resultado de acordo com os prazos das operações e são apresentadas como redutoras do passivo correspondente.

(q) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões passivas, das contingências passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009.

- **Passivos contingentes:** conforme preceitua o CPC 25, os passivos contingentes não são provisionados, sendo as causas administrativas ou judiciais classificadas como perdas possíveis apenas divulgadas nas notas explicativas quando individualmente relevantes. Aquelas classificadas como perdas remotas não requerem provisão e tampouco divulgação. A análise e classificação das perdas é realizada com base na opinião da Diretoria Jurídica e da Administração.
- **Provisões passivas:** são constituídas levando em consideração a opinião da Diretoria Jurídica e da Administração, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais. O registro de provisões passivas ocorre sempre que a perda for avaliada como provável, o que caracteriza uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e desde que os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança.
- **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** envolvem processos judiciais em andamento, cujo objeto de contestação é a legalidade e constitucionalidade da obrigação, e que, independente da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.
- **Provisão para garantias financeiras prestadas:** a provisão para garantias financeiras prestadas é constituída com base no modelo de perda esperada, a qual é suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada e reconhecida no passivo em contrapartida ao resultado do período, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016.
- **Ativos contingentes:** a CAIXA não possui ativos contingentes cuja entrada de benefícios econômicos seja praticamente certa.

O detalhamento dos passivos contingentes e das provisões, além de suas movimentações, é apresentado na Nota Explicativa 19.

(r) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da CAIXA e relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são reconhecidos de acordo com os critérios do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), recepcionado pelo Banco Central por meio da Resolução CMN nº 4.877/2020.

Destaca-se que o Pronunciamento CPC 33 (R1) estipula para a empresa patrocinadora os parâmetros específicos para mensuração dos ativos, obrigações e, por consequência, do superávit e déficit de planos de aposentadoria. Todavia, devido às disposições legais presentes no Brasil, as demonstrações contábeis dos respectivos planos devem ser elaboradas com a observância das disposições instituídas pelo órgão competente nacional, o que conduz a apurações de superávit e déficit distintas.

Tendo-se em vista que a CAIXA já constitui provisão atuarial, atendendo às disposições do Pronunciamento CPC 33 (R1), apenas existe prerrogativa de complemento dessa provisão na hipótese de o déficit, objeto de plano de equacionamento, apurado em conformidade à legislação local apresentar montante superior ao provisionado pelo Pronunciamento CPC 33 (R1).

Nesta hipótese, a complementação dá-se em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme consta da Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (*Funding*) Mínimo e sua Interação.

As avaliações atuariais são semestrais. Sendo assim, as notas de Benefícios a Empregados são elaboradas nos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro e seu detalhamento é apresentado na Nota Explicativa 21.



(s) **Outros ativos e passivos financeiros e não financeiros**

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*. O detalhamento dos ativos e passivos não financeiros são apresentados respectivamente nas Notas Explicativas 10, 14, 18 e 22.

(t) **Receitas antecipadas**

Receitas recebidas antecipadamente a serem apropriadas em resultado em períodos seguintes e para as quais não há previsão, no curso normal de execução do contrato, de restituição às outras partes envolvidas no contrato. São registradas inicialmente como passivo de antecipação de receita e reconhecidas em resultado conforme a fruição do seu prazo contratual. O detalhamento das receitas antecipadas é apresentado na Nota Explicativa 18.

(u) **Resultado recorrente e não recorrente**

A Resolução BCB nº 2/2020 determinou a divulgação em notas explicativas, do resultado recorrente e não recorrentes de forma segregada. Para fins do disposto na Resolução, considera-se resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O detalhamento do resultado recorrente e não recorrente é apresentado na Nota Explicativa 34.

(v) **Eventos Subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- **Eventos que originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- **Eventos que não originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos e divulgados na Nota Explicativa 36 de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 – Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/2020.

Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa

Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez adquiridas com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e com risco insignificante de mudança no valor justo.

INDIVIDUAL		
Descrição	31/03/2022	31/12/2021
Total de disponibilidades (caixa)	10.946.199	12.349.967
Disponibilidade em moeda nacional (1)	10.744.698	12.078.580
Disponibilidade em moeda estrangeira	201.501	271.387
Aplicações interfinanceiras de liquidez (2)	160.448.319	123.478.128
Total	171.394.518	135.828.095

(1) Os itens de Caixa e equivalentes de caixa são coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Disponibilidade em moeda nacional" que em 31/03/2022 apresenta na demonstração consolidada o montante de R\$ 10.744.730 (31/12/2021 – R\$ 12.099.252)

(2) Inclui os depósitos interfinanceiros que em sua origem possuem prazo de vencimento de até 90 dias.

Nota 5 – Depósitos no Banco Central

(a) Créditos vinculados - depósitos no BACEN

Compostos por recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina da CAIXA e por depósito em conta de pagamentos instantâneos.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	Remuneração	31/03/2022	31/12/2021
Compulsório sobre depósito à vista	Não remunerado	8.813.937	4.573.060
Compulsório sobre depósito de poupança	Índice da poupança	50.560.454	51.015.414
Compulsório sobre depósitos à prazo	Taxa SELIC	8.392.250	10.167.758
Conta de pagamentos instantâneos	Não remunerado	2.239.220	4.378.896
Total		70.005.861	70.135.128
Ativo circulante		70.005.861	70.135.128
Ativo não circulante		-	-

(b) Resultado das aplicações compulsórias no Banco Central

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2022		2021
	1º trimestre		1º trimestre
Depósitos de poupança	841.227		311.478
Exigibilidade sobre recursos a prazo	208.316		52.234
Total	1.049.543		363.712

Nota 6 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

(a) Composição e classificação da carteira por prazo

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
Descrição	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/03/2022	31/12/2021
Aplicações no mercado aberto - posição bancada	82.251.667	-	-	-	82.251.667	39.544.787
Letras financeiras do tesouro	212.684	-	-	-	212.684	56.295
Letras do tesouro nacional	24.027.091	-	-	-	24.027.091	1.000.000
Notas do tesouro nacional	58.011.892	-	-	-	58.011.892	38.488.492
Aplicações no mercado aberto - posição financiada	77.987.016	-	-	-	77.987.016	83.702.805
Letras do tesouro nacional	1.381.682	-	-	-	1.381.682	-
Notas do tesouro nacional	76.605.334	-	-	-	76.605.334	83.702.805
Aplicações em depósitos interfinanceiros	863.174	2.530.286	324.082	449.061	4.166.603	7.473.547
Depósitos interfinanceiros	229.757	-	-	-	229.757	381.030
Depósitos interfinanceiros - crédito rural	633.662	2.530.648	324.112	451.275	3.939.697	7.096.672
Provisão para perdas em depósitos interfinanceiros	(245)	(362)	(30)	(2.214)	(2.851)	(4.155)
Total	161.101.857	2.530.286	324.082	449.061	164.405.286	130.721.139
Ativo circulante					163.956.225	130.272.666
Ativo não circulante					449.061	448.473



(a.1) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações

Os saldos das aplicações em letras financeiras do tesouro, letras do tesouro nacional, depósitos interfinanceiros e em letras financeiras incluem acordos de compensação e liquidação de obrigações firmados entre a CAIXA e os Bancos BMG, Banco DAYCOVAL, BASER, Bank of America Merrill Lynch, Sicoob e Cresol conforme Resolução CMN nº 3.263/2005, nos montantes discriminados abaixo:

Descrição	31/03/2022	31/12/2021
Letras financeiras do tesouro	1.294.187	1.689.471
BTG Pactual S.A	642.249	1.056.016
Sicoob S.A	651.938	633.455
Letras do tesouro nacional	2.939	293.213
Bank of America Merrill Lynch S.A	2.939	267.763
Coop. Central Cred. Rural Interação Solid. BASER	-	25.450
Notas do tesouro nacional	160.347	-
Bank of America Merrill Lynch S.A	160.347	-
Depósitos interfinanceiros	70.858	23.672
BMG S.A	44.717	23.594
DAYCOVAL	80	78
Coop. Central Cred. Rural Interação Solid. BASER	26.061	-
Letras financeiras	-	11.506
Cresol	-	11.506
Total	1.528.331	2.017.862

(b) Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO	
	2022	2021
	1º trimestre	1º trimestre
Rendas de aplicações no mercado aberto	3.655.314	884.267
Posição bancada	800.027	443.243
Posição financiada	2.855.287	441.024
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	28.715	47.425
Total	3.684.029	931.692



Nota 7 – Títulos e valores mobiliários

(a) Composição

INDIVIDUAL								
Descrição	Carteira Própria – Livre	Vinculados			Valor Contábil	Perdas por redução ao valor recuperável	31/03/2022	31/12/2021
		Compromisso de Recompra	Prestação de Garantias	Banco Central				
Títulos públicos	26.926.147	186.370.112	14.000.513	7.148.008	234.444.780	-	234.444.780	254.307.376
Letras financeiras do tesouro	12.973.600	100.301.652	10.084.661	7.148.008	130.507.921	-	130.507.921	149.755.428
Letras do tesouro nacional	9.726.202	80.735.829	3.910.940	-	94.372.971	-	94.372.971	93.622.025
Notas do tesouro nacional	4.012.804	5.332.631	4.912	-	9.350.347	-	9.350.347	10.704.565
Tesouro nacional/securitização	213.541	-	-	-	213.541	-	213.541	225.358
Títulos – empresas	13.177.065	4.269.857	-	-	17.446.922	(2.365.111)	15.081.811	13.345.871
Debêntures	3.284.929	1.247.184	-	-	4.532.113	(2.056.030)	2.476.083	2.514.464
Cotas de fundos (1)	3.750.840	-	-	-	3.750.840	-	3.750.840	1.967.252
Certificado de recebíveis imobiliários	574.387	3.022.673	-	-	3.597.060	(120.012)	3.477.048	3.441.857
Ações	249.278	-	-	-	249.278	(189.069)	60.209	71.021
Letras financeiras	5.317.631	-	-	-	5.317.631	-	5.317.631	5.351.277
Total	40.103.212	190.639.969	14.000.513	7.148.008	251.891.702	(2.365.111)	249.526.591	267.653.247
Ativo circulante	-	-	-	-	-	-	129.583.618	141.276.853
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	119.942.973	126.376.394

(1) Os investimentos do FGO, FGHAB, FGI e ANBIMA foram reclassificados e enquadrados como instrumentos financeiros de acordo com a Resolução CMN nº 4.817/2020. Os referidos fundos possuem as seguintes defasagens de data da atualização das cotas: FGO (data-base nov/21), FGI e FGHAB (data base fev/22).



CONSOLIDADO								
Descrição	Carteira Própria – Livre	Vinculados			Valor Contábil	Perdas por redução ao valor recuperável	31/03/2022	31/12/2021
		Compromisso de Recompra	Prestação de Garantias	Banco Central				
Títulos públicos	27.154.415	186.370.112	14.000.513	7.148.008	234.673.048	-	234.673.048	254.308.652
Letras financeiras do tesouro	13.201.868	100.301.652	10.084.661	7.148.008	130.736.189	-	130.736.189	149.756.704
Letras do tesouro nacional	9.726.202	80.735.829	3.910.940	-	94.372.971	-	94.372.971	93.622.025
Notas do tesouro nacional	4.012.804	5.332.631	4.912	-	9.350.347	-	9.350.347	10.704.565
Tesouro nacional/securitização	213.541	-	-	-	213.541	-	213.541	225.358
Títulos – empresas	12.635.341	4.269.857	-	-	16.905.198	(2.365.111)	14.540.087	12.222.623
Debêntures	3.284.929	1.247.184	-	-	4.532.113	(2.056.030)	2.476.083	2.514.464
Cotas de fundos (1)	3.209.116	-	-	-	3.209.116	-	3.209.116	844.004
Certificado de recebíveis imobiliários	574.387	3.022.673	-	-	3.597.060	(120.012)	3.477.048	3.441.857
Ações	249.278	-	-	-	249.278	(189.069)	60.209	71.021
Letras financeiras	5.317.631	-	-	-	5.317.631	-	5.317.631	5.351.277
Total	39.789.756	190.639.969	14.000.513	7.148.008	251.578.246	(2.365.111)	249.213.135	266.531.275
Ativo circulante	-	-	-	-	-	-	129.270.162	140.154.881
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	119.942.973	126.376.394

(1) Os investimentos do FGO, FGHAB, FGI e ANBIMA foram reclassificados e enquadrados como instrumentos financeiros de acordo com a Resolução CMN nº 4.817/2020. Os referidos fundos possuem as seguintes defasagens de data da atualização das cotas: FGO (data-base nov/21), FGI e FGHAB (data base fev/22).



(b) Classificação da carteira por prazo

Descrição	INDIVIDUAL									
	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado resultado	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor contábil	Valor de mercado	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Títulos públicos	239.211.313	(4.695.441)	(71.092)	234.444.780	234.413.500	-	5.683.522	2.447.737	9.355.406	216.958.115
Letras financeiras do tesouro	130.398.820	72.496	36.605	130.507.921	130.507.921	-	-	2.438.210	848.321	127.221.390
Letras do tesouro nacional	99.257.435	(4.784.623)	(99.841)	94.372.971	94.372.971	-	5.683.522	9.527	2.913.317	85.766.605
Notas do tesouro nacional	9.329.823	16.686	3.838	9.350.347	9.319.067	-	-	-	5.593.768	3.756.579
Tesouro nacional/securitização	225.235	-	(11.694)	213.541	213.541	-	-	-	-	213.541
Títulos – empresas	13.457.114	(67.988)	1.692.685	15.081.811	14.550.152	3.811.049	-	-	-	11.270.762
Debêntures	2.469.065	-	7.018	2.476.083	1.706.421	-	-	-	-	2.476.083
Cotas de fundos	2.344.083	-	1.406.757	3.750.840	3.750.840	3.750.840	-	-	-	-
Certificado de recebíveis imobiliários	3.322.780	-	154.268	3.477.048	3.715.051	-	-	-	-	3.477.048
Ações	178.707	(67.988)	(50.510)	60.209	60.209	60.209	-	-	-	-
Letras financeiras	5.142.479	-	175.152	5.317.631	5.317.631	-	-	-	-	5.317.631
Total – TVM	252.668.427	(4.763.429)	1.621.593	249.526.591	248.963.652	3.811.049	5.683.522	2.447.737	9.355.406	228.228.877
Para negociação	121.611.666	(4.763.429)	-	116.848.237	116.848.237	32.460	5.383.653	23.448	3.122.772	108.285.904
Disponíveis para venda	121.272.072	-	1.621.593	122.893.665	122.893.665	3.778.589	299.869	2.424.289	1.041.028	115.349.890
Mantidos até o vencimento	9.784.689	-	-	9.784.689	9.221.750	-	-	-	5.191.606	4.593.083
Total	252.668.427	(4.763.429)	1.621.593	249.526.591	248.963.652	3.811.049	5.683.522	2.447.737	9.355.406	228.228.877



CONSOLIDADO										
Descrição	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado resultado	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor contábil	Valor de mercado	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Títulos públicos	239.439.581	(4.695.441)	(71.092)	234.673.048	234.641.768	-	5.683.522	2.447.737	9.499.951	217.041.838
Letras financeiras do tesouro	130.627.088	72.496	36.605	130.736.189	130.736.189	-	-	2.438.210	992.866	127.305.113
Letras do tesouro nacional	99.257.435	(4.784.623)	(99.841)	94.372.971	94.372.971	-	5.683.522	9.527	2.913.317	85.766.605
Notas do tesouro nacional	9.329.823	16.686	3.838	9.350.347	9.319.067	-	-	-	5.593.768	3.756.579
Tesouro nacional/securitização	225.235	-	(11.694)	213.541	213.541	-	-	-	-	213.541
Títulos – empresas	13.028.641	(67.988)	1.579.434	14.540.087	14.008.428	3.269.325	-	-	-	11.270.762
Debêntures	2.469.065	-	7.018	2.476.083	1.706.421	-	-	-	-	2.476.083
Cotas de fundos	1.915.610	-	1.293.506	3.209.116	3.209.116	3.209.116	-	-	-	-
Certificado de recebíveis imobiliários	3.322.780	-	154.268	3.477.048	3.715.051	-	-	-	-	3.477.048
Ações	178.707	(67.988)	(50.510)	60.209	60.209	60.209	-	-	-	-
Letras financeiras	5.142.479	-	175.152	5.317.631	5.317.631	-	-	-	-	5.317.631
Total – TVM	252.468.222	(4.763.429)	1.508.342	249.213.135	248.650.196	3.269.325	5.683.522	2.447.737	9.499.951	228.312.600
Para negociação	122.988.987	(4.763.429)	-	118.225.558	118.225.558	1.181.513	5.383.653	23.448	3.267.317	108.369.627
Disponíveis para venda	119.694.546	-	1.508.342	121.202.888	121.202.888	2.087.812	299.869	2.424.289	1.041.028	115.349.890
Mantidos até o vencimento	9.784.689	-	-	9.784.689	9.221.750	-	-	-	5.191.606	4.593.083
Total – TVM	252.468.222	(4.763.429)	1.508.342	249.213.135	248.650.196	3.269.325	5.683.522	2.447.737	9.499.951	228.312.600

(c) Classificação da carteira por categoria e por prazo

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados a partir de modelo de marcação a mercado baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e das curvas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características dos títulos e valores mobiliários e as curvas a partir das informações/dados dos preços/taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1 da hierarquia de valor justo, onde está classificada a maior parte dos títulos do governo brasileiro, as ações e debêntures negociados em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.



Os ativos com baixa ou nenhuma liquidez são classificados como nível 3 da hierarquia de valor justo visto que o cálculo do preço de mercado é feito com base na metodologia de fluxo de caixa descontado.

Para cotas de fundos de investimento são utilizados os valores da cota calculados pelo administrador do fundo como sendo o valor justo.

(c.1) Categoria I - Títulos para negociação

Os papéis que compõem a carteira de TVM – Títulos para negociação não sofreram ajustes por perda no valor recuperável (*Impairment*), desta forma o custo ajustado ao valor recuperável apresentado corresponde ao custo de aquisição do título nas respectivas datas.

Os ajustes de mercado nesta categoria impactam diretamente o resultado da instituição.

Os títulos da categoria “I – Títulos para negociação” são classificados no ativo circulante, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001.

Descrição	INDIVIDUAL										
	31/03/2022						31/12/2021				
	Sem Vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado resultado	Valor de mercado	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado resultado	Valor de mercado
Títulos públicos	-	5.383.653	23.448	3.122.772	108.285.904	121.511.218	(4.695.441)	116.815.777	129.907.702	(5.113.421)	124.794.281
Letras financeiras do tesouro	-	-	13.921	121.974	21.125.082	21.188.481	72.496	21.260.977	31.956.135	9.194	31.965.329
Letras do tesouro nacional	-	5.383.653	9.527	2.598.636	85.029.068	97.805.507	(4.784.623)	93.020.884	95.259.761	(5.102.816)	90.156.945
Notas do tesouro nacional	-	-	-	402.162	2.131.754	2.517.230	16.686	2.533.916	2.691.806	(19.799)	2.672.007
Títulos - empresas	32.460	-	-	-	-	100.448	(67.988)	32.460	100.448	(62.155)	38.293
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cotas de fundos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações	32.460	-	-	-	-	100.448	(67.988)	32.460	100.448	(62.155)	38.293
Total	32.460	5.383.653	23.448	3.122.772	108.285.904	121.611.666	(4.763.429)	116.848.237	130.008.150	(5.175.576)	124.832.574



Descrição	CONSOLIDADO										
	31/03/2022						31/12/2021				
	Sem Vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado resultado	Valor de mercado	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado resultado	Valor de mercado
Títulos públicos	-	5.383.653	23.448	3.267.317	108.369.627	121.739.486	(4.695.441)	117.044.045	129.908.927	(5.113.370)	124.795.557
Letras financeiras do tesouro	-	-	13.921	266.519	21.208.805	21.416.749	72.496	21.489.245	31.957.360	9.245	31.966.605
Letras do tesouro nacional	-	5.383.653	9.527	2.598.636	85.029.068	97.805.507	(4.784.623)	93.020.884	95.259.761	(5.102.816)	90.156.945
Notas do tesouro nacional	-	-	-	402.162	2.131.754	2.517.230	16.686	2.533.916	2.691.806	(19.799)	2.672.007
Títulos - empresas	1.181.513	-	-	-	-	1.249.501	(67.988)	1.181.513	924.239	(41.942)	882.297
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cotas de fundos	1.149.053	-	-	-	-	1.149.053	-	1.149.053	823.791	20.213	844.004
Ações	32.460	-	-	-	-	100.448	(67.988)	32.460	100.448	(62.155)	38.293
Total	1.181.513	5.383.653	23.448	3.267.317	108.369.627	122.988.987	(4.763.429)	118.225.558	130.833.166	(5.155.312)	125.677.854

(c.2) Categoria II - Títulos disponíveis para venda

Os títulos e valores mobiliários são passíveis de aplicação de testes de *impairment* periódicos, conforme estabelece a Circular BACEN nº 3.068/2001. O custo ajustado ao valor recuperável das ações, debêntures e dos certificados de recebíveis imobiliários na categoria II apresentados em 31/03/2022, incluem uma perda acumulada no valor recuperável de R\$ 919.543 (ações e debêntures em 31/12/2021 – R\$ 798.517).

Os demais papéis que compõem a carteira de TVM Disponíveis para venda não sofreram ajustes por perda no valor recuperável (*Impairment*), desta forma o custo ajustado ao valor recuperável apresentado corresponde ao custo de aquisição do título nas respectivas datas.

Os ajustes de mercado nesta categoria impactam diretamente o patrimônio líquido da instituição.



Descrição	INDIVIDUAL										
	31/03/2022						31/12/2021				
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor de mercado	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor de mercado
Títulos públicos	-	299.869	2.424.289	1.041.028	107.224.905	111.061.183	(71.092)	110.990.091	115.659.351	(675.536)	114.983.815
Letras financeiras do tesouro	-	-	2.424.289	726.347	106.096.308	109.210.339	36.605	109.246.944	110.315.097	(275.246)	110.039.851
Letras do tesouro nacional	-	299.869	-	314.681	737.537	1.451.928	(99.841)	1.352.087	3.788.073	(322.993)	3.465.080
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	177.519	173.681	3.838	177.519	1.319.563	(66.037)	1.253.526
Tesouro nacional/ securitizados	-	-	-	-	213.541	225.235	(11.694)	213.541	236.618	(11.260)	225.358
Títulos – empresas	3.778.589	-	-	-	8.124.985	10.210.889	1.692.685	11.903.574	9.920.641	264.609	10.185.250
Debêntures	-	-	-	-	1.446.073	1.439.055	7.018	1.446.073	1.503.547	460	1.504.007
Cotas de fundos (1)	3.750.840	-	-	-	-	2.344.083	1.406.757	3.750.840	1.903.521	63.731	1.967.252
Certif. recebíveis imobiliários	-	-	-	-	1.361.281	1.207.013	154.268	1.361.281	1.275.356	54.630	1.329.986
Ações	27.749	-	-	-	-	78.259	(50.510)	27.749	78.253	(45.525)	32.728
Letras financeiras	-	-	-	-	5.317.631	5.142.479	175.152	5.317.631	5.159.964	191.313	5.351.277
Total	3.778.589	299.869	2.424.289	1.041.028	115.349.890	121.272.072	1.621.593	122.893.665	125.579.992	(410.927)	125.169.065

(1) Os investimentos do FGO, FGHAB, FGI e ANBIMA foram reclassificados e enquadrados como instrumentos financeiros de acordo com a Resolução CMN nº 4.817/2020. Os referidos fundos possuem as seguintes defasagens de data da atualização das cotas: FGO (data-base nov/21), FGI e FGHAB (data base fev/22).

Descrição	CONSOLIDADO										
	31/03/2022						31/12/2021				
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor de mercado	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor de mercado
Títulos públicos	-	299.869	2.424.289	1.041.028	107.224.905	111.061.183	(71.092)	110.990.091	115.659.351	(675.536)	114.983.815
Letras financeiras do tesouro	-	-	2.424.289	726.347	106.096.308	109.210.339	36.605	109.246.944	110.315.097	(275.246)	110.039.851
Letras do tesouro nacional	-	299.869	-	314.681	737.537	1.451.928	(99.841)	1.352.087	3.788.073	(322.993)	3.465.080
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	177.519	173.681	3.838	177.519	1.319.563	(66.037)	1.253.526
Tesouro nacional/ securitizados	-	-	-	-	213.541	225.235	(11.694)	213.541	236.618	(11.260)	225.358
Títulos – empresas	2.087.812	-	-	-	8.124.985	8.633.363	1.579.434	10.212.797	7.953.389	264.609	8.217.998
Debêntures	-	-	-	-	1.446.073	1.439.055	7.018	1.446.073	1.503.547	460	1.504.007
Cotas de fundos (1)	2.060.063	-	-	-	-	766.557	1.293.506	2.060.063	(63.731)	63.731	-
Certif. recebíveis imobiliários	-	-	-	-	1.361.281	1.207.013	154.268	1.361.281	1.275.356	54.630	1.329.986
Ações	27.749	-	-	-	-	78.259	(50.510)	27.749	78.253	(45.525)	32.728
Letras Financeiras	-	-	-	-	5.317.631	5.142.479	175.152	5.317.631	5.159.964	191.313	5.351.277
Total	2.087.812	299.869	2.424.289	1.041.028	115.349.890	119.694.546	1.508.342	121.202.888	123.612.740	(410.927)	123.201.813

(1) Os investimentos do FGO, FGHAB, FGI e ANBIMA foram reclassificados e enquadrados como instrumentos financeiros de acordo com a Resolução CMN nº 4.817/2020. Os referidos fundos possuem as seguintes defasagens de data da atualização das cotas: FGO (data-base nov/21), FGI e FGHAB (data base fev/22).

(c.3) Categoria III - Títulos mantidos até o vencimento

Os títulos e valores mobiliários classificadas na Categoria III são passíveis de aplicação de testes de *impairment* periódicos, conforme estabelece a Circular BACEN nº 3.068/2001. O custo ajustado ao valor recuperável de debêntures apresentado em 31/03/2022 inclui uma perda acumulada no valor recuperável destes títulos de R\$ 1.445.569 (31/12/2021 – R\$ 1.434.893).

Os demais papéis que compõem a carteira de TVM mantidos até o vencimento não sofreram ajustes por perda no valor recuperável (*impairment*), desta forma o custo ajustado ao valor recuperável apresentado em 31/03/2022 corresponde ao custo de aquisição do título.

Os títulos desta categoria foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, não produzindo efeitos no Resultado ou no Patrimônio Líquido. Os ativos que estiverem nesta categoria sensibilizam o balanço da CAIXA apenas com o seu valor contábil atualizado.



Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
	31/03/2022				31/12/2021	
	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo ajustado ao valor recuperável	Valor de mercado	Custo ajustado ao valor recuperável	Valor de mercado
Títulos públicos	5.191.606	1.447.306	6.638.912	6.607.632	14.529.280	14.558.290
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	7.750.248	7.749.807
Notas do tesouro nacional	5.191.606	1.447.306	6.638.912	6.607.632	6.779.032	6.808.483
Títulos – empresas	-	3.145.777	3.145.777	2.614.118	3.122.328	2.647.247
Debêntures	-	1.030.010	1.030.010	260.348	1.010.457	256.896
Certificado de recebíveis imobiliários	-	2.115.767	2.115.767	2.353.770	2.111.871	2.390.351
Total	5.191.606	4.593.083	9.784.689	9.221.750	17.651.608	17.205.537

(d) Resultado com títulos e valores mobiliários

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
	1º trimestre	1º trimestre	1º trimestre	1º trimestre
Ativos financeiros mantidos para negociação	2.021.134	(2.667.674)	2.045.461	(2.665.380)
Ativos financeiros disponíveis para venda	2.385.608	627.656	2.336.390	608.898
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	386.688	280.891	386.688	280.891
Outros	(292)	(305)	(292)	(305)
Total	4.793.138	(1.759.432)	4.768.247	(1.775.896)

Nota 8 – Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (IFD), registrados em contas patrimoniais e contas de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição a risco (*hedge*). Essas operações envolvem contratos futuros de DI, dólar, cupom cambial e contratos de swaps.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados como instrumentos de *hedge*, destinam-se à proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos.

A CAIXA utiliza duas estratégias de atuação no mercado de instrumentos derivativos:

1. *Hedge* de outros instrumentos financeiros tanto da carteira de negociação quanto da carteira bancária;
2. Rentabilização da carteira de negociação.

O principal risco de mercado associado à primeira estratégia, ligado ao *hedge* de valor justo das operações de crédito, é a exposição à variação da taxa de juros para a parcela inefetiva do *hedge*.

Em relação à segunda estratégia, o principal risco de mercado é associado a variação no preço dos instrumentos derivativos. Essas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

A CAIXA atualmente não opera com derivativos sujeitos a variações de preços não lineares, o que torna essas variações menos amplas.

A Instituição gerencia o risco de mercado no contexto da carteira de negociação, objetivando controlar a exposição a esse risco, a perda esperada e o consumo de capital para cobrir esse risco.

Diariamente são apuradas a exposição líquida a risco de mercado, o VaR – *Value at Risk*, a concentração em fatores de risco, a estrutura a termo, a *duration* e a alocação de capital da carteira de negociação. Além disso, semanalmente são realizados testes de estresse.

A CAIXA possui uma estrutura de limites para esses indicadores, que são acompanhados diariamente e reportados à governança de riscos quando ocorre alguma extrapolação.

Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, ou para comprar/vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos. Os contratos de swap são registrados com ou sem garantia na B3.

No caso do registro com garantia, há uma *clearing* que fica responsável pelo cálculo dos ajustes diários e da margem de garantia a ser depositada para o pagamento em caso de *default* de alguma das partes. Assim, é a *clearing* que se torna contraparte dos contratos. Neste tipo de registro, portanto, não há risco de crédito.

No caso de registro sem garantia, não há uma *clearing* que calcula os ajustes diários e garante os pagamentos; os valores são calculados entre as partes. Nestes casos, porém, há a possibilidade de assinatura de contratos (Contrato Global de Derivativos – CGD e Cessão Fiduciária) onde são estabelecidas cláusulas que garantem o pagamento entre as partes. Inclusive, nesta modalidade, há um limite de crédito definido que, quando ultrapassado, requer a necessidade de depósito de ativos em conta de garantia, que é administrada pelas partes. Neste caso, há risco de crédito até o limite estabelecido em contrato.

As posições dos contratos futuros têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais.

A CAIXA não possui instrumento derivativo que tenha ganhos ou perdas registradas em conta destacada do patrimônio líquido, fato que ocorre somente em estruturas de *hedge account* de fluxo de caixa.

A Caixa Econômica Federal, na qualidade de agente operador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, é responsável pela operacionalização dos ativos e passivos do Fundo, prestando garantia de rentabilidade mínima aos ativos do FGTS nos termos da Lei nº 8.036/1990 e das Resoluções do Conselho Curador do FGTS nº 578/2008, 591/2009, 637/2010, 681/2012, 764/2014, 553/2007, 633/2010, 295/1998, 570/2008, 649/2010 e 798/2016.

Dada sua obrigação legal e conforme regramento contábil vigente, a CAIXA deve mensurar, no mínimo anualmente, o valor contábil a ser reconhecido referente à garantia de rentabilidade mínima assumida com o FGTS.



Tendo em vista que a CAIXA presta ao FGTS uma garantia financeira cuja obrigação mínima será zero caso a remuneração mínima seja atingida e não há benefício caso a performance seja superior ao acordado, a presente obrigação se caracteriza como um derivativo passivo decorrente das obrigações previstas para a administração do FGTS.

Dessa forma o Derivativo FGTS visa reconhecer nas demonstrações financeiras da CAIXA o valor contábil a título de garantia de rentabilidade mínima assumida frente ao FGTS, o qual deverá corresponder à estimativa de perda real dos investimentos realizados, consideradas as devidas compensações previstas na norma.

(a) *Hedge Contábil*

A CAIXA estabeleceu estruturas de *hedge* de valor justo para proteger-se da exposição à variação no risco de mercado no pagamento de juros e principal das emissões externas e das emissões em letras financeiras indexadas ao IPCA e para proteção da variação da taxa de juros para as operações de crédito.

O *hedge* contábil das emissões externas tem como objetivo a proteção da variação do dólar e do cupom de dólar no pagamento do principal, dos juros e do imposto de 15% sobre o pagamento dos juros, objeto do *hedge*.

A estrutura é construída para os saldos internalizados e a proteção ocorre por meio de contratos de swap, conforme descrito:

- Ponta Ativa Swap: variação do Dólar + cupom;
- Ponta Passiva Swap: % da variação do DI.

O *hedge* contábil estruturado para as letras financeiras indexadas ao IPCA tem como objetivo a proteção da variação do IPCA e do cupom de IPCA, objeto do *hedge*, e a proteção ocorre por meio de contratos de swap, conforme descrito:

- Ponta Ativa Swap: variação do IPCA + cupom;
- Ponta Passiva Swap: % da variação do DI.

O *hedge* contábil estruturado para as operações de crédito ativas, denominado *Macro Hedge* da carteira bancária, tem como objetivo a proteção do valor de mercado de contratos de crédito, e a proteção ocorre por meio de contratos de futuros DI, conforme descrito:

- Ponta Ativa Futuro de DI: % da variação do DI;
- Ponta Passiva Futuro de DI: Taxa pré-fixada.

Pelo fato de haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do *hedge*, no caso das emissões externas e das letras financeiras, e da ponta ativa do swap, a efetividade das operações se mantém próxima de 100%, dentro do intervalo de 80% e 125% estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/2002.

O mesmo patamar de efetividade é observado no *hedge* das operações de crédito.

O item Ajuste a Valor de Mercado dos instrumentos de *hedge* consiste no ajuste acumulado dos contratos de swap e futuros DI.



(a.1) Estrutura temporal do Hedge Contábil

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
HEDGE CONTÁBIL								
Estratégia	31/03/2022				31/12/2021			
	Instrumentos de Hedge			Objeto de Hedge	Instrumentos de Hedge			Objeto de Hedge
	Valor Principal	Juros	Ajuste a Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor Principal	Juros	Ajuste a Valor de Mercado	Valor Contábil
Risco cambial								
Hedge emissões externas	1.676.253	746.538	864.810	2.396.384	1.974.403	847.919	1.314.710	2.791.072
Risco de taxa de juros								
Hedge de letras financeiras	772.650	1.346.118	582.763	2.124.023	772.650	1.267.041	527.265	2.042.984
Total	2.448.903	2.092.656	1.447.573	4.520.407	2.747.053	2.114.960	1.841.975	4.834.056

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Vencimento	31/03/2022		31/12/2021	
	Hedge de Emissões Externas	Hedge de Letras Financeiras	Hedge de Emissões Externas	Hedge de Letras Financeiras
2022	1.676.253	-	1.974.403	-
2023	-	562.000	-	562.000
2024	-	203.450	-	203.450
2025	-	7.200	-	7.200
Total	1.676.253	772.650	1.974.403	772.650



(a.2) Macro Hedge da carteira bancária

Estratégia	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
	31/03/2022				31/12/2021			
	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge		Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge	
Risco de taxa de juros	Valor Nominal	Variação de valor de mercado	Valor de mercado	Ajuste de marcação a mercado	Valor Nominal	Variação de valor de mercado	Valor de mercado	Ajuste de marcação a mercado
Hedge de operações de crédito	21.979.208	319.836	21.573.377	(364.758)	12.464.940	449.129	11.575.436	(431.458)

A estrutura temporal do hedge das operações de crédito apresenta vencimentos com os valores de R\$ 7.224 milhões, R\$ 9.146 milhões, R\$ 5.483 milhões e R\$ 126 milhões para os anos de 2022, 2023, 2024 e 2025, respectivamente.”.

(b) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por indexador, tipo de instrumento e prazo, demonstrada pelo seu valor referencial em contas de compensação

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
	Valor Referencial						
	31/03/2022				31/12/2021		
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de Mercado	Valor de Mercado	
Contratos de futuros							
Compromissos de compra	-	-	-	-	-	17.195.674	
Mercado interfinanceiro	-	-	-	-	-	17.195.674	
Compromissos de venda	8.208.840	1.865.562	7.557.535	99.090.416	116.722.353	103.889.805	
Mercado interfinanceiro	7.686.638	1.865.562	7.557.535	99.090.416	116.200.151	102.926.503	
Moeda estrangeira	522.202	-	-	-	522.202	963.302	
Contratos de Swaps							
Swaps	14.473	-	705.324	-	719.797	1.492.447	
Índices	-	-	-	-	-	772.650	
Moeda estrangeira	14.473	-	705.324	-	719.797	719.797	
Outros derivativos							
Derivativo FGTS	-	-	-	3.949.787	3.949.787	3.910.210	



(c) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, contraparte e prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor patrimonial

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
Descrição	31/03/2022					31/12/2021	
	Valor Patrimonial a Receber (Recebido)/ A Pagar (Pago)	Ajuste ao Valor de Mercado (Res./ Patrim. Líquido)	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Patrimonial	Valor Patrimonial
Posição Ativa							
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	1.395.443	52.130	17.201	847.609	582.763	1.447.573	1.841.975
Índices/B3	546.610	36.153	-	-	582.763	582.763	527.265
Moeda estrangeira/Inst. financeiras	848.833	15.977	17.201	847.609	-	864.810	1.314.710
Ativo circulante						864.810	1.314.710
Ativo não circulante						582.763	527.265
Posição Passiva							
Outros Derivativos – Ajuste a Pagar	1.538.439	71.138	-	-	1.609.577	1.609.577	1.680.715
Derivativo FGTS	1.538.439	71.138	-	-	1.609.577	1.609.577	1.680.715
Passivo circulante						-	-
Passivo não circulante						1.609.577	1.680.715

(d) Resultado na carteira de instrumentos financeiros derivativos

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2022		2021
	1º trimestre		1º trimestre
Swap	(394.403)		196.580
Futuro	1.143.101		3.028.981
FGTS	71.138		(252.445)
Total realizado	819.836		2.973.116



Nota 9 – Carteira de crédito

(a) Composição da carteira de crédito por modalidades e níveis de risco

A Carteira de crédito apresentou variação entre o Individual e o Consolidado de R\$ 2.111.824 em 31/03/2022 decorrente das operações com Empréstimos e títulos descontados rating AA do Fundo FIDC STONE III.

Carteira de crédito	INDIVIDUAL									31/03/2022	31/12/2021
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H		
Operações de crédito	442.192.655	151.836.888	127.248.027	88.005.679	27.113.029	8.818.348	8.392.087	9.965.949	14.156.983	877.729.645	856.746.991
Empréstimos e títulos descontados	40.948.720	40.421.538	52.963.390	30.719.074	6.082.321	3.059.204	1.950.746	1.187.646	6.726.316	184.058.955	181.175.997
Financiamentos	646.606	1.450.641	1.416.479	907.169	217.517	76.030	24.975	14.107	112.346	4.865.870	4.473.597
Financiamentos rurais e agroindustriais	3.371.319	8.950.389	6.570.377	2.066.163	100.807	64.643	15.038	9.980	61.392	21.210.108	16.491.550
Financiamentos imobiliários	368.841.696	52.505.372	61.344.106	50.750.060	17.466.042	5.181.643	2.996.422	4.925.170	6.141.645	570.152.156	557.225.388
Financiamentos de infraestrutura	23.517.565	48.451.001	4.804.220	3.426.673	3.170.642	376.434	3.368.671	3.804.900	1.016.739	91.936.845	91.600.475
Cessão de créditos	4.866.749	57.947	149.455	136.540	75.700	60.394	36.235	24.146	98.545	5.505.711	5.779.984
Outros créditos c/ característica de concessão de crédito	1.622.173	5.490.763	1.324.982	1.672.838	298.688	287.574	109.242	49.295	409.437	11.264.992	10.899.066
Cartão de crédito	977.093	5.055.827	761.616	940.880	290.409	269.963	105.580	47.497	178.873	8.627.738	8.752.337
Adiantamento de contratos de câmbio	608.614	334.255	531.287	197.477	6.094	13.913	-	-	224.704	1.916.344	1.601.735
Créditos adquiridos (1)	-	94.888	-	494.615	-	-	-	-	-	589.503	328.946
Diversos	36.466	5.793	32.079	39.866	2.185	3.698	3.662	1.798	5.860	131.407	216.048
Subtotal	443.814.828	157.327.651	128.573.009	89.678.517	27.411.717	9.105.922	8.501.329	10.015.244	14.566.420	888.994.637	867.646.057
Hedge da carteira de crédito										(364.758)	(431.458)
Total	443.814.828	157.327.651	128.573.009	89.678.517	27.411.717	9.105.922	8.501.329	10.015.244	14.566.420	888.629.879	867.214.599
Provisão p/ perdas associadas ao risco de crédito	(716.624)	(945.401)	(2.222.005)	(4.282.703)	(3.215.691)	(2.932.112)	(4.316.260)	(7.015.244)	(14.566.420)	(40.212.460)	(38.814.960)
Total líq. de provisões	443.098.204	156.382.250	126.351.004	85.395.814	24.196.026	6.173.810	4.185.069	3.000.000	-	848.417.419	828.399.639
Ativo circulante										164.029.834	156.820.249
Ativo não circulante										724.600.045	710.394.350

(1) Créditos adquiridos com coobrigação dos Bancos Cruzeiro do Sul, BMG e Daycoval.

A CAIXA disponibilizou linhas de crédito de empréstimos às empresas de pequeno e médio porte com taxas e condições especiais com o intuito de manter o enfrentamento aos impactos econômicos decorrentes da pandemia de Covid-19. A CAIXA foi a primeira instituição a operar a linha de crédito PRONAMPE - Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, em 31/03/2022 o montante total contratado foi de R\$ 18.856.863. Na linha de crédito FAMPE - Fundo de aval para Micro e Pequenas Empresas, que conta com o Crédito Assistido do SEBRAE, em 31/03/2022 o montante total contratado foi de R\$ 7.950.048. A CAIXA ainda passou a disponibilizar a partir de agosto 2020, para as empresas de pequeno e médio porte a nova linha de crédito para capital de giro com garantia do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), com o montante total de R\$ 9.046.397 em 31/03/2022.



(b) Composição da provisão para perdas associadas ao risco de crédito

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO											
Carteira de crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/03/2022	31/12/2021
Provisão regulamentar	-	(786.638)	(1.285.731)	(2.690.354)	(2.741.171)	(2.731.776)	(4.250.665)	(7.010.670)	(14.566.420)	(36.063.425)	(34.686.464)
Operações de crédito	-	(759.185)	(1.272.481)	(2.640.170)	(2.711.303)	(2.645.504)	(4.196.044)	(6.976.164)	(14.156.983)	(35.357.834)	(34.110.423)
Empréstimos e títulos descontados	-	(202.108)	(529.634)	(921.572)	(608.232)	(917.761)	(975.372)	(831.352)	(6.726.316)	(11.712.347)	(11.388.280)
Financiamentos	-	(7.253)	(14.165)	(27.215)	(21.752)	(22.809)	(12.488)	(9.875)	(112.346)	(227.903)	(210.336)
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	(44.752)	(65.704)	(61.985)	(10.081)	(19.393)	(7.519)	(6.986)	(61.392)	(277.812)	(214.288)
Financiamentos imobiliários	-	(262.527)	(613.441)	(1.522.502)	(1.746.604)	(1.554.493)	(1.498.211)	(3.447.619)	(6.141.645)	(16.787.042)	(16.079.829)
Financiamentos de infraestrutura	-	(242.255)	(48.042)	(102.800)	(317.064)	(112.930)	(1.684.336)	(2.663.430)	(1.016.739)	(6.187.596)	(6.053.181)
Cessão de créditos	-	(290)	(1.495)	(4.096)	(7.570)	(18.118)	(18.118)	(16.902)	(98.545)	(165.134)	(164.509)
Outros créditos c/ característica de concessão de crédito	-	(27.453)	(13.250)	(50.184)	(29.868)	(86.272)	(54.621)	(34.506)	(409.437)	(705.591)	(576.041)
Cartão de crédito	-	(25.279)	(7.616)	(28.226)	(29.041)	(80.989)	(52.790)	(33.248)	(178.873)	(436.062)	(430.010)
Adiantamento de contratos de câmbio	-	(1.671)	(5.313)	(5.924)	(609)	(4.174)	-	-	(224.704)	(242.395)	(20.787)
Créditos adquiridos	-	(474)	-	(14.838)	-	-	-	-	-	(15.312)	(7.302)
Diversos	-	(29)	(321)	(1.196)	(218)	(1.109)	(1.831)	(1.258)	(5.860)	(11.822)	(117.942)
Provisão complementar (1)	(716.624)	(158.763)	(936.274)	(1.592.349)	(474.520)	(200.336)	(65.595)	(4.574)	-	(4.149.035)	(4.128.496)
Operações de crédito	(712.453)	(157.150)	(926.918)	(1.560.763)	(456.757)	(174.542)	(57.765)	(2.939)	-	(4.049.287)	(4.028.503)
Empréstimos e títulos descontados	(114.667)	(54.838)	(525.681)	(754.583)	(303.506)	(157.824)	(54.233)	(2.697)	-	(1.968.028)	(1.922.860)
Financiamentos	(1.361)	(1.315)	(8.945)	(18.415)	(17.813)	(14.045)	(2.537)	-	-	(64.431)	(64.549)
Financiamentos rurais e agroindustriais	(5.253)	(3.551)	(11.186)	(11.818)	(1.351)	(1.057)	(260)	(38)	-	(34.514)	(24.417)
Financiamentos imobiliários	(577.461)	(95.739)	(368.389)	(736.045)	(115.338)	(1.616)	(735)	(204)	-	(1.895.526)	(1.929.134)
Financiamentos de infraestrutura	(10.252)	(1.640)	(12.498)	(39.874)	(18.749)	-	-	-	-	(83.013)	(83.489)
Cessão de créditos	(3.459)	(67)	(219)	(28)	-	-	-	-	-	(3.773)	(4.054)
Outros créditos c/ característica de concessão de crédito	(4.171)	(1.613)	(9.356)	(31.586)	(17.763)	(25.794)	(7.830)	(1.635)	-	(99.748)	(99.993)
Cartão de crédito	(49)	(150)	(1.104)	(8.289)	(4.970)	(2.067)	(539)	(35)	-	(17.203)	(16.872)
Adiantamento de contratos de câmbio	(1.536)	(543)	(4.152)	(1.801)	(135)	(1.551)	-	-	-	(9.718)	(9.128)
Créditos adquiridos	-	(237)	-	-	-	-	-	-	-	(237)	(255)
Diversos	(2.586)	(683)	(4.100)	(21.496)	(12.658)	(22.176)	(7.291)	(1.600)	-	(72.591)	(73.738)
Total Provisão	(716.624)	(945.401)	(2.222.005)	(4.282.703)	(3.215.691)	(2.932.112)	(4.316.260)	(7.015.244)	(14.566.420)	(40.212.460)	(38.814.960)
Ativo circulante										(14.009.782)	(12.839.956)
Ativo não circulante										(26.202.678)	(25.975.004)

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, utilizando-se da metodologia de perda esperada, adotada na gestão de risco de crédito da instituição.



(c) Composição por faixas de vencimento e níveis de risco

(c.1) Carteira de crédito em curso normal

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO											
Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/03/2022	31/12/2021
Parcelas vincendas	443.614.837	157.134.091	112.384.443	65.801.844	16.227.595	4.534.357	5.318.985	7.882.194	6.118.519	819.016.865	814.201.004
01 a 30 dias	5.824.098	6.209.679	2.649.315	1.827.725	465.252	302.524	333.087	1.677.379	346.555	19.635.614	18.551.724
31 a 60 dias	5.501.903	3.645.737	2.173.408	1.344.961	342.283	160.222	271.843	147.307	178.250	13.765.914	13.336.346
61 a 90 dias	5.277.231	3.618.498	2.107.484	1.243.478	282.682	137.916	257.467	142.123	372.141	13.439.020	11.769.312
91 a 180 dias	15.787.145	8.818.229	6.039.303	3.623.300	807.509	353.298	746.787	409.634	411.953	36.997.158	35.889.464
181 a 360 dias	30.372.801	12.917.999	10.449.782	6.305.206	1.355.532	448.547	1.339.353	733.440	499.632	64.422.292	63.625.553
Acima de 360 dias	380.851.659	121.923.949	88.965.151	51.457.174	12.974.337	3.131.850	2.370.448	4.772.311	4.309.988	670.756.867	671.028.605
Parcelas vencidas	48.082	148.013	104.449	82.638	39.591	17.746	7.574	3.808	23.478	475.379	428.657
01 a 14 dias	48.082	148.013	104.449	82.638	39.591	17.746	7.574	3.808	23.478	475.379	428.657
Total	443.662.919	157.282.104	112.488.892	65.884.482	16.267.186	4.552.103	5.326.559	7.886.002	6.141.997	819.492.244	814.629.661

A seguir, apresentamos a classificação dos clientes por níveis de risco em função dos períodos de atraso em relação aos vencimentos das operações contratadas. Esta classificação está em conformidade com as disposições da Resolução CMN nº 2.682/1999.

Período de atraso	Prazo em dobro	Classificação do cliente
de 15 a 30 dias	de 30 a 60 dias	B
de 31 a 60 dias	de 61 a 120 dias	C
de 61 a 90 dias	de 121 a 180 dias	D
de 91 a 120 dias	de 181 a 240 dias	E
de 121 a 150 dias	de 241 a 300 dias	F
de 151 a 180 dias	de 301 a 360 dias	G
superior a 180 dias	superior a 360 dias	H



(c.2) Carteira de crédito em curso anormal

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO											
Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/03/2022	31/12/2021
Parcelas vincendas	-	-	15.566.270	22.835.390	10.428.217	3.975.604	2.678.813	1.748.072	5.247.182	62.479.548	46.275.960
01 a 30 dias	-	-	171.417	236.705	127.063	64.266	43.983	32.208	127.522	803.164	649.606
31 a 60 dias	-	-	160.507	229.751	119.445	56.948	36.069	26.487	97.347	726.554	582.289
61 a 90 dias	-	-	159.616	219.567	111.124	53.987	35.714	25.880	94.830	700.718	529.803
91 a 180 dias	-	-	468.828	644.316	327.661	159.811	102.770	75.004	275.391	2.053.781	1.609.907
181 a 360 dias	-	-	908.835	1.264.017	637.728	311.027	200.136	141.020	524.506	3.987.269	3.107.055
Acima de 360 dias	-	-	13.697.067	20.241.034	9.105.196	3.329.565	2.260.141	1.447.473	4.127.586	54.208.062	39.797.300
Parcelas vencidas	-	-	715.303	958.645	716.314	578.215	495.957	381.170	3.177.241	7.022.845	6.740.436
01 a 30 dias	-	-	579.660	416.440	203.554	113.953	70.796	45.431	667.209	2.097.043	1.624.068
31 a 60 dias	-	-	135.210	424.951	151.275	99.858	59.965	34.700	141.257	1.047.216	867.054
61 a 90 dias	-	-	408	92.068	278.686	100.839	61.286	35.733	137.495	706.515	591.934
91 a 180 dias	-	-	25	25.164	82.659	232.874	257.496	214.881	445.086	1.258.185	1.197.973
181 a 360 dias	-	-	-	22	140	30.691	46.414	50.425	1.168.857	1.296.549	1.737.820
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	617.337	617.337	721.587
Total	-	-	16.281.573	23.794.035	11.144.531	4.553.819	3.174.769	2.129.242	8.424.423	69.502.393	53.016.396

(c3) Operações de Financiamentos PESE - Programa Emergencial Suporte Emprego

A Caixa participa do Programa Emergencial de Suporte a Empregos - PESE, conforme estabelecido na Resolução CMN n.º 4.846/2020. As instituições financeiras participantes do programa podem financiar a folha salarial de empresários, sociedades empresárias e sociedades cooperativas, excetuadas as sociedades de crédito, sendo 15% do valor de cada financiamento custeado com recursos próprios das instituições financeiras participantes e 85% do valor de cada financiamento custeado com recursos da União.

Nível de risco	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	31/03/2022		31/12/2021	
	Valor das operações	Provisão	Valor das operações	Provisão
AA	15.979	9	21.939	13
A	51.527	48	61.393	57
B	31.190	95	37.435	118
C	35.929	322	45.365	401
D	12.110	306	13.998	367
E	3.113	177	3.927	223
F	1.088	85	1.313	104
G	674	71	1.123	118
H	3.306	496	3.667	550
Total	154.916	1.609	190.160	1.951

(d) Composição da carteira de crédito por setor de atividade

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	31/03/2022	%	31/12/2021	%
SETOR PÚBLICO	63.483.001	7,2	63.527.043	7,3
Administração direta	53.489.199	6,0	53.418.642	6,1
Administração indireta – saneamento e infraestrutura	5.487.703	0,6	5.396.640	0,6
Administração indireta – outros	4.506.099	0,6	4.711.761	0,5
SETOR PRIVADO	825.146.878	92,8	803.687.556	92,7
PESSOA JURÍDICA	129.782.321	14,6	127.880.411	14,8
Comércio varejista	15.603.339	1,7	24.229.690	2,8
Construção civil	18.871.187	2,1	18.142.787	2,1
Energia elétrica	23.654.223	2,6	15.310.387	1,8
Comércio atacadista	4.958.954	0,5	11.266.436	1,3
Transporte	9.727.473	1,0	9.724.638	1,1
Saneamento e infraestrutura	7.403.943	0,8	7.423.593	0,9
Saúde	12.243.834	1,3	5.889.621	0,7
Outras indústrias	5.147.485	0,5	5.045.841	0,6
Siderurgia e metalurgia	5.743.296	0,6	5.013.093	0,6
Alimentação	3.571.160	0,4	3.354.588	0,5
Agronegócio e extrativismo	3.623.485	0,4	3.328.778	0,4
Têxtil	2.000.158	0,2	2.043.049	0,2
Petroquímico	1.012.950	0,1	1.589.167	0,2
Comunicação	1.391.743	0,1	1.343.396	0,2
Serviços financeiros	1.597.794	0,1	743.947	0,2
Serviços pessoais	355.732	0,0	377.158	-
Outros serviços	12.875.565	1,4	13.054.242	1,5
PESSOA FÍSICA	695.364.557	78,2	675.807.145	77,9
Total	888.629.879	100,0	867.214.599	100,0

(e) Receita da Carteira de crédito

A receita da Carteira de crédito apresentou variação entre o Individual e o Consolidado de R\$ 58.732 no 1º trimestre de 2022.

INDIVIDUAL		
Descrição	2022	2021
	1º trimestre	1º trimestre
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	7.625.179	6.294.955
Financiamentos rurais e agroindustriais	346.500	107.377
Financiamentos imobiliários	10.647.150	9.085.753
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	1.988.814	1.689.208
Créditos por avais e fiança	1.797	2.013
Resultado da venda ou transferência de ativos financeiros	8.352	7.584
Total	20.617.792	17.186.890

(f) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros

A Resolução CMN nº 3.533/2008 estabelece procedimentos para a classificação, registro contábil e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

(f.1) Rendas vinculadas a aquisição de carteiras de crédito com coobrigação

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	2022	2021
	1º trimestre	1º trimestre
BMG	1.877	6.128
Daycoval	7	324
Mercantil	13.231	-
Total	15.115	6.452
Banco PAN	475.236	452.292
Total	475.236	452.292

(f.2) Resultado vinculado a cessão de carteiras de crédito

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	2022	2021
	1º trimestre	1º trimestre
Receitas vinculadas à cessão	126.124	146.685
Carteiras cedidas com coobrigação	126.124	146.685
Despesas vinculadas à cessão	(132.887)	(145.553)
Carteiras cedidas com coobrigação	(132.887)	(145.553)
Total	(6.763)	1.132



(g) Créditos recuperados

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	2022	2021
	1º trimestre	1º trimestre
Operações comerciais	348.803	325.945
Operações habitacionais	69.754	101.577
Total	418.557	427.522

(h) Créditos renegociados

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	2022	2021
	1º trimestre	1º trimestre
Operações comerciais	129.894	114.970
Operações habitacionais (1)	5.820.404	46.968.471
Total	5.950.298	47.083.441

(1) Variação decorrente das renegociações em condições especiais, devido à pandemia de COVID - 19.

(i) Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	2022	2021
	1º trimestre	1º trimestre
Saldo inicial	(38.814.960)	(34.570.638)
Constituição de provisão no período	(3.223.382)	(2.544.453)
Reversão de provisão no período	33.084	36
Transferência para prejuízo	1.792.798	1.726.376
Saldo final	(40.212.460)	(35.388.679)

(i) Concentração dos principais devedores

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	31/03/2022	%	31/12/2021	%
Principal devedor	9.252.095	1,04	9.060.619	1,04
10 maiores devedores	37.400.119	4,21	37.358.900	4,31
20 maiores devedores	53.042.047	5,97	52.964.099	6,10
50 maiores devedores	71.282.090	8,02	71.042.072	8,19
100 maiores devedores	84.433.597	9,50	84.108.804	9,69

Nota 10 – Outros ativos financeiros

(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Créditos vinculados ao SFH (b)	33.847.227	33.226.479	33.847.227	33.226.479
Devedores por depósitos em garantia (Nota 19 (g))	19.310.036	18.915.114	19.310.036	18.915.114
Prêmio em aquisição de carteiras	2.153.319	2.225.023	2.153.319	2.225.023
Rendas a receber do setor público	1.924.193	1.865.364	1.924.193	1.865.364
Carteira de câmbio (c)	1.837.917	2.000.009	1.837.917	2.000.009
Direitos sobre royalties	814.018	794.612	814.018	794.612
Rendas a receber do setor privado	269.119	222.667	450.258	414.931
Cartão de crédito	236.816	1.130.342	236.816	1.130.342
Demais	257.742	275.697	270.189	280.060
Total	60.650.387	60.655.307	60.843.973	60.851.934
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável (1)	(462.645)	(462.645)	(462.645)	(462.645)
Total líquido de provisão	60.187.742	60.192.662	60.381.328	60.389.289
Ativo circulante	3.983.331	4.953.600	4.218.697	5.150.227
Ativo não circulante	56.204.411	55.239.062	56.162.631	55.239.062

(1) Aplicabilidade contratual, ainda em tratativa entre as partes, referente a tarifas de prestação de serviços do FIES e INSS.

(b) Créditos Vinculados - Sistema Financeiro da Habitação (SFH)

Inclui os valores a ressarcir junto ao FGTS e os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS, que estão em processo de novação com aquele fundo.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/03/2022	31/12/2021
FCVS a receber - líquido de provisão	33.806.239	33.191.874
FCVS a receber - não homologados	14.022.200	13.815.140
FCVS a receber - habilitados e homologados	25.130.133	24.753.795
Provisão FCVS a receber	(5.346.094)	(5.377.061)
FGTS a ressarcir	40.988	34.605
Total (líquido de provisão)	33.847.227	33.226.479

Os contratos a serem ressarcidos pelo FCVS rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS.

No saldo do item FCVS a receber – não homologados estão inclusos os contratos em processo de habilitação na CAIXA, ainda não submetidos à avaliação pelo FCVS, no montante de R\$ 1.304.069 e por contratos já habilitados pela CAIXA e em fase de análise por parte do FCVS para homologação, no montante R\$ 799.479.

A metodologia para o cálculo da provisão dos contratos a serem ressarcidos pelo FCVS, de acordo com as melhores práticas, visa captar o risco vinculado ao recebimento dos ativos. A metodologia, além de ter incorporado a possibilidade de sinistro para os contratos com negativa de cobertura, inseriu mais uma funcionalidade para o cálculo de provisão para os demais contratos com cobertura do FCVS, ou seja, o cálculo da provisão dos contratos classificados como: Não Habilitados, Habilitados Não Homologados, Homologados, Novado Não Baixado. A incorporação da nova funcionalidade permitiu a definição dos níveis de provisão de todas as operações cobertas pelo FCVS, independentemente da situação do crédito. Para março de 2022 não houve alteração na metodologia aplicada.

(c) Carteira de câmbio

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/03/2022	31/12/2021
Ativo – outros ativos financeiros		
Câmbio comprado a liquidar – moeda estrangeira	1.753.148	1.970.491
Rendas a receber de adiantamentos concedidos - ACC/ACE (Nota 9 (a))	26.852	45.668
Direitos sobre vendas de câmbio – moeda nacional	102.608	30.783
(-) Adiantamentos recebidos – moeda nacional	(17.519)	(743)
(-) Adiantamentos recebidos – moeda estrangeira	(320)	(522)
Ativo circulante	1.864.769	2.045.677
Passivo – outros passivos financeiros		
Obrigações por compras de câmbio – moeda nacional	1.910.827	1.839.017
Câmbio vendido a liquidar – moeda estrangeira	102.276	30.778
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio - ACC/ACE (Nota 9 (a))	(1.889.492)	(1.556.067)
Passivo circulante	123.611	313.728
Carteira líquida de câmbio	1.741.158	1.731.949

(d) Resultado de outros ativos financeiros

Conforme determina a Carta Circular BACEN nº 3.731/2015, o valor do 1º trimestre de 2022 apresentado referente ao item “Resultado de câmbio” reflete a reclassificação para “Outras receitas operacionais – Nota 28” da parcela da variação cambial de natureza credora que excedeu o somatório do componente de remuneração registrado na conta de despesa. A referida Carta Circular produziu efeitos somente nas Demonstrações Contábeis Individuais.

INDIVIDUAL		
Descrição	2022	2021
	1º trimestre	1º trimestre
Resultado de câmbio	(280.816)	170.122
Créditos vinculados - SFH	642.610	529.489
Total	361.794	699.611
CONSOLIDADO		
Descrição	2022	2021
	1º trimestre	1º trimestre
Resultado de câmbio	(311.293)	170.122
Créditos vinculados - SFH	642.610	529.489
Total	331.317	699.611

Nota 11 – Investimentos

A carteira de investimento consolidada é composta por empresas controladas, coligadas e com controle conjunto, sobre as quais a CAIXA, CAIXA Cartões, CAIXA Loterias, CAIXA DTVM e a CAIXA Seguridade exercem controle, influência significativa ou possuam controle compartilhado.

As participações na qual a CAIXA Seguridade detenha o controle são consolidadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA Seguridade que são utilizadas para a consolidação do Conglomerado CAIXA.



(a) Definições

Conglomerado CAIXA

É o conjunto de empresas formado pela CAIXA e pelas empresas em que a CAIXA detém participação acionária direta ou indireta. A participação direta ocorre quando a CAIXA é detentora das ações de uma empresa ou sociedade. Já a indireta realiza-se quando a CAIXA investe por meio de outra empresa.

Participação Societária Estratégica

Considera-se Participação Societária Estratégica a sociedade em companhia que traz similaridade, complementariedade, suporte e sinergia aos negócios da CAIXA, com alinhamento ao planejamento estratégico.

Subsidiária Integral

São as empresas as quais a CAIXA possui participação integral, atua como único dono e exerce a governança, conforme consignado nos instrumentos societários e traduzidos em representações nas instâncias de governança.

Controlada

Considera-se como controlada as participações nas quais a CAIXA detém o controle, ou seja, exerce o papel de Controladora, diretamente ou através de outras controladas, sendo titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores. As participações são acima de 50% e menores que 100%, com outros sócios e governança majoritária, conforme consignado nos instrumentos societários e traduzidos em representações nas instâncias de governança.

Coligada

São as sociedades nas quais a CAIXA, como investidora, detém influência significativa e exerce o poder de participar nas decisões das políticas financeira ou operacional da investida sem controlá-la, conforme consignado nos instrumentos societários e traduzidos em representações nas instâncias de governança.

A tabela a seguir apresenta as participações em controladas, controladas em conjunto e coligadas do conglomerado CAIXA.

(b) Reestruturação societárias

Câmara Interbancária de Pagamentos - CIP

Com a entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.817/2020 o investimento da CIP, que é uma associação sem fins lucrativos que objetiva a prestação de serviços, no âmbito do mercado financeiro nacional, passou a ser mensurado por equivalência patrimonial na CAIXA, anteriormente avaliado pelo custo.

No 1º trimestre de 2022 ocorreu a desmutualização com a cisão parcial da Câmara Interbancária de Pagamentos – CIP para a CIP e CIP S.A., no qual a Caixa Econômica Federal possui influência significativa em virtude de deter o poder de participar nas decisões das políticas financeiras ou operacionais da investida, sem controlá-la, por meio do seu representante.

A CAIXA é detentora de 8,33% do capital de ambas as entidades cindidas, o que gerou um ganho de capital decorrente de reorganização societária no montante de R\$ 156.607 (Nota 31) e um resultado de equivalência patrimonial no valor de R\$ 6.872 (Nota 11 (c)) para a CAIXA no período apurado. Cabe ressaltar que a desmutualização trará, entre inúmeras vantagens, a flexibilização na realização de alianças estratégicas com outras instituições e maior facilidade de acesso às fontes de recursos eventualmente necessária.



A tabela a seguir apresenta as participações em controladas, controladas em conjunto e coligadas do conglomerado CAIXA.

Empresa (1)	País de constituição	Sede	Natureza do relacionamento	Atividade	Participação estratégica (2)
CAIXA	Brasil	Brasília (DF)	Líder do Conglomerado	Caixa Econômica Federal	
TecBan	Brasil	Barueri (SP)	Controle conjunto	Tecnologia bancária	Sim
Quod	Brasil	Barueri (SP)	Controle conjunto	Birô de crédito	Sim
Galgo Sistemas de Informações	Brasil	São Paulo (SP)	Controle conjunto	Outras atividades	Sim
CIP	Brasil	São Paulo (SP)	Coligada	Outras atividades	Sim
CAIXA Seguridade	Brasil	Brasília (DF)	Controlada	Holding	Sim
Caixa Holding	Brasil	Brasília (DF)	Controlada	Holding	Sim
CAIXA Corretora	Brasil	Brasília (DF)	Controlada	Corretora de seguros	Sim
Too Seguros	Brasil	São Paulo (SP)	Controle conjunto	Seguradora	Não
PAN Corretora	Brasil	São Paulo (SP)	Controle conjunto	Corretora	Não
XS3 Seguros	Brasil	São Paulo (SP)	Controle conjunto	Seguros	Sim
XS4 Capitalização	Brasil	Rio de Janeiro (RJ)	Controle conjunto	Capitalização	Sim
XS5 Consórcios	Brasil	Brasília (DF)	Controle conjunto	Consórcios	Sim
XS6 Assistência	Brasil	Barueri (SP)	Controle conjunto	Serviços assistenciais	Sim
CNP Brasil	Brasil	Brasília (DF)	Coligada	Holding	Sim
Holding XS1	Brasil	Brasília (DF)	Coligada	Holding	Sim
CAIXA Cartões	Brasil	Brasília (DF)	Subsidiária integral	Holding	Sim
Elo Serviços	Brasil	Barueri (SP)	Controle conjunto	Instituição de pagamento	Sim
CAIXA Loterias	Brasil	Brasília (DF)	Subsidiária integral	Holding	Sim
CAIXA DTVM	Brasil	Brasília (DF)	Subsidiária integral	Distrib. de títulos e valores mobiliários	Sim

(1) Todas as empresas mencionadas adotam o Real como moeda funcional.

(2) Consideram-se participações estratégicas os investimentos em sociedades cujas atividades complementam ou dão suporte as atividades do banco.



(c) Composição do investimento e do resultado de equivalência patrimonial

INDIVIDUAL												
Descrição	% de participação				Patrimônio Líquido ajustado da investida		Valor contábil do investimento		Resultado de equivalência patrimonial		Dividendos e JCP	
	31/03/2022		31/12/2021									
	Total	Ações Ordinárias	Total	Ações Ordinárias	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	2022	2021	1º trimestre de 2022	1º trimestre de 2021
									1º trimestre	1º trimestre		
CAIXA Seguridade	82,75%	82,75%	82,75%	82,75%	11.010.604	10.376.036	9.189.111	8.733.680	451.861	1.904.076	-	-
CAIXA Cartões	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	842.724	806.277	842.724	806.277	36.447	62.717	-	-
CAIXA Loterias	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	(159)	(3.130)	-	-	(30)	(38)	-	-
CAIXA DTVM	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	318.387	132.439	318.388	132.439	262.975	-	103.932	-
TecBan	13,01%	11,61%	13,01%	11,61%	882.580	860.843	172.762	170.752	2.101	-	-	-
Quod	19,11%	20,00%	19,11%	20,00%	82.410	105.688	15.748	20.197	(4.448)	-	-	-
Galgo Sistemas de Informações	6,67%	6,67%	6,67%	6,67%	22.554	20.715	1.504	1.381	123	16	-	-
CIP	8,33%	8,33%	-	-	166.796	-	166.796	-	6.872	-	-	-
Outros Investimentos (1) (2) (3)	-	-	-	-	-	-	1.501	771.042	-	59.235	-	-
Total							10.708.534	10.635.768	755.901	2.026.006	103.932	-

(1) Investimentos pré-operacionais da Negócios Digitais e Caixa Imóveis e outros investimentos apresentados pelo seu valor de custo.

(2) Inclui uma perda por redução ao valor recuperável em 31/03/2022 no valor de R\$ 10.178 (31/12/2021 – (R\$ 10.348)).

(3) Os investimentos do FGO, FGHAB, FGI e ANBIMA foram reclassificados e enquadrados como instrumentos financeiros de acordo com a Resolução CMN nº 4.817/2020 (Nota 7).



Descrição	CONSOLIDADO											
	% de participação				Patrimônio Líquido ajustado da investida		Valor contábil do investimento		Resultado de equivalência patrimonial		Dividendos e JCP	
	31/03/2022		31/12/2021		31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	2022	2021	1º trimestre de 2022	1º trimestre de 2021
	Total	Ações Ordinárias	Total	Ações Ordinárias								
Holding XS1	60,00%	49,00%	60,00%	49,00%	9.915.085	9.731.712	5.949.051	5.839.027	221.744	207.267	119.283	-
CNP Brasil	48,25%	48,25%	48,25%	48,25%	3.791.903	4.019.430	1.750.431	1.847.994	126.701	128.969	220.876	637.762
XS3 Seguros	75,00%	49,99%	75,00%	49,99%	1.644.051	1.615.466	1.232.977	1.211.539	21.438	(26.142)	-	-
XS4 Capitalização	75,00%	49,99%	75,00%	49,99%	273.355	258.862	205.006	191.158	11.614	30	-	-
XS5 Consórcios	75,00%	49,99%	75,00%	49,99%	329.390	363.355	258.622	276.207	(13.742)	-	-	-
XS6 Assistência	75,00%	49,99%	75,00%	49,99%	32.268	32.366	24.200	24.274	(73)	(124)	-	-
Elo Serviços	41,41%	0,01%	41,41%	0,01%	843.392	734.909	349.290	304.362	44.928	60.588	-	-
Too Seguros	49,00%	49,00%	49,00%	49,00%	578.964	554.657	281.210	269.413	15.649	11.128	-	3.013
Tecban	13,01%	11,61%	13,01%	11,61%	882.580	860.843	172.762	170.752	2.101	4.075	-	-
PAN Corretora (1)	49,00%	49,00%	49,00%	49,00%	35.230	49.168	17.263	24.092	4.903	7.034	11.733	-
Quod	19,11%	20,00%	19,11%	20,00%	82.410	105.688	15.748	20.197	(4.448)	(3.556)	-	-
Galgo Sistemas de Informações	6,67%	6,67%	6,67%	6,67%	22.554	20.771	1.504	1.381	123	16	-	-
CIP	8,33%	8,33%	-	-	166.796	-	166.796	-	6.872	-	-	-
Banco PAN (2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	87.008	-	-
Outros investimentos (3) (4)	-	-	-	-	-	-	313.122	1.082.752	(3.337)	(22.294)	-	-
Total	-	-	-	-	-	-	10.737.982	11.263.148	434.473	453.999	351.892	640.775

(1) Inclui uma perda por redução ao valor recuperável em 31/03/2022 no valor de (R\$ 34) (31/12/2021 – (R\$ 34))

(2) No 2º trimestre de 2021, houve a alienação total das ações do Banco PAN.

(3) Inclui os investimentos pré-operacionais: Negócios Digitais, Caixa Imóveis, CAIXA Cartões Adquirência, CAIXA Cartões Pre Pagos, CAIXA Cartões PAT, CAIXA Cartões Fidelidade, CAIXA Cartões Contas de Pagamento, e outros investimentos avaliados pelo custo.

(4) Inclui uma perda por redução ao valor recuperável em 31/03/2022 no valor de (R\$ 10.178) (31/12/2021 – (R\$ 10.348)).



(d) Informações financeiras resumidas das coligadas e joint ventures não ajustadas pelos percentuais de participação detidos pela CAIXA no segmento de seguros e capitalização

Descrição	31/03/2022							
	Holding XS1	CNP Brasil	XS3 Seguros	XS4 Capitalização	XS5 Consórcios	XS6 Assistência	Too Seguros	PAN Corretora
Ativo circulante	122.513.027	7.087.608	729.813	296.217	72.601	15.216	1.623.078	62.925
Ativo não circulante	12.677.018	7.650.071	1.489.514	178.560	282.083	30.834	1.262.354	155
Passivo circulante	120.257.704	6.119.397	432.419	198.962	25.294	13.207	2.016.657	27.850
Passivo não circulante	5.017.256	4.826.379	142.857	2.460	-	575	289.811	-
Passivo contingente	592.293	3.362.335	-	-	-	-	48.081	-
Receitas	13.237.972	1.126.484	190.455	34.278	19.028	9.043	556.420	13.368
Despesas	(12.868.399)	(850.293)	(161.870)	(18.791)	(37.351)	(9.141)	(524.484)	(3.361)
Lucro/ Prejuízo do período	369.573	276.191	28.585	15.487	(18.323)	(98)	31.936	10.007
Outros resultados abrangentes	12.604	(439.202)	-	-	(1.196)	-	(1.216)	-
Resultado abrangente total	382.177	(163.011)	28.585	15.487	(19.519)	(98)	30.720	10.007
Patrimônio Líquido ajustado	9.915.085	3.791.903	1.644.051	273.355	329.390	32.268	578.964	35.230
% de participação	60,00%	48,25%	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%	49,00%	49,00%
Saldo do investimento	5.949.051	1.750.431	1.232.977	205.006	258.622	24.200	281.210	17.263
Ágio sobre os investimentos	-	-	-	-	-	-	109.960	-
Resultado não realizado	-	-	-	-	-	-	-	-

Descrição	31/12/2021							
	Holding XS1	CNP Brasil	XS3 Seguros	XS4 Capitalização	XS5 Consórcios	XS6 Assistência	Too Seguros	PAN Corretora
Ativo circulante	112.494.025	4.289.274	614.081	232.414	83.208	8.970	1.422.199	53.359
Ativo não circulante	16.387.427	10.661.186	1.502.251	181.735	290.108	30.946	1.147.916	245
Passivo circulante	114.130.542	6.146.312	373.917	152.377	9.961	6.976	1.316.848	4.436
Passivo não circulante	5.019.198	4.784.718	126.949	2.910	-	574	698.610	-
Passivo contingente	592.265	3.361.735	-	-	-	-	44.329	-
Receitas	43.106.438	4.820.321	281.762	197.553	14.909	18.933	1.338.028	60.174
Despesas	(41.711.315)	(3.802.730)	(326.307)	(193.373)	(27.414)	(21.569)	(1.256.184)	(12.285)
Lucro/ Prejuízo do período	1.395.123	1.017.591	(44.545)	4.180	(12.505)	(2.636)	81.844	47.889
Outros resultados abrangentes	(343.708)	(436.952)	-	-	(1.006)	-	(2.018)	-
Resultado abrangente total	1.051.414	580.639	(44.545)	4.180	(13.511)	(2.636)	79.825	47.889
Patrimônio Líquido ajustado	9.731.712	4.019.430	1.615.466	258.862	363.355	32.366	554.657	49.168
% de participação	60,00%	48,25%	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%	49,00%	49,00%
Saldo do investimento	5.839.027	1.847.994	1.211.539	191.158	276.207	24.274	159.453	24.092
Ágio sobre os investimentos	-	-	-	-	-	-	109.960	-
Resultado não realizado	-	-	-	-	-	-	-	-



(e) Informações financeiras resumidas das coligadas e joint ventures não ajustadas pelos percentuais de participação detidos pela CAIXA em outros segmentos

Descrição	31/03/2022				
	TecBan	Quod	Galgo	Elo Serviços S.A	CIP S.A
Ativo circulante	627.893	85.721	25.051	1.172.122	292.262
Ativo não circulante	1.961.546	1.086.912	3.753	364.479	1.901.573
Passivo circulante	758.717	273.819	2.983	509.072	155.249
Passivo não circulante	948.142	816.404	3.267	184.137	36.228
Passivo contingente	-	-	3.266	9.890	47.968
Receitas	756.910	55.803	3.894	361.543	-
Despesas	(735.174)	(79.081)	(2.597)	(253.060)	-
Lucro/ Prejuízo do período	21.736	(23.278)	1.297	108.483	-
Outros resultados abrangentes	-	-	(5.026)	-	(5.722)
Resultado abrangente total	21.736	(23.278)	-	-	-
Patrimônio Líquido ajustado	882.580	82.410	22.554	843.392	2.002.358
% de participação	13,01%	19,11%	6,67%	41,41%	8,33%
Saldo do investimento	114.824	15.748	1.504	349.290	166.796
Ágio/intangível sobre os investimentos	57.938	-	-	-	-
Resultado não realizado	-	-	-	-	-

Descrição	31/12/2021			
	TecBan	Quod	Galgo	Elo Serviços
Ativo circulante	621.087	133.126	20.636	1.243.844
Ativo não circulante	1.958.529	1.084.848	2.468	387.984
Passivo circulante	749.289	175.558	2.333	850.352
Passivo não circulante	969.484	936.728	-	46.567
Passivo contingente	-	-	-	-
Receitas	2.649.241	186.734	11.273	1.489.823
Despesas	(2.384.259)	(258.273)	(7.980)	(982.868)
Lucro/ Prejuízo do período	264.982	(71.539)	3.293	506.955
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	178.605	(71.539)	-	506.955
Patrimônio Líquido ajustado	860.843	105.688	20.771	734.909
% de participação	13,01%	19,11%	6,67%	41,41%
Saldo do investimento	112.550	20.197	1.381	304.362
Ágio/intangível sobre os investimentos	58.202	-	-	-
Resultado não realizado	-	-	-	-



Nota 12 – Imobilizado de uso

O índice de imobilização apurado foi de 9,58% em 31/03/2022 (31/12/2021 – 10,12%), a CAIXA está enquadrada na forma definida pela Resolução CMN nº 4.957/2021, a qual estabelece o limite de 50% do Patrimônio de Referência.

(a) Composição

Os itens do Imobilizado de uso são coincidentes nas demonstrações individual e consolidada, com exceção dos itens “Sistemas de comunicação” que apresentou custo de R\$ 112.490 e depreciação de R\$ 38.843, “processamento de dados” que apresentou custo de R\$ 5.729.367 e depreciação de R\$ 4.212.633.

INDIVIDUAL						
Descrição	Vida útil (em anos)	31/03/2022			31/12/2021	
		Custo	Depreciação	Redução ao valor recuperável	Líquido	Líquido
Imóveis de uso	-	1.687.942	(775.953)	(110.924)	801.065	807.765
Edificações	25	1.477.847	(775.953)	(84.302)	617.592	624.211
Terrenos	-	210.095	-	(26.622)	183.473	183.554
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5	2.035.517	(1.562.858)	(143)	472.516	486.719
Imobilizações em curso	-	172.212	-	-	172.212	169.973
Móveis e equipamentos de uso	-	6.271.649	(4.592.200)	-	1.679.449	1.841.013
Sistema de comunicação	10	112.470	(38.829)	-	73.641	77.907
Sistema de processamento de dados	5	5.729.338	(4.212.613)	-	1.516.725	1.665.361
Sistema de segurança	5	429.841	(340.758)	-	89.083	97.745
Móveis em estoque e outros equipamentos	-	1.004.899	(800.549)	-	204.350	214.449
Total	-	11.172.219	(7.731.560)	(111.067)	3.329.592	3.519.919

(b) Movimentação

Os itens da movimentação do Imobilizado de uso são coincidentes nas demonstrações individual e consolidada, com exceção dos itens: “Sistema de comunicação”, que apresentou valor líquido de R\$ 73.648 (31/12/2021 - R\$ 77.915) e “Sistema de processamento de dados”, com valor líquido de R\$ 1.516.734 (31/12/2021 - R\$ 1.665.372).

INDIVIDUAL						
Descrição	31/12/2021	Movimentação – 1º trimestre/2022				31/03/2022
	Líquido	Transf.	Adições	Baixas	Depreciação	Líquido
Imóveis de uso	807.765	4.411	-	-	(11.111)	801.065
Edificações	624.211	4.492	-	-	(11.111)	617.592
Terrenos	183.554	(81)	-	-	-	183.473
Benfeitorias em imóveis de terceiros	486.719	25.891	-	(1.907)	(38.187)	472.516
Imobilizações em curso	169.973	(29.769)	32.008	-	-	172.212
Móveis e equipamentos de uso	1.841.013	8	5.164	(18)	(166.718)	1.679.449
Sistema de comunicação	77.907	-	472	-	(4.738)	73.641
Sistema de processamento de dados	1.665.361	-	1.710	(18)	(150.328)	1.516.725
Sistema de segurança	97.745	8	2.982	-	(11.652)	89.083
Móveis em estoque e outros equipamentos	214.449	(4.759)	9.111	(1.112)	(13.339)	204.350
Total	3.519.919	(4.218)	46.283	(3.037)	(229.355)	3.329.592



Nota 13 – Intangível

(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
	31/03/2022			31/12/2021	
	Custo	Amortização Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido	Líquido
Aquisição de folha de pagamento	2.052.075	(856.161)	(550)	1.195.364	1.209.421
Projetos logiciais – software	2.290.322	(1.138.320)	(12.869)	1.139.133	1.211.391
Outros intangíveis	715.803	(179.290)	-	536.513	605.508
Total	5.058.200	(2.173.771)	(13.419)	2.871.010	3.026.320

A CAIXA possui um contrato de aquisição de folha de pagamento relevante no valor de R\$ 503.576 e prazo remanescente de 24 meses.

(b) Movimentação

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
	31/12/2021		Movimentação – 1º trimestre/2022			31/03/2022
	Líquido	Transf.	Adições	Baixas	Amortizações	Líquido
Aquisição de folha de pagamento	1.209.421	-	88.562	-	(102.619)	1.195.364
Projetos logiciais – software	1.211.391	-	7.764	(584)	(79.438)	1.139.133
Outros intangíveis	605.508	(29.449)	-	27.792	(67.338)	536.513
Total	3.026.320	(29.449)	96.326	27.208	(249.395)	2.871.010

Nota 14 – Outros ativos

(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Ativos não financ. mantidos p. venda e mat. de estoque (b)	3.596.316	4.113.181	3.596.316	4.113.181
Relações interfinanceiras e interdependências	1.737.660	1.155.172	1.737.660	1.155.172
Créditos específicos (1)	1.331.342	1.195.819	1.331.342	1.195.819
Antecipações salariais e outros adiantamentos	1.308.606	874.563	1.308.606	874.563
Valores a apropriar (2)	1.313.516	1.190.745	1.313.516	1.190.745
Valores a receber – FND (1)	655.627	640.834	655.627	640.834
Despesas antecipadas	175.777	132.624	176.578	133.907
Valores a ressarcir - FGTS (3)	81.997	64.991	81.997	64.991
Dividendos e JCP a receber	5.346	31.194	373.959	441.722
Devedores diversos (1)	1.185.796	1.104.840	1.197.486	1.139.808
Total	11.391.983	10.503.963	11.773.087	10.950.742
Provisões para perdas ao valor recuperável de ativos	(1.133.357)	(1.353.483)	(1.133.357)	(1.353.483)
Total líquido de provisão	10.258.626	9.150.480	10.639.730	9.597.259
Ativo circulante	10.208.723	9.017.758	10.589.827	9.464.537
Ativo não circulante	49.903	132.722	49.903	132.722

(1) Inclui créditos da CAIXA junto à União (Nota 14 (d)) no valor de R\$ 1.946.519 em 31/03/2022 (31/12/2021 - R\$ 1.904.252).

(2) Representam os ativos classificados em contas transitórias, principalmente liberações de crédito imobiliário.

(3) Valores a serem ressarcidos decorrente do pagamento do FGTS.



As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados, cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. Em sua composição destaca-se o prêmio de performance das carteiras comerciais adquiridas do Banco PAN, em 31/03/2022, no valor de R\$ 40.464 (31/12/2021 – R\$ 52.787).

(b) Ativos não financeiros mantidos para venda e materiais de estoque

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/03/2022	31/12/2021
Ativos não financeiros mantidos para venda - Recebidos	3.447.707	3.953.452
Ativos não financeiros mantidos para venda - Próprios	68.258	77.155
Material de consumo	80.351	82.574
Total	3.596.316	4.113.181
Provisão para perdas ao valor recuperável de ativos	(1.089.234)	(1.309.166)
Total líquido de provisão	2.507.082	2.804.015

(c) Provisão para perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	2022	2021
	1º trimestre	1º trimestre
Saldo inicial	(1.309.166)	(1.811.842)
Constituição	(88.893)	(650.304)
Baixas	308.825	790.686
Saldo final	(1.089.234)	(1.671.460)

(d) Créditos da CAIXA junto à União

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/03/2022	31/12/2021
Empréstimos concedidos (Voto CMN 162/1995)	963.056	940.259
Fundo Nacional de Desenvolvimento – Cotas e Dividendos	655.627	640.833
BNH – incentivo aos beneficiários do SFH (DL 2.164/1984)	318.286	313.633
PRODUBAN – transferência de depósitos	6.311	6.311
Outros haveres	3.171	3.216
Total (1)	1.946.451	1.904.252

(1) Saldos relativos a operações antigas, para as quais a Administração da CAIXA está em tratativas com a União com a finalidade de quitação dos valores envolvidos (Nota 32).



Nota 15 – Recursos de clientes

(a) Depósitos por prazo de exigibilidade

Depósitos	Sem vencimento	INDIVIDUAL			CONSOLIDADO			
		01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Depósitos à Vista	40.088.616	-	-	-	40.088.616	46.984.652	40.086.958	46.984.214
Pessoas jurídicas	17.488.805	-	-	-	17.488.805	21.981.277	17.487.147	21.980.839
Pessoas físicas	17.465.005	-	-	-	17.465.005	20.039.313	17.465.005	20.039.313
Vinculados	2.493.088	-	-	-	2.493.088	2.060.629	2.493.088	2.060.629
Governo	1.760.015	-	-	-	1.760.015	1.930.190	1.760.015	1.930.190
Entidades públicas	326.180	-	-	-	326.180	405.035	326.180	405.035
Contas encerradas	239.814	-	-	-	239.814	242.961	239.814	242.961
Instituições do sistema financeiro	11.174	-	-	-	11.174	21.189	11.174	21.189
Moedas estrangeiras	-	-	-	-	-	1.549	-	1.549
Outros	304.535	-	-	-	304.535	302.509	304.535	302.509
Depósitos de Poupança	359.352.201	-	-	-	359.352.201	365.091.413	359.352.201	365.091.413
Pessoas físicas	353.213.727	-	-	-	353.213.727	358.933.046	353.213.727	358.933.046
Contas encerradas	4.815.033	-	-	-	4.815.033	4.689.762	4.815.033	4.689.762
Pessoas jurídicas	1.321.249	-	-	-	1.321.249	1.466.320	1.321.249	1.466.320
Outros	2.192	-	-	-	2.192	2.285	2.192	2.285
Depósitos a prazo	104.943.877	2.356.264	7.525.249	30.979.895	145.805.285	145.962.643	145.805.285	145.962.643
Depósitos Judiciais	104.942.635	-	-	-	104.942.635	102.234.084	104.942.635	102.234.084
CDB	1.242	2.356.264	7.525.249	30.979.895	40.862.650	43.728.559	40.862.650	43.728.559
Depósitos especiais e de fundos e programas	16.589.397	-	-	-	16.589.397	15.046.150	16.589.397	15.046.150
Total	520.974.091	2.356.264	7.525.249	30.979.895	561.835.499	573.084.858	561.833.841	573.084.420
Passivo circulante					530.855.604	540.511.172	530.853.946	540.510.734
Passivo não circulante					30.979.895	32.573.686	30.979.895	32.573.686



(b) Depósitos especiais e de fundos e programas

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/03/2022	31/12/2021
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	4.997.686	5.718.781
Depósitos - Especiais com remuneração	3.349.205	3.384.670
Fundo Garantidor de Microfinanças – FGM (1)	3.014.497	-
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	1.080.738	1.100.477
Depósitos – PREVHAB	1.045.915	1.022.853
Fundo Garantia Safrá – FGS	953.424	1.090.743
Fundo de Compensação Ambiental - FCA	844.880	791.156
Fundo de Arrendamento Residencial – FAR	526.578	733.172
Saúde CAIXA	364.273	672.945
Depósitos – PRODEC	78.219	76.961
Fundo DPVAT	34.522	150.017
Fundo Garantidor do FIES	2.538	9.459
Outros	296.922	294.916
Total	16.589.397	15.046.150

(1) Instituído pela MP nº 1.107/22, o Fundo Garantidor de Microfinanças (FGM) é um fundo administrado pela CAIXA, constituído com recursos do FGTS, que tem por objetivo mitigar os riscos das operações de microcrédito concedidas a pessoas naturais e microempreendedores individuais no âmbito do Programa de Simplificação do Microcrédito Digital - SIM Digital.

(c) Despesas com recursos de clientes

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	2022	2021
	1º trimestre	1º trimestre
Depósitos de poupança	(5.733.514)	(1.686.492)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(988.444)	(299.452)
Depósitos judiciais	(1.538.880)	(377.251)
Depósitos especiais e de fundos e programas	(354.002)	(88.725)
Despesa de contribuições ao FGC	(141.818)	(159.187)
Total	(8.756.658)	(2.611.107)



(d) Despesas com depósitos especiais e de fundos e programas

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
Descrição	Taxa de Remuneração	2022	2021
		1º trimestre	1º trimestre
FGTS	Selic	(121.736)	(24.330)
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	Selic fator dia	(30.250)	13.550
Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR	Selic	(29.382)	(6.394)
PREVHAB	Selic	(24.873)	(4.785)
Fundo Garantia Safrá – FGS	Selic fator dia/ Extra mercado	(23.694)	(5.393)
Fundo Paulista de Habitação	CDI	(23.687)	(2.541)
Fundo de Arrendamento Residencial – FAR	Selic	(20.450)	(6.961)
Fundo de Compensação Ambiental – FCA	Selic	(19.766)	(17.757)
Depósitos do Tesouro Nacional	Selic	(14.451)	(2.760)
Fundo Garantidor de Microfinanças – FGM	Selic	(11.837)	-
Depósitos de Caução	TR	(6.205)	(783)
Fundo DPVAT	Selic	(2.599)	(15.671)
PRODEC	TR + Juros 0,4868% a.m.	(1.258)	(1.069)
Outros depósitos especiais – juros		(12.455)	(11.265)
Outros		(11.359)	(2.566)
Total		(354.002)	(88.725)

Nota 16 – Recursos de instituições financeiras e outras

(a) Composição

INDIVIDUAL			
Descrição	31/03/2022	31/12/2021	
Obrigações por empréstimos e repasses (b)	359.949.732	357.073.680	
Captações no mercado aberto (c) (1)	267.186.217	226.638.755	
Depósitos interfinanceiros	147.878	187.277	
Total	627.283.827	583.899.712	
Passivo circulante	255.135.262	218.662.953	
Passivo não circulante	372.148.565	365.236.759	

(1) Os itens de Recursos de instituições financeiras e outras são coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Captações no mercado aberto" que em 31/03/2022 apresenta na demonstração consolidada o montante de R\$ 627.163.521 (31/12/2021 – R\$ 583.899.712).



(b) Obrigações por empréstimos e repasses

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	Descrição	31/03/2022	31/12/2021
Repasses no país		358.468.881	355.675.961
	FGTS	332.801.294	329.402.238
	BNDES	22.204.647	22.714.203
	Fundo Marinha Mercante	2.308.836	2.411.075
	Tesouro Nacional	16.279	14.719
	Outras instituições	1.137.825	1.133.726
Repasses no exterior		338.875	396.591
Empréstimos no exterior		1.141.976	1.001.128
Total		359.949.732	357.073.680
Passivo circulante		489.770	654.641
Passivo não circulante		359.459.962	356.419.039

Repasses no país

Compostos por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infraestrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário. Tais repasses estão sujeitos à atualização monetária de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), taxa média de juros de 5,07% a.a. (habitação 5,02% a.a., saneamento 5,47% a.a., infraestrutura 5,82% a.a.) e prazo médio de retorno de 256 meses (habitação – 267 meses, saneamento – 141 meses, infraestrutura – 172 meses).

Repasses no exterior

O saldo de repasses no exterior, referente a contrato firmado entre a CAIXA e o Banco Mundial – BIRD, para aplicação no Programa de Financiamento para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Mecanismo de Desenvolvimento Limpo está sujeito à variação cambial do dólar americano (US\$), taxa de juros de 0,8% a.a., acrescido de LIBOR. O prazo de vencimento da operação varia entre 12 e 15 anos.

Empréstimos no exterior

O saldo dos empréstimos no exterior é composto por linhas de crédito captadas no exterior para financiamento de exportações de clientes, sujeitas à taxa de juros externa de até 1,39% a.a., substancialmente atreladas ao dólar dos Estados Unidos, com vencimentos em até 2023.

(c) Captações no mercado aberto

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	Descrição	31/03/2022	31/12/2021
Carteira própria		189.199.201	142.935.950
	Letras financeiras do tesouro	99.865.780	49.107.575
	Letras do tesouro nacional	79.845.506	85.553.867
	Notas do tesouro nacional	5.274.073	4.189.192
	Certificados de recebíveis imobiliários	3.005.207	3.134.904
	Debêntures	1.208.635	950.412
Carteira de terceiros		77.987.016	83.702.805
	Notas do tesouro nacional	76.605.334	83.702.805
	Letras do tesouro nacional	1.381.682	-
Total		267.186.217	226.638.755
Passivo circulante		254.542.331	212.902.100
Passivo não circulante		12.643.886	13.736.655



(d) Despesas com recursos de instituições financeiras e outras

Conforme determina a Carta Circular BACEN nº 3.731/2015, os valores apresentados referente aos itens “Repasse no exterior” e “Empréstimos no exterior” refletem no 1º trimestre de 2022 a reclassificação para “Outras receitas operacionais – Nota 28”, da parcela da variação cambial de natureza credora que excedeu o somatório do componente de remuneração registrado na conta de despesa. A referida Carta Circular produziu efeitos somente nas Demonstrações Contábeis Individuais.

INDIVIDUAL		
Descrição	2022	2021
	1º trimestre	1º trimestre
Captações no mercado aberto	(6.049.866)	(956.715)
Carteira própria	(3.197.737)	(593.351)
Carteira de terceiros	(2.852.129)	(363.364)
Depósitos interfinanceiros	(3.750)	(981)
Repasse no país	(5.595.812)	(4.993.919)
FGTS	(5.259.590)	(4.516.103)
BNDES	(369.889)	(385.073)
Fundo Marinha Mercante	57.679	(83.386)
Outras instituições	(24.012)	(9.357)
Repasse no exterior	-	(42.791)
Empréstimos no exterior	-	(57.761)
Total	(11.649.428)	(6.052.167)

CONSOLIDADO		
Descrição	2022	2021
	1º trimestre	1º trimestre
Captações no mercado aberto	(6.046.485)	(956.715)
Carteira própria	(3.197.737)	(593.351)
Carteira de terceiros	(2.848.748)	(363.364)
Depósitos interfinanceiros	(3.750)	(981)
Repasse no país	(5.595.812)	(4.993.919)
FGTS	(5.259.590)	(4.516.103)
BNDES	(369.889)	(385.073)
Fundo Marinha Mercante	57.679	(83.386)
Outras instituições	(24.012)	(9.357)
Repasse no exterior	57.716	(42.791)
Empréstimos no exterior	164.890	(57.761)
Total	(11.423.441)	(6.052.167)

Nota 17 – Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários

(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Recursos aceites e emissão de títulos (b)	29.545.635	27.405.635	29.545.635	27.405.635
Instrumentos financeiros subordinados (c)	36.039.731	36.002.978	36.039.731	36.002.978
IHCD – Principal autorizado (d)(1)	35.548.171	33.553.318	-	-
Instrumentos híbridos de capital e dívida	2.782.066	5.732.731	2.782.066	5.732.731
Total	103.915.603	102.694.662	68.367.432	69.141.344
Passivo circulante	13.126.996	14.945.365	13.126.996	14.945.365
Passivo não circulante	90.788.607	87.749.297	55.240.436	54.195.979

(1) Composto por instrumentos híbridos de capital e dívida autorizado a compor o capital. No consolidado o saldo é reclassificado para o Patrimônio Líquido conforme Resolução CMN nº 4.995/2021.

A CAIXA possui 14 Instrumentos Financeiros Subordinados – IFS autorizados a compor o Nível II do Patrimônio de Referência – PR, sendo 8 Instrumentos de Dívida Subordinada – IDS com o FGTS e 6 Letras Financeiras Subordinadas – LFS, conforme detalhamento no item (c) subsequente.

O valor total captado por meio dos Instrumentos Financeiros Subordinados compõe o capital da instituição, refletindo positivamente no Patrimônio de Referência - PR, na Margem Operacional, no Índice de Basileia, além de outros indicadores como, por exemplo, o de imobilização e endividamento do setor público.

Instrumento de Dívida Subordinada – FGTS

A CAIXA possui 8 instrumentos de dívida subordinada autorizados pelo Banco Central do Brasil na composição do Nível II do PR, em acordo com o disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional que trata da metodologia de apuração do PR, contratados com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

Sobre o valor total das dívidas incide atualização monetária, mediante a aplicação de coeficiente de atualização idêntico ao utilizado para a remuneração das contas vinculadas do FGTS e juros capitalizados mensalmente.

Letras Financeiras Subordinadas – Nível I (Complementar)

A CAIXA captou no mercado local Letras Financeiras Subordinadas, no valor de face total de R\$ 1.718.700, desse total R\$ 1.713.241 estão autorizadas para compor o Capital Complementar do Nível I (PR).

Letras Financeiras Subordinadas – Nível II

A CAIXA possui 6 Letras Financeiras Subordinadas captadas no mercado local, no valor de face total de R\$ 206.000 todas consideradas elegíveis ao Nível II do PR pelo BACEN.



(b) Recursos de aceites e emissão de títulos

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
Captações	Valor emitido	Rem. a.a. /Indexador	Vencimento				31/03/2022	31/12/2021
			01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Letras								
Letra de crédito imobiliário	-	CDI	2.438.457	2.387.501	5.101.636	14.277.121	24.204.715	22.423.121
Letra de crédito imobiliário	-	TR	-	-	-	30.023	30.023	31.533
Letra financeira	-	IPCA	-	-	-	1.596.813	1.596.813	1.524.039
Letra financeira	-	CDI	80.936	-	21.424	-	102.360	99.912
Letra de crédito do agronegócio	-	CDI	152.491	458.088	115.875	455.931	1.182.385	494.569
Títulos e valores mobiliários no exterior								
Tranche sênior (2º série) (1)	US\$ 500.000	3,50%	39.115	-	-	2.390.224	2.429.339	2.832.461
Total							29.545.635	27.405.635

(1) Captação em nov/12 com vencimento em nov/22.

(c) Instrumentos Financeiros Subordinados

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
Vencim.	Rem. a.a. (%)	Data captação	Valor emitido	Atualização monetária e juros	Amortização	Impacto Hedge Contábil Risco de Mercado	Saldo devedor 31/03/2022	Saldo devedor 31/12/2021
Nível I – Complementar (1)								
Letras financeiras elegíveis								
Perpétuo	114 % Selic	set/19	1.113.000	42.157	-	-	1.155.157	1.124.038
Perpétuo	114 % Selic	out/19	4.200	154	-	-	4.354	4.237
Perpétuo	114 % Selic	nov/19	601.500	22.036	-	-	623.536	606.738
Nível II (2)								
Instrumento de dívida subordinada – FGTS								
fev-38	4,80%	dez/14	4.000.000	1.923.483	-	-	5.923.483	5.845.345
mai-44	4,75%	set/16	4.000.000	1.266.783	-	-	5.266.783	5.197.867
ago-44	4,86%	mai/17	4.000.000	1.084.991	-	-	5.084.991	5.017.140
abr-26	6,00%	ago/11	3.000.000	2.040.709	(2.060.926)	-	2.979.783	3.157.292
jul-32	5,08%	jun/12	3.000.000	1.745.284	(685.502)	-	4.059.782	4.151.523
dez-33	5,15%	out/14	3.000.000	1.193.008	(564.547)	-	3.628.461	3.699.888
dez-40	4,75%	set/15	3.000.000	1.221.850	-	-	4.221.850	4.166.636
mai-44	5,23%	set/17	2.000.000	528.188	-	-	2.528.188	2.492.997
Letras financeiras elegíveis								
jun-24	100%IPCA + 6,95%	jun/14	200.000	334.357	-	14.166	548.523	525.024
fev-25	100%IPCA + 6,58%	fev/15	2.400	3.336	-	197	5.933	5.700
fev-25	100%IPCA + 6,74%	fev/15	1.200	1.693	-	122	3.015	2.892
fev-25	100%IPCA + 6,65%	fev/15	1.200	1.666	-	113	2.979	2.860
mar-25	100%IPCA + 6,45%	mar/15	1.200	1.621	-	92	2.913	2.801
Total			27.924.700	11.411.316	(3.310.975)	14.690	36.039.731	36.002.978

(1) Os valores elegíveis ao Nível I – Capital Complementar atendem aos requisitos da Resolução que trata da metodologia de apuração do PR.

(2) Os valores elegíveis ao Nível II atendem aos requisitos da Resolução que trata da metodologia de apuração do PR.

Na apuração do PR MAR/2022 foram considerados R\$ 22,64 bilhões no capital de Nível II em atendimento ao disposto no art. 31 da Resolução CMN nº 4.955/2021 – “O montante dos recursos dos fundos de que tratam a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o art. 10 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, reconhecido no Nível II fica limitado aos seguintes percentuais, aplicados ao valor desses recursos computado no mencionado nível em 30 de junho de 2018:” (grifo nosso)

O Nível I do Patrimônio de Referência é dividido em Capital Principal e Capital Complementar. A CAIXA possui Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD autorizados a compor o seu Capital Principal.

A Resolução CMN nº 4.995/2021 determina, para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, a reclassificação para o patrimônio líquido dos instrumentos que atendam às características de capital principal.

Os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.

Os juros remuneratórios a pagar e a atualização monetária não incorporada compõem os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida, perfazendo um montante de R\$ 2.782.066 em 31/03/2022 (31/12/2021 – R\$ 5.732.731).

Os juros remuneratórios a pagar dos Instrumentos Subordinados elegíveis a Capital Complementar, totalizam um montante de R\$ 64.347 em 31/03/2022 (31/12/2021 – R\$ 16.313).

Para fins de composição do Patrimônio de Referência, considera-se apenas o valor de face dos contratos IHCD somado à atualização monetária incorporada de exercícios anteriores. Tendo em vista que os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.

Em 28/03/2022 a CAIXA efetuou o pagamento dos juros remuneratórios referentes ao exercício 2021 no montante de R\$ 1.447.134, já corrigidos monetariamente, e incorporação do montante de R\$ 1.994.853 a título de atualização monetária.

(d) Instrumentos de dívida elegíveis ao capital

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Discriminação	31/03/2022	31/12/2021	
Contrato 348/2007	14.437.573	12.442.720	
Contrato 752/2012	6.800.000	6.800.000	
Contrato 754/2012	6.310.598	6.310.598	
Contratos 868 e 869/2013	8.000.000	8.000.000	
Total	35.548.171	33.553.318	

(e) Despesas com recursos de emissões de títulos e valores mobiliários

Conforme determina a Carta Circular BACEN nº 3.731/2015, os valores apresentados referente ao item “Títulos e valores mobiliários no exterior” reflete no 1º trimestre de 2022 a reclassificação para “Outras receitas operacionais – Nota 28”, da parcela da variação cambial de natureza credora que excedeu o somatório do componente de remuneração registrado na conta de despesa. A referida Carta Circular produziu efeitos somente nas Demonstrações Contábeis Individuais.

INDIVIDUAL			
Descrição	2022	2021	
	1º trimestre	1º trimestre	
Recursos de emissões de Letras	(631.617)	(217.901)	
Letras de crédito imobiliário	(470.077)	(141.669)	
Letras hipotecárias	-	(75.730)	
Letras financeiras	(147.375)	-	
Com subordinação	(72.121)	-	
Sem subordinação	(75.254)	-	
Letras de crédito do agronegócio	(14.165)	(502)	
Títulos e valores mobiliários no exterior	-	(234.866)	
Instrumentos híbridos de capital e dívida	(491.322)	(587.741)	
Total	(1.122.939)	(1.040.508)	

CONSOLIDADO			
Descrição	2022	2021	
	1º trimestre	1º trimestre	
Recursos de emissões de Letras	(631.617)	(205.354)	
Letras de crédito imobiliário	(470.077)	(141.669)	
Letras hipotecárias	-	(75.730)	
Letras financeiras	(147.375)	12.547	
Com subordinação	(72.121)	449	
Sem subordinação	(75.254)	12.098	
Letras de crédito do agronegócio	(14.165)	(502)	
Títulos e valores mobiliários no exterior	403.391	(234.865)	
Instrumentos híbridos de capital e dívida	(261.799)	(282.404)	
Total	(490.025)	(722.623)	



Nota 18 – Outros passivos financeiros

(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Recursos para destinação específica (b)	18.247.105	18.565.960	18.247.105	18.565.960
Receitas antecipadas	9.856.958	9.983.708	9.856.958	9.983.708
Obrigações por operações vinculadas a cessão	5.167.640	5.461.492	5.167.640	5.461.492
Carteira de câmbio	2.013.103	1.869.795	2.013.103	1.869.795
Recursos vinculados a operações de crédito	1.112.808	1.063.565	1.112.808	1.063.565
Recursos do FGTS para amortização	1.216.582	1.030.138	1.216.582	1.030.138
Negociação e intermediação de valores	190.876	125.307	190.888	125.307
Obrigações por transações de pagamento	11	12	11	12
Total	37.805.083	38.099.977	37.805.095	38.099.977
Passivo circulante	16.931.588	16.922.096	16.931.600	16.922.096
Passivo não circulante	20.873.495	21.177.881	20.873.495	21.177.881

(b) Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, recursos de fundos e programas sociais geridos pela CAIXA e recursos de fundos ou programas especiais mantidos com recursos do Governo ou entidades públicas, administrados pela CAIXA.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	31/03/2022	31/12/2021	
Fundos e programas sociais	15.816.637	15.663.329	
Remuneração do AG Financeiro - FGTS	9.705.598	9.757.149	
Programas de transferência de renda (1)	2.364.687	2.100.852	
Remuneração do AG Financeiro - OGU	1.817.938	1.944.024	
Aporte - Casa Verde Amarela	733.398	731.485	
Recursos do FGTS	357.130	199.205	
Programa de Subsídio à Habitação (PSH) (2)	59.358	342.552	
Outros fundos e programas	778.528	588.062	
Fundos financeiros e de desenvolvimento	881.934	655.814	
FAT	878.937	651.336	
Abono salarial	1.516	2.996	
FINSOCIAL	1.481	1.482	
Operações com loterias	1.548.534	2.246.817	
Total	18.247.105	18.565.960	

(1) Inclui o saldo, em 31/03/2022, referente aos recursos destinados ao pagamento do Auxílio Emergencial no montante de R\$ 602.500 (31/12/2021 – R\$ 720.713), para o pagamento do Auxílio Brasil no montante de R\$ 515.250 (31/12/2021 – R\$ 82.848) e do Benefício Emergencial de Preservação de Emprego e Renda – BEm, no montante de R\$ 511.699 (31/12/2021 – R\$ 479.644).

(2) Com o encerramento do Programa de Subsídio à Habitação (PSH) a CAIXA quitou, em março de 2022, o passivo registrado para o programa, restando apenas o saldo remanescente de seguro garantia.

(c) Receitas antecipadas

As receitas antecipadas correspondem a transações entre a CAIXA, empresas parceiras, e suas controladas pelo direito de exploração do balcão, base de cliente e uso da marca. Em 31/03/2022 as receitas antecipadas se referem às seguintes parcerias:

- VISA, no montante de R\$ 800.000 referente ao recebimento de bônus inicial em virtude do acordo assinado, pelo prazo de dez anos, entre a CAIXA e a VISA. O saldo é apropriado mensalmente em resultado, de forma linear, por 120 meses.
- CNP (Holding XS1) no montante de R\$ 6.650.000 em cumprimento ao contrato de distribuição. O saldo é apropriado mensalmente pela vigência do contrato, até 2045.
- Tokio Marine (XS3) no montante de R\$ 1.425.000, CNP (XS5) no montante de R\$ 237.500, Icatu (XS4) no montante de R\$ 171.000 e Tempo (XS6) no montante de R\$ 28.125, em cumprimento ao contrato de distribuição pelo prazo de 20 anos com a Caixa Seguridade.
- FISERV, no montante de R\$ 152.000, buscando fortalecer sua atuação no mercado de meios de pagamento eletrônicos, prevê um contrato com vigência de 20 anos com a Caixa Cartões.
- VR BENEFÍCIOS e FLEETCOR ("VR-FLEETCOR"), no montante de R\$ 393.333, para atuação no segmento relacionado a meios de pagamento Pré-Pagos, pelo prazo de 20 anos, conforme contrato firmado com a Caixa Cartões.

Nota 19 – Provisões

(a) Composição

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/03/2022	31/12/2021
Trabalhistas (b.1)	7.179.427	6.991.311
Cíveis (b.1)	3.528.461	3.279.719
Fiscais (b.1)	399.206	378.813
Pré-pagamento FGTS (c)	1.280.426	1.259.083
Bolsa família (d)	295.181	288.479
Garantias financeiras prestadas (e)	54.056	49.418
Demais	37.818	38.427
Total	12.774.575	12.285.250
Passivo circulante	5.083.719	5.068.749
Passivo não circulante	7.690.856	7.216.501

(b) Provisões para causas judiciais e obrigações legais

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. Com base em pareceres dos seus advogados e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para suportar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nesses processos.

Considerando o elevado número de processos administrativos e judiciais, a CAIXA utiliza a seguinte metodologia para calcular o valor provável de desembolso:

a) individualizada, na qual se estima o valor provável da condenação (valor provisionado); este cálculo parte da repercussão econômica dos pedidos feitos pelo autor e é ponderado com a situação do processo e a jurisprudência predominante em causas similares; tais ações são classificadas como de perda provável, possível ou remota;



b) massificada, em que o valor provisionado corresponde ao valor médio histórico de condenação pago em processos similares nos últimos 36 meses, multiplicado pelo total de processos provisionáveis ativos, e são classificadas como prováveis.

No 4º trimestre de 2021, foi implementada a metodologia massificada para cálculo do valor provável de desembolso para ações judiciais trabalhistas, que consiste na mensuração da probabilidade e do impacto do resultado desfavorável à instituição. A aplicação do novo modelo está em transição com previsão de conclusão em 2022.

Abaixo, apresentamos as ações agrupadas em demandas fiscais, cíveis e trabalhistas considerando a matéria tratada e a relevância econômica do grupo.

(b.1) Movimentação das provisões para causas judiciais e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
Descrição	31/12/2021	Movimentação em 2022					31/03/2022
		Novas provisões	Atualização monetária	Adições de provisões	Reversões de provisões	Baixas por pagamento	
Trabalhistas (b.2) (1)	6.991.311	86.277	219.828	1.204.217	(935.209)	(386.997)	7.179.427
Cíveis (b.3)	3.279.719	118.431	83.961	262.830	(64.880)	(151.600)	3.528.461
Feitos Diversos	1.270.383	65.095	25.777	208.367	(27.793)	(57.314)	1.484.515
Poupança - Planos Econômicos	952.773	2.104	21.101	32.065	(19.659)	(68.800)	919.584
Contingenciamento do FGTS	641.112	-	32.540	-	(5.025)	-	668.627
Habitacional	415.451	51.232	4.543	22.398	(12.403)	(25.486)	455.735
Fiscais (b.4)	378.813	17.994	5.075	5.846	(6.185)	(2.337)	399.206
ISSQN	284.209	2.570	3.867	3.314	(5.655)	(647)	287.658
INSS	48.115	2	733	2	(28)	-	48.824
IPTU	17.090	743	160	431	(186)	(485)	17.753
Outros	29.399	14.679	315	2.099	(316)	(1.205)	44.971
Total	10.649.843	222.702	308.864	1.472.893	(1.006.274)	(540.934)	11.107.094

(1) A alteração na metodologia para cálculo do valor provável de desembolso para ações judiciais trabalhistas rotineiras em fase de conhecimento, realizada no 1º trimestre de 2022, ensejou na constituição líquida de provisão, no mesmo período, no montante de R\$ 570 milhões.

(b.2) Ações trabalhistas

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade, entre outros.

Em 31/03/2022, constavam 57.433 processos trabalhistas provisionados (56.754 em 31/12/2021), sendo 46.574 "rotineiros" (45.811 em 31/12/2021) e 10.859 "relevantes" (10.943 em 31/12/2021), cujos respectivos valores são corrigidos pelo IPCA-E.

Visando a reduzir o litígio judicial e diminuir os valores despendidos nos processos, a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

(b.3) Ações cíveis

A CAIXA é parte passiva em ações cíveis de natureza indenizatória/contratual relativas a seus produtos, serviços e atendimento. Em 31/03/2022, constavam 421.880 processos cíveis provisionados (413.504 em 31/12/2021), sendo 419.621 "rotineiros" (411.303 em 31/12/2021) e 2.259 "relevantes" (2.201 em 31/12/2021).



Destacam-se demandas que contestam o expurgo de indexadores de planos econômicos, como parte da política econômica do governo federal no combate aos índices inflacionários no passado, quando da correção de saldos em depósitos em cadernetas de poupança.

A CAIXA cumpriu a ordem legal vigente à época, entretanto, considerando as ações efetivamente notificadas e a análise da jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça – STJ, em 31/03/2022, foi provisionado R\$ 919.584 para estes processos (31/12/2021 – R\$ 952.773).

O Supremo Tribunal Federal – STF suspendeu a análise de todos os recursos interpostos até que sejam proferidas as decisões das matérias de repercussão geral relativas ao Planos Bresser e Verão (tema 264), de valores não bloqueados do Plano Collor I (tema 265), Plano Collor I (tema 284) e do Plano Collor II (tema 285) que terão efeitos vinculantes a todos os casos relacionados.

No final do exercício de 2017 FEBRABAN e CONSIF celebraram acordo com as principais entidades de defesa do consumidor para equacionamento do problema. Este acordo foi homologado pelo STF e a CAIXA aderiu a seus termos. Os pagamentos começaram em julho de 2018 e continuam sendo realizados em atendimento às adesões processadas no site <https://portalacordo.pagamentodapoupanca.com.br/> e mutirões de conciliação administrativos e judiciais.

O acordo teve prazo final em 12/03/2020, razão pela qual a FEBRABAN e as entidades de defesa do consumidor chegaram a bom termo para prorrogar o acordo anterior por mais 5 anos, tendo sido homologado pelo STF a prorrogação por 30 meses, podendo chegar a 60 meses, condicionado à análise dos resultados obtidos.

Também são significativos os processos que visam à reparação de danos envolvendo o contingenciamento de repasses de recursos do FGTS. O valor provisionado, em 31/03/2022, para estes processos é de R\$ 668.627 (31/12/2021 – R\$ 641.112).

As ações indenizatórias de perdas e danos se referem a eventuais problemas ocorridos no atendimento bancário, na prestação de serviços ou na aquisição/manutenção de algum produto.

Em 2022, a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realizando o cumprimento espontâneo de decisões judiciais e analisando perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Até 31/03/2022, realizou 6.660 acordos processuais (44% referente a ações indenizatórias e 56% referentes a recuperações de créditos) reduzindo o montante que seria despendido caso persistisse a condenação judicial e oportunizando ao cliente uma solução rápida para o problema.

(b.4) Obrigações legais – fiscais e previdenciárias

A CAIXA, como instituição cumpridora regular das obrigações fiscais e tributárias que repercutem sobre suas atividades, operações e serviços, discute em sede judicial a legitimidade dos parâmetros de cobrança levados a efeito por órgãos fazendários dos diversos entes da Federação, de acordo com a especificidade própria de cada caso.

As provisões constituídas sob avaliação de risco provável com base em pareceres dos assessores jurídicos se referem a ações sobre tributos e contribuições. A CAIXA acompanha regularmente o ciclo das ações judiciais em andamento, as quais, a médio e longo prazo, poderão apresentar desdobramentos favoráveis à instituição com a reversão das respectivas provisões.

Destacam-se as autuações do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos a empregados da CAIXA, em que se discute o caráter indenizatório e não remuneratório de algumas verbas, tais como auxílio-alimentação, APIP e licença-prêmio, cujos valores, reposicionados para 31/03/2022, correspondem ao total de R\$ 2.233.939 (31/12/2021 – R\$ 2.233.577), para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, considerados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R\$ 48.824 (31/12/2021 – R\$ 48.115).

Em relação ao ISSQN, a CAIXA aplica as diretrizes da Lei Complementar Federal nº 116/2003, em adequação de seus sistemas e procedimentos para apuração da base de cálculo e recolhimento do tributo sobre serviços prestados.

Não obstante, as fiscalizações tributárias de municípios diversos da federação autuaram a instituição sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor, instaurando discussão a partir de interpretação distinta de aspectos como materialidade, alíquotas aplicáveis e local de incidência do tributo, cujo valor total, em 31/03/2022, corresponde ao montante de R\$ 1.252.908 (31/12/2021 – R\$ 1.127.117).



Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, avaliados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, na posição de 31/03/2022, o valor da provisão constituída é de R\$ 287.658 (31/12/2021 – R\$ 284.209).

Ainda, como destaque, a CAIXA vem discutindo a materialidade de débitos de CSLL, IRPJ e multa decorrentes de não homologações de Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação – PER/DCOMP, os quais, em 31/03/2022, totalizam R\$ 31.384 (31/12/2021 – R\$ 17.843), em referência a questões procedimentais, no que, com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre cada matéria, a análise dos advogados foi pela constituição da provisão integral do valor.

(c) Provisão para pré-pagamentos do crédito imobiliário com recursos do FGTS

Os financiamentos habitacionais concedidos com recursos do FGTS e contemplados com subsídio para redução da prestação, remuneram o Agente Financeiro com pagamento total ou parcial do subsídio pelo FGTS, conforme definição descrita na Resolução do Conselho Curador do FGTS nº 702/2012 e suas atualizações.

Estes valores são repassados ao Agente Financeiro CAIXA no ato da contratação, a fim de fazer frente a todo período da operação. Alterações no fluxo inicialmente contratado, tais como liquidação antecipada, amortização extraordinária, amortização extraordinária com redução de prazo, transferência ou redução do prazo contratado do financiamento, exigem que a CAIXA devolva ao FGTS parte da remuneração recebida, proporcionalmente.

Para fazer frente à essa devolução de recursos ao FGTS é feita a provisão para devolução de receitas em caso de pré-pagamentos. Os valores provisionados são apurados com base nos fluxos médios de devolução de remuneração ocorridos, e seus respectivos impactos sobre o saldo de valores de remuneração do Agente Financeiro CAIXA.

(d) Provisão para devolução de recursos do Programa Bolsa Família

No âmbito da prestação de serviços regida por instrumento contratual, o então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), atual Ministério da Cidadania (MC) apresentou à CAIXA solicitação de restituição de valores referentes ao Programa Bolsa Família. Importante destacar que em dezembro de 2021 foi sancionada a Lei nº 14.284 que institui o Auxílio Brasil, programa de assistência financeira a famílias de baixa renda que substituiu o Bolsa Família.

(e) Garantias financeiras prestadas

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Exposição de Garantias Prestadas				
Carteira	31/03/2022		31/12/2021	
	Exposição	Provisão	Exposição	Provisão
Repasse - Entidades	30.617.197	15.309	30.979.459	15.490
Cessão de Crédito	8.838.140	-	9.369.737	-
FIES	249.824	38.747	259.253	33.928
PAR (Recursos FAR) (1)	14.422	7.567	15.173	8.009
Total	39.719.583	61.623	40.623.622	57.427

(1) Valor referente ao Programa de Arrendamento Residencial com recursos do FAR, classificado no ativo como perdas associadas ao risco de crédito.

O subgrupo Cessão de Crédito é composto por contratos SBPE, cedidos com cláusula de Ajuste no Valor de Cessão, cujo pagamento mensal, sempre que necessário, é efetuado pela CAIXA, na qualidade de cedente. Para esse grupo a exposição é caracterizada pela obrigação assumida pela CAIXA de cobrir eventual falta de recursos para pagamento do fluxo.

Para os contratos do FIES, a provisão é realizada com base na avaliação de risco de crédito da concessão e evolui conforme estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99. Houve aumento do percentual de provisão para o FIES, passando de 13,1% em 31/12/2021 para 15,5% em 31/03/2022.



O estoque remanescente da carteira do PAR com recursos do FAR é provisionado pelo rating, tendo em vista a evolução do atraso, conforme Resolução CMN nº 2.682/99.

(f) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Com base na Resolução CMN nº 3.823/2009, as contingências classificadas como de perdas possíveis são dispensadas de constituição de provisão:

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/12/2021
Demandas fiscais (f.1)	9.063.770	8.966.993
Demandas cíveis (f.2)	2.032.304	1.985.291
Total	11.096.074	10.952.284

(f.1) Demandas fiscais

A CAIXA mantém acompanhamento de processos fiscais administrativos e judiciais em que figura como polo passivo ou ativo e, sob o amparo dos pareceres de suas unidades jurídicas, classificou como risco de perda possível processos que totalizam o valor de R\$ 9.063.770 em 31/03/2022 (31/12/2021 – R\$ 8.966.993), dentre os quais se destacam as seguintes demandas em razão dos valores em discussão:

a) Autuação de PIS/PASEP, no valor histórico de R\$ 4.053.509, pautada em insuficiência no recolhimento relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, ao tempo da vigência dos Decretos-Leis nº 2.445/1988 e nº 2.449/1988, que alteraram a sistemática de cálculo da contribuição, e suposta compensação indevida de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993. Para a propositura da ação, foi efetuado depósito em garantia daquele valor em 30/12/2010, o qual, atualizado pela SELIC, na forma da Lei nº 9.703/98, totaliza R\$ 7.879.618 em 31/03/2022 (31/12/2021 – R\$ 7.788.008). Em 08/04/2019, o Excelentíssimo Sr. Juiz da 9ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília/DF julgou procedente o pedido formulado pela CAIXA para declarar a extinção do crédito tributário em destaque, tendo em vista a comprovação da suficiência dos recolhimentos à época realizados. Em 10/06/2019, a União interpôs recurso de apelação pleiteando a reforma da sentença em tela pelo Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região, estando os autos com remessa ordenada para regular apreciação e julgamento;

b) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R\$ 234.746 em 31/03/2022 (31/12/2021 – R\$ 233.332), com base em apuração de diferenças de base de cálculo para recolhimento relativo ao período de janeiro de 1996 a dezembro de 1998, e janeiro a outubro de 1999, decorrente de exclusão ou não inclusão de receitas e cômputo de despesas consideradas indevidas e não dedutíveis sobre a base tributável, respectivamente;

c) CSLL, no valor de R\$ 188.983 em 31/03/2022 (31/12/2021 – R\$ 187.303), relativa a crédito oriundo de pagamento a maior declarado em DIPJ e compensado no exercício de 2003, havendo discussão quanto a questões procedimentais; e

d) Autuação de ICMS (Fazenda do Estado de São Paulo), no valor total de R\$ 283.691 em 31/03/2022 (31/12/2021 – R\$ 281.626), sobre a qual se discute a exigência do imposto diante da não retenção e recolhimento na fonte sobre serviços enquadrados pela fiscalização no conceito de “comunicação” para efeitos fiscais e tributários, e ainda, a determinação de sujeição passiva por responsabilidade tributária mediante convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

As matérias relacionadas aos processos contingentes em discussão são monitoradas sob a perspectiva de eventual sedimentação ou modificação do cenário jurisprudencial, possibilitando a manutenção como decorrência de avaliação contínua por parte da CAIXA das respectivas classificações de risco.



(f.2) Demandas cíveis

A CAIXA, com base na opinião de seus advogados, acompanha sistematicamente todos os processos com classificação de risco possível ou remoto.

O montante de R\$ 2.032.304 em 31/03/2022 (31/12/2021 – R\$ 1.985.291) refere-se a uma ação popular com probabilidade de perda possível, na qual se alega a prática de ilegalidade por parte da CAIXA na gestão de recursos provenientes do PREVHAB, quando da sucessão do BNH.

(g) Composição dos depósitos em garantia de recursos

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as causas judiciais passivas prováveis, possíveis e/ou remotas:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/03/2022	31/12/2021
Demandas fiscais	13.159.148	12.996.498
Demandas trabalhistas	5.348.589	5.090.395
Demandas cíveis	802.299	828.221
Total	19.310.036	18.915.114

Nota 20 – Tributos

(a) Demonstração da despesa de IRPJ e CSLL

INDIVIDUAL		
Descrição	2022	2021
	1º trimestre	1º trimestre
Tributos Correntes	(84.854)	(60.888)
Tributos Diferidos	846.442	73.618
Passivo Fiscal Diferido	147.277	(259.343)
Títulos para negociação / Objeto de hedge	202.707	(258.515)
Depósito em Garantia	(55.430)	(828)
Ativo Fiscal Diferido	699.165	332.961
Diferenças temporárias - constituição / realização	740.206	363.354
Prejuízo fiscal / Base negativa	(41.041)	(30.393)
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	761.588	12.730

CONSOLIDADO		
Descrição	2022	2021
	1º trimestre	1º trimestre
Tributos Correntes	(345.625)	(115.798)
Tributos Diferidos	845.173	94.148
Passivo Fiscal Diferido	146.008	(249.105)
Títulos para negociação / Objeto de hedge	202.707	(258.515)
Depósito em garantia	(55.430)	(828)
Outros	(1.269)	10.238
Ativo Fiscal Diferido	699.165	343.254
Diferenças temporárias - constituição / realização	740.206	370.585
Prejuízo fiscal / Base negativa	(41.041)	(27.331)
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	499.548	(21.650)



(b) Demonstração do cálculo dos encargos com IRPJ e CSLL

INDIVIDUAL			
Descrição	2022	2021	
	1º trimestre	1º trimestre	
Resultado antes dos tributos e participações	1.892.725	4.564.179	
Encargo IRPJ e CSLL	(851.727)	(2.053.880)	
Efeitos tributários adições e exclusões	183.286	1.029.719	
Juros sobre o capital próprio	230.249	362.949	
Participação em coligadas e controladas	340.156	883.480	
Realização / apuração Prejuízo Fiscal e Base Negativa CSLL	41.041	30.393	
Participação dos empregados nos lucros	(147.595)	(178.651)	
Outros	119.736	(134.897)	
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(84.854)	(60.887)	

CONSOLIDADO			
Descrição	2022	2021	
	1º trimestre	1º trimestre	
Resultado antes dos tributos e participações	2.490.658	4.904.365	
Encargo IRPJ e CSLL	(1.120.796)	(2.206.964)	
Efeitos tributários adições e exclusões	842.819	1.053.627	
Juros sobre o capital próprio	230.249	362.949	
Participação em coligadas e controladas	200.931	111.879	
Realização / apuração Prejuízo Fiscal e Base Negativa CSLL	41.041	39.775	
Participação dos empregados nos lucros	(147.595)	(178.651)	
Outros	(392.274)	701.588	
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(345.625)	(115.797)	

(c) Passivo fiscal diferido

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Ajustes a Valor de Mercado de Títulos para Negociação	2.367.521	2.589.243	2.367.521	2.589.243
Atualização Monetária de depósito em garantia	2.755.405	2.699.976	2.755.405	2.699.976
Outras	16.197	-	17.467	-
Total Passivo Fiscal Diferido no Resultado	5.139.123	5.289.219	5.140.393	5.289.219
Outros	52.369	74.520	52.751	74.520
Total Passivo Fiscal Diferido no Patrimônio Líquido	52.369	74.520	52.751	74.520
Total Passivo Fiscal Diferido	5.191.492	5.363.739	5.193.144	5.363.739



(d) Ativo fiscal diferido

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	31/12/2021	Constituição	Reversão	31/03/2022
Diferenças temporárias	40.360.541	8.759.842	(8.020.560)	41.099.823
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	23.008.060	7.457.008	(6.934.567)	23.530.501
Passivos atuariais	4.081.072	119.828	(138.245)	4.062.655
Provisões trabalhistas	3.146.090	91.295	(6.643)	3.230.742
Ajuste a Valor de Mercado de Instrumentos Derivativos	2.666.564	16.961	(263.334)	2.420.191
Provisão para Perdas - FCVS a receber	2.419.678	179.841	(193.776)	2.405.743
Provisões cíveis	1.475.873	152.573	(40.639)	1.587.807
Provisão para desvalorização - bens não de uso	589.125	87.190	(186.159)	490.156
Provisões fiscais	157.236	45.731	(42.647)	160.320
Despesas de Captação não Incorridas - IHCD	-	227.866	-	227.866
Outros	2.816.843	381.549	(214.550)	2.983.842
Prejuízo fiscal e Base negativa de CSLL	4.629.056	-	(41.041)	4.588.015
Prejuízo fiscal / Base negativa CSLL a realizar	4.629.056	-	(41.041)	4.588.015
Total dos créditos com impacto no resultado	44.989.597	8.759.842	(8.061.601)	45.687.838
Passivos atuariais	5.994.655	29.193	-	6.023.848
Ajuste a valor de mercado de tít. Disponíveis p/ venda	190.682	-	(190.682)	-
Total dos créditos com impacto no PL	6.185.337	29.193	(190.682)	6.023.848
Total dos créditos tributários (1)	51.174.934	8.789.035	(8.252.283)	51.711.686

(1) O montante de crédito tributário na demonstração individual e consolidada são coincidentes em 31/03/2022.

(e) Expectativa de realização – ativo fiscal diferido

A CAIXA realiza semestralmente estudo técnico quanto à expectativa de realização de créditos tributários em 10 anos. Os valores apurados no estudo estão representados a seguir:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Ano de Realização	Valor Nominal	Valor Presente
2022	8.855.097	8.764.560
2023	7.643.777	7.226.002
2024	5.155.215	4.659.133
2025	5.339.950	4.618.270
2026	3.610.433	2.988.031
2027	3.569.032	2.826.571
2028 a 2031	17.538.182	12.613.770
Total	51.711.686	43.696.337

Nota 21 – Benefícios a empregados

As avaliações atuariais são semestrais, portanto, a nota de Benefícios a Empregados é elaborada nos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro e estão disponíveis no site: <http://www.caixa.gov.br>, menu Relações com Investidores, Central de resultados, BrGaap – Demonstrações Contábeis.

Nota 22 – Outros passivos

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Relações Interfinanceiras e Interdependências	11.696.706	10.188.625	11.696.706	10.188.625
Credores diversos - país	5.520.141	6.201.149	5.532.343	6.219.057
Credores por recursos a liberar	5.037.680	5.181.557	5.037.680	5.181.557
Provisão para pagamentos a efetuar	3.650.263	3.295.459	3.698.051	3.324.115
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados (1)	1.155.322	396.232	1.155.322	396.232
Valores a pagar a sociedades ligadas	743.099	948.866	742.940	952.453
Prestação de serviços de pagamentos	406.409	439.309	406.409	439.308
Sociais e estatutárias	369.193	4.699.209	370.419	4.701.616
Participação de entidades não integrantes do conglomerado (2)	-	-	-	497.643
Outras obrigações diversas	336.676	315.469	336.676	315.469
Total	28.915.489	31.665.875	28.976.546	32.216.075
Passivo circulante	28.915.489	31.665.875	28.976.546	31.718.432
Passivo não circulante	-	-	-	497.643

(1) Variação decorre da ausência de movimentações bancárias no dia 31/12/2021.

(2) Os valores referentes aos não controladores de fundo de investimento anteriormente classificados como passivo foram reclassificados para PL, conforme determinação da Instrução Normativa BCB nº 206/21.

Nota 23 – Patrimônio líquido

(a) Reconciliação do Patrimônio Líquido – INDIVIDUAL x CONSOLIDADO

Discriminação	31/03/2022	31/12/2021
Patrimônio Líquido - INDIVIDUAL	80.270.446	76.154.969
IHCD – Elegíveis a Capital	35.548.171	33.553.318
Participação dos não controladores	2.337.996	1.821.387
Patrimônio Líquido - CONSOLIDADO	118.156.613	111.529.674

Nas demonstrações contábeis individuais, os instrumentos híbridos de capital e dívida elegíveis a compor o Capital Principal são registrados no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas operacionais, enquanto nas demonstrações contábeis consolidadas são reclassificados para o patrimônio líquido, com base no entendimento e nas orientações do Banco Central do Brasil, com o objetivo de melhorar a qualidade dessas demonstrações contábeis consolidadas.

(b) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução CMN nº 2.099/1994 (Acordo de Basileia)

Conforme determinações da Resolução CMN nº 2.099/1994 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta em 31/03/2022 índice de 19,52 % (31/12/2021 – 19,27%) (Nota 33), acima do mínimo regulamentar exigido no Brasil.

(c) Reservas de reavaliação e de lucros

No 1º trimestre de 2022, foram realizadas em resultado, reservas no montante de R\$ 3.930 (31/12/2021 – R\$ 48.629) decorrentes de baixa e depreciação em imobilizado de uso (Nota 12) e ativos não financeiros mantidos para venda (Nota 14), líquido de impostos. O saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização de acordo com a Resolução CMN n.º 3.565/2008. O valor residual da Reserva de Reavaliação em 31/03/2022 totalizou o montante de R\$ 221.591 (31/12/2021 – R\$ 225.521).

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, reserva de loterias e reserva de margem operacional.

As reservas de loterias são constituídas pelo resultado da administração das loterias federais que couberem à CAIXA como executora destes serviços públicos para incorporação ao seu patrimônio líquido.

A reserva de margem operacional é constituída mediante justificativa do percentual considerado de até 100% do saldo do lucro líquido deduzido da destinação para reserva legal, para reservas de lucros a realizar, para reservas para contingências, para reserva de incentivos fiscais e para pagamento mínimo (25% do lucro líquido ajustado) de dividendos e juros sobre capital próprio, até o limite de oitenta por cento do capital social.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/03/2022	31/12/2021
Reservas de reavaliação	221.591	225.521
Reservas de lucros	17.830.582	17.830.582
Reserva legal	5.036.845	5.036.845
Reserva estatutária – loterias	851.142	851.142
Reservas estatutária - margem operacional	11.942.595	11.942.595

(d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

A CAIXA formalizou seus princípios e diretrizes na aprovação dos parâmetros para distribuição de resultado.

De acordo com o Estatuto Social e os parâmetros aprovados, a distribuição de resultado do exercício é de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido Ajustado, conforme definido no Estatuto.

A distribuição de resultado do exercício é aprovada pela Assembleia Geral, após deliberação do Conselho de Administração, por proposta do Conselho Diretor e observado o opinamento do Conselho Fiscal, levando em consideração as previsões legais e as condições do Estatuto Social da CAIXA.

Para efeito do cálculo da obrigação com dividendos são computados os juros sobre o capital próprio, calculado pela remuneração da TJLP do período sobre o patrimônio líquido ajustado, limitado a 50% do lucro líquido do período. Em 24/02/2022 a CAIXA efetuou o pagamento antecipado dos juros sobre o capital próprio e dividendos referentes ao exercício de 2021 no montante de R\$ 3.591.428.



Nota 24 – Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias

Além dos serviços típicos de instituição financeira, por delegação do Governo Federal, a CAIXA exerce o papel de agente operador de fundos e programas, destacando-se o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e em regime de exclusividade, as Loterias Federais.

Como principal parceira do Governo Federal na execução dos programas sociais, a CAIXA recebe tarifas decorrentes da prestação do serviço de pagamento dos programas de transferência de renda, destacando-se o Programa Auxílio Brasil, Seguro Desemprego, Abono Salarial, Auxílio Emergencial – Covid-19 e BEm – Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e Renda.

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
	1º trimestre	1º trimestre	1º trimestre	1º trimestre
Serviços de Governo	2.114.469	1.925.866	2.114.469	1.925.866
Administração e fomento de entidades e programas	1.695.675	1.544.093	1.695.675	1.544.093
FGTS	674.481	660.750	674.481	660.750
Loterias	548.988	410.609	548.988	410.609
FIES	92.241	114.273	92.241	114.273
Programa Casa Verde e Amarela	92.818	101.439	92.818	101.439
Programa Saneamento para Todos	74.026	126.468	74.026	126.468
Outras entidades e programas	213.121	130.554	213.121	130.554
Transferência de Benefícios	331.586	273.653	331.586	273.653
Garantias prestadas - Agente operador	87.208	108.120	87.208	108.120
Conta corrente e tarifas bancárias	1.011.739	1.131.287	1.011.738	1.131.287
Convênio e cobrança	631.717	681.057	631.717	681.057
Cartões de débito e crédito	609.422	597.259	610.523	613.796
Operações de crédito	579.054	564.256	579.054	564.256
Fundos de investimento	131.474	531.527	616.983	531.527
Seguros, capitalização, previdência e consórcios	121.647	90.088	407.132	206.131
Outros	22.530	29.164	39.336	29.164
Total	5.222.052	5.550.504	6.010.952	5.683.084

Nota 25 – Despesas de pessoal

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
	1º trimestre	1º trimestre	1º trimestre	1º trimestre
Salários e vantagens	(3.639.394)	(3.252.108)	(3.665.136)	(3.267.245)
Benefícios	(43.405)	(717.035)	(860.211)	(721.971)
Indenizações trabalhistas	(820.661)	(34.704)	(43.405)	(34.704)
Outros	(13.453)	(15.249)	(13.912)	(15.343)
Encargos sociais:	(1.523.720)	(1.366.565)	(1.534.108)	(1.372.415)
Previdência social	(853.050)	(766.114)	(858.372)	(769.493)
FGTS	(283.996)	(251.948)	(286.202)	(253.028)
Previdência complementar	(303.778)	(276.363)	(306.020)	(277.452)
Outros encargos	(82.896)	(72.140)	(83.514)	(72.442)
Total	(6.040.633)	(5.385.661)	(6.116.772)	(5.411.678)



Nota 26 – Outras despesas administrativas

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
	1º trimestre	1º trimestre	1º trimestre	1º trimestre
Processamento de dados	(391.766)	(310.722)	(392.219)	(310.870)
Aluguéis e arrendamento de bens	(491.779)	(378.880)	(493.709)	(379.075)
Serviços de terceiros	(148.139)	(253.620)	(148.296)	(253.636)
Serviços de vigilância e segurança	(139.563)	(214.607)	(139.587)	(214.638)
Depreciação / Impairment	(229.355)	(231.335)	(229.358)	(231.338)
Manutenção e conservação de bens	(183.663)	(203.087)	(184.053)	(203.146)
Amortização / Impairment	(249.659)	(181.815)	(249.659)	(181.815)
Serviços de transporte	(174.891)	(227.996)	(174.891)	(227.996)
Serviços especializados	(122.882)	(161.542)	(124.292)	(163.980)
Comunicações	(53.983)	(93.937)	(53.983)	(93.937)
Água e energia	(156.459)	(115.189)	(156.528)	(115.189)
Serviços do sistema financeiro	(92.370)	(108.221)	(92.754)	(108.472)
Propaganda e publicidade	(17.149)	(23.447)	(17.149)	(23.447)
Material	(18.072)	(36.343)	(18.074)	(36.343)
Promoções e relações públicas	(1.913)	(7.435)	(1.913)	(7.435)
Outras administrativas	(70.937)	(80.372)	(85.251)	(81.424)
Total	(2.542.580)	(2.628.548)	(2.561.716)	(2.632.741)

Nota 27 – Despesas tributárias

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
	1º trimestre	1º trimestre	1º trimestre	1º trimestre
COFINS	(626.103)	(634.018)	(673.123)	(647.678)
ISS	(170.339)	(177.425)	(187.891)	(180.973)
PIS/PASEP	(98.866)	(96.229)	(107.951)	(99.189)
IPTU	(65.470)	(62.908)	(65.470)	(62.908)
Outras	(3.129)	32.684	(3.129)	32.650
Total	(963.907)	(937.896)	(1.037.564)	(958.098)



Nota 28 – Outras receitas operacionais

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
	1º trimestre	1º trimestre	1º trimestre	1º trimestre
Recuperação de despesas	687.813	455.203	678.429	453.436
Variacoes cambiais de natureza inversa - operacoes passivas	625.997	12.546	-	-
Comissões e taxas cota mensal diferida – ag. financ. FGTS	454.242	397.736	454.242	397.736
Comissões e taxas à vista – ag. financeiro FGTS (1)	352.434	463.165	352.434	463.165
Atualização monetária sobre operações diversas	238.796	129.772	238.796	129.772
Direito de uso - Rede CAIXA	97.416	85.609	97.416	85.609
Recuperação de perdas operacionais	73.267	53.654	73.267	53.654
Rendas de créditos específicos	27.450	8.743	27.450	8.743
Receita de deságio na aquisição de royalties	19.406	19.406	19.406	19.406
Comissões e taxas sobre operações	4.443	21.825	45.948	100.723
Outras rendas sobre operações de crédito comercial	1.890	3.670	1.890	3.670
Outras receitas operacionais	140.457	74.326	143.541	73.358
Total	2.723.611	1.725.655	2.132.819	1.789.272

(1) Para as operações de crédito habitacional pessoa física com subsídios do FGTS, a CAIXA reconhece as receitas até o limite dos custos relacionados a cada contrato. Em 2022 os custos foram de R\$ 8.357,66 (R\$ 5.226,36 indiretos e R\$ 3.131,30 diretos). Foram realizadas 42.169 contratações no 1º trimestre de 2022 (54.042 contratações no 1º trimestre de 2021).

Nota 29 – Outras despesas operacionais

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
	1º trimestre	1º trimestre	1º trimestre	1º trimestre
Despesas com lotéricos e parceiros comerciais	(954.886)	(931.881)	(954.886)	(931.881)
Benefício pós-emprego	(499.726)	(463.892)	(499.726)	(463.892)
Despesas com cartão	(269.177)	(380.044)	(269.508)	(381.942)
Perdas de Risco Operacional	(261.781)	(331.322)	(261.781)	(331.322)
Operações de financiamentos imobiliários	(199.532)	(79.294)	(199.532)	(79.294)
Alavancagem de negócios	(164.763)	(102.927)	(164.763)	(102.927)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(143.076)	(152.908)	(143.076)	(152.908)
Benefícios sociais	(141.390)	(18.611)	(141.390)	(18.611)
Serviços automatizados	(139.385)	(171.582)	(139.385)	(171.582)
Obrigações com fundos e programas	(109.407)	(87.637)	(109.407)	(87.637)
Despesas com loterias	(69.794)	(63.906)	(69.794)	(63.906)
Descontos de operações de crédito	(66.342)	(35.740)	(66.342)	(35.740)
FGTS - arrecadação/pagamento	(58.350)	(60.310)	(58.350)	(60.310)
FCVS a receber – perdas	(56.720)	(48.610)	(56.720)	(48.610)
Operações de crédito comerciais	(5.901)	(3.463)	(5.901)	(3.463)
Outras	(198.968)	(112.617)	(170.717)	(121.375)
Total	(3.339.198)	(3.044.744)	(3.311.278)	(3.055.400)

Nota 30 – Constituição e reversão de provisões

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
	1º trimestre	1º trimestre	1º trimestre	1º trimestre
Contingências Judiciais	(1.041.360)	(823.519)	(1.041.360)	(823.520)
Trabalhistas (1)	(585.466)	(473.751)	(585.466)	(473.752)
Cíveis	(428.763)	(406.255)	(428.763)	(406.255)
Fiscais	(27.131)	56.487	(27.131)	56.487
Taxa Performance das carteiras adquiridas	(22.074)	(127.334)	(22.074)	(127.334)
Pré-pagamento – FGTS	(21.342)	(62.918)	(21.342)	(62.918)
Garantia financeira prestada	(4.638)	(518)	(4.638)	(518)
Fundo de compensação de variações salariais - FCVS	30.967	(71.850)	30.967	(71.850)
Outras operacionais (2)	38.764	192.234	38.764	171.110
Total	(1.019.683)	(893.905)	(1.019.683)	(915.030)

(1) Acréscimo de provisão decorrente de implantação de nova metodologia massificada para cálculo do valor provável de desembolso para ações judiciais trabalhistas.

(2) Inclui a reversão de provisão administrativa, restos à pagar, e custos relativos a manutenção de imóveis.

Nota 31 – Resultado não operacional

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
	1º trimestre	1º trimestre	1º trimestre	1º trimestre
Resultado na alienação e baixa de invest. e ativos não financeiros mantidos para venda	(148.872)	(159.532)	(148.872)	(159.532)
Constituição/Reversão de provisões não operacionais	220.546	192.295	220.546	192.295
Ganhos de capital - remensurações ao valor justo (1)	-	-	-	1.472.418
Outros (2) (3)	418.679	(27.385)	418.679	(27.385)
Total	490.353	5.378	490.353	1.477.796

(1) Ganho de capital auferido por alteração no percentual de participação relativa dos investimentos da Caixa Seguridade.

(2) Inclui o ganho de capital da CIP no valor de R\$ 156.607 em decorrência de reorganização societária (Nota 11).

(3) Inclui o ganho de capital pelo encerramento do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH em virtude da quitação das obrigações com o programa ensejando que quaisquer rendimentos obtidos pela CAIXA (Agente Financeiro) com a aplicação dos valores sob sua disponibilidade e risco são incorporadas como ganhos (Nota 18 (b)).

Nota 32 – Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

O Código de Conduta dos Empregados e Dirigentes da CAIXA veda aos seus empregados e dirigentes a estabelecer relações comerciais ou profissionais, diretamente ou por terceiros, com seus controladores e empresas do mesmo grupo econômico.

De acordo com legislação vigente, no que se aplica à CAIXA como empresa pública e suas partes relacionadas, é permitida a realização de operações de empréstimos ou adiantamentos nas mesmas condições às apresentadas ao mercado, especialmente quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias, bem como critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas e baixas para prejuízo, não existindo benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações realizadas com os demais clientes de mesmo perfil na empresa.



(a) Controladora

A CAIXA é uma instituição financeira sob a forma de empresa pública, vinculada ao Ministério da Economia, cujo capital social foi exclusivamente integralizado pela União. Dessa forma, encontra-se sob controle direto da União. Os saldos com a controladora estão representados pelas transações com a União, seus respectivos ministérios, autarquias, secretarias de governo e demais órgãos.

Os títulos públicos federais estão relacionados na Nota 7. Já as informações sobre dividendos e JCP a serem pagos ao Tesouro Nacional são apresentados na Nota 23 (d). Por outro lado, os tributos com a União são apresentados na Nota 20.

No curso de suas operações, a CAIXA reconhece valores a receber de seu relacionamento com a União (Controlador e Fundos de Governo) em operações de crédito e prestação de serviços que, em 31/03/2022, totalizavam R\$ 2.475.313 (31/12/2021 – R\$ 2.476.938). Do montante apresentado em 31/03/2022, R\$ 1.946.451 (31/12/2021 – R\$ 1.904.252) está constituído por saldos relativos a operações antigas, para as quais a Administração da CAIXA está em tratativas com a União com a finalidade de quitação dos valores envolvidos – Nota 14 (d).

(b) Controladas

Considerando o período coberto pelas demonstrações contábeis, a CAIXA realiza negócios por meio de suas controladas CAIXA Seguridade, CAIXA Loterias, CAIXA Cartões e CAIXA DTVM.

A CAIXA detém o controle de forma indireta da Caixa Holding Securitária S.A. e da Caixa Seguridade Corretagem e Administração de Seguros S.A., por meio da CAIXA Seguridade Participações S.A.

Por meio da Caixa Cartões são controladas as entidades (fase pré-operacional): CAIXA Cartões Adquirência S.A., CAIXA Cartões PAT S.A., CAIXA Cartões Fidelidade S.A. e CAIXA Cartões Contas de Pagamento S.A.

A CAIXA, por meio da CAIXA DTVM, detém o controle do Fundo de Investimento Caixa Ibirapuera Renda Fixa.

A CAIXA possui controle no fundo de investimento em direitos creditórios Stone III (FIDC Stone III) com 80,01% de participação.

(c) Controladas em Conjunto

Se enquadram como partes relacionadas as entidades nas quais a CAIXA participa em regime de controle conjunto por meio de suas controladas CAIXA Seguridade e CAIXA Cartões.

Por meio da CAIXA Seguridade Participações S.A. são controladas em conjunto: PAN Corretora de Seguros Ltda, Too Seguros S.A., XS3 Seguros S.A., XS4 Capitalização S.A., XS5 Administradora de Consórcios S.A. e XS6 Assistência S.A.

São controladas em conjunto, através da Caixa Cartões a Elo Serviços S.A e Caixa Cartões Pré-Pagos. A Elo Serviços S.A. tem por objetivo prestar serviços relacionados a soluções e meios de pagamentos, inclusive através de meios eletrônicos. A CAIXA Cartões Pré-Pagos S.A. tem por objeto explorar quaisquer direitos e atividades comerciais ligadas ao mercado de meios de pagamento pré-pagos.

São controladas em conjunto, direto na Caixa: Tecban, Caixa Imóveis e Quod, Galgo Sistemas de Informações e Negócios Digitais.

A CAIXA mantém com a Tecban contratos de prestação de serviços voltados para a utilização de caixas eletrônicos. Em 31/03/2022, o montante dos numerários da CAIXA em poder da Tecban era de R\$ 1.988.351 (31/12/2021 – R\$ 2.433.472).



(d) Coligadas

A CNP Seguros Holding Brasil S.A. (antiga Caixa Seguros Holding S.A.) é uma entidade coligada constituída com o objetivo de participar nas empresas do Grupo CNP Seguros e apresenta a seguinte composição: Caixa Seguradora S.A., CNP Capitalização S.A., Caixa Consórcio S.A., Administradora de Consórcios S.A. (em processo de registro de alteração da razão social para CNP Consórcios S.A. Administradora de Consórcios), Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A., Caixa Seguros Participações em Saúde Ltda, Caixa Seguros Especializada em Saúde S.A., Youse Seguradora S.A., Youse Tecnologia e Assistência em Seguros LTDA (antiga Caixa Seguros Assessoria e Consultoria Ltda), e Companhia de Seguros e Previdência do Sul (Previsul).

Por meio da CAIXA Seguridade Participações S.A. é coligada a entidade Holding XS1 S.A., que possui a XS2 Vida e Previdência S.A. e a Caixa Vida e Previdência S.A. como subsidiárias integrais.

CAIXA mantém transações diversas com a CAIXA Seguridade Participações S.A., incluindo suas investidas. Destaca-se a disponibilização de sua rede de atendimento para comercialização, por partes das referidas investidas, de seguros, títulos de capitalização, planos de previdência e consórcios. Além disso, a CAIXA presta serviços bancários diversos para essas partes relacionadas, tais como manutenção de contas de depósito, aplicações financeiras e convênios de arrecadação e pagamento.

(e) Pessoal Chave da Administração

Enquadram-se como pessoal chave da Administração as pessoas que detêm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades, direta ou indiretamente. Consideram-se também os membros familiares de até 2º grau e entidades jurídicas aos quais esperam-se que exerçam influência ou sejam influenciados pela pessoa nos negócios com a entidade.

Na CAIXA se enquadram como pessoal chave aqueles com responsabilidade direta e/ou indireta em suas atividades, tais como: membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor, Comitê de Auditoria e Comitê Independente de Riscos.

(f) Outras entidades

As entidades que são controladas ou sofrem influência significativa de forma direta ou indireta da União estão classificadas no item "Outras entidades". Esse item é composto por transações com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo governo, tais como Petrobras, Banco do Brasil, BNDES, Banco do Nordeste e Emgea; além dos fundos de investimento e fundos de governo operados e/ou administrados pela CAIXA, como o FGTS, FAR, FCVS e FIES.

As transações com o FGTS estão demonstradas de acordo com a característica da operação, classificadas nas Notas explicativas: Nota 8 – Instrumentos financeiros derivativos, 10 (a) – Outros ativos financeiros, 14 (a) – Outros ativos; 15 (b) – Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas, 16 (b) – Obrigações por empréstimos e repasses, 18 – Outros passivos financeiros, 24 – Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias, 28 – Outras receitas operacionais, 29 – Outras despesas operacionais e 30 – Constituição e reversão de provisões.

Os ativos com o FCVS são demonstrados na Nota explicativa 10 – Outros ativos financeiros, e, as garantias financeiras prestadas são demonstradas na Nota Explicativa 19 (e) – Garantias financeiras prestadas.

A Funcef, entidade que administra plano de benefícios pós emprego dos empregados da CAIXA, mantém com a CAIXA contratos de prestação de serviços bancários e de locação de imóveis de propriedade da Funcef.

Os quadros a seguir apresentam os saldos patrimoniais e de resultado decorrentes de transações com partes relacionadas, considerando a natureza do relacionamento com essas entidades.



Descrição	INDIVIDUAL											
	31/03/2022						31/12/2021					
	Controladora	Controlada	Controlada em conjunto (1)	Coligada (2)	Pessoal-chave da administração	Outras entidades (3)	Controladora	Controlada	Controlada em conjunto	Coligada	Pessoal-chave da administração	Outras entidades
ATIVO:	2.442.057	1.718.204	41.446	43.147	26.264	6.951.410	2.422.081	2.016.748	29.197	5.735	26.155	5.865.548
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	-	-	-	200.019	-	-	-	-	-	325.556
Títulos e valores mobiliários (4)	-	1.690.778	-	-	-	2.120.242	-	1.967.252	-	-	-	70.993
Rendas a receber (5)	544.145	5.346	41.446	43.147	-	557.847	562.973	31.194	29.197	5.735	-	544.490
Operações de crédito (6)	10.515	-	-	-	559.890	3.485.200	12.628	-	-	-	25.009	3.950.134
Provisões para operações de crédito	-	-	-	-	(535.010)	(1.153)	-	-	-	-	(389)	(1.894)
Outros créditos	1.887.397	22.080	-	-	1.446	222.251	1.846.480	18.302	-	-	1.457	196.905
Provisões para outros créditos	-	-	-	-	(62)	-	-	-	-	-	78	-
Outros investimentos, valores e bens (7)	-	-	-	-	-	7.004	-	-	-	-	-	779.364
PASSIVO:	2.052.517	2.051	157.275	2.069.869	32.237	199.333.911	2.445.998	851	154.946	1.629.682	12.832	177.234.781
Depósitos à vista e poupança	624.596	2.051	1.474	170.381	27.170	3.109.520	598.790	851	1.403	209.227	8.572	3.488.087
Depósitos à prazo e letras	328.728	-	80.795	-	5.067	543.480	256.346	-	79.406	-	4.260	615.706
Depósitos especiais de fundos e programas	231.839	-	-	-	-	6.421.235	216.262	-	-	-	-	3.856.187
Captações no mercado aberto (8)	-	-	-	1.899.488	-	152.594.754	-	-	-	1.420.455	-	132.119.136
Repasse do país - instituições oficiais (9)	16.287	-	-	-	-	24.514.580	14.727	-	-	-	-	25.126.414
Recursos para destinação específica (10)	476.885	-	-	-	-	12.070.638	993.909	-	-	-	-	11.949.751
Obrigações diversas (11)	374.182	-	75.006	-	-	79.704	365.964	-	74.137	-	-	79.500
Garantias recebidas (12)	83.290	-	-	-	281.252	6.484.482	83.290	-	-	-	41.909	6.254.021
Garantias prestadas (13)	-	-	-	-	-	30.617.197	-	-	-	-	-	30.979.459

(1) Composto principalmente pelas transações com Elo Serviços e Tecban. As variações relevantes são derivadas da exclusão do Banco PAN como Parte Relacionada (Nota 11).

(2) Referem-se principalmente às transações com o grupo CAIXA Seguros.

(3) Composto principalmente por transações com BNDES, FAT, FGS, FIES, Fundos de investimento e Fundo Marinha Mercante. O ativo referente ao FCVS é apresentado na Nota 14.

(4) O montante em controlada se refere a cotas do FIDC Stone III e em outras entidades corresponde em maior parte à cotas de fundos, registrados a valor justo, reclassificados para títulos e valores mobiliários, conforme Resolução 4.817/2020 (FGI, FGHA e FGO). Os saldos são apresentados na Nota 7(c.2).

(5) O montante em controladora se refere a rendas de tarifas recebidos na operacionalização de programas da União. A variação em controlada decorre de valores a receber provenientes de dividendos e bonificações.

(6) Do montante em outras entidades, R\$ 2.989.345 correspondem a operações com a Eletrobrás. Saldo divulgado em 31/12/2022 retificado, conforme nota de rodapé Garantias Prestadas (13).

(7) A variação em outras entidades corresponde à reclassificação cotas dos de fundos, registrados a valor justo, para títulos e valores mobiliários, conforme Resolução 4.817/2020 (FGI, FGHA e FGO).

(8) O saldo em coligada se refere a operações com a CAIXA Consórcios. O montante em outras entidades é formado em sua maioria por cotas de fundos de investimento.

(9) Em outras entidades, R\$ 22.204.647 decorrem de operações de repasses do BNDES (Nota 16).

(10) A variação em controladora reflete principalmente à redução de recursos oriundos do INSS e Fundo Nacional dos Direitos das Crianças. O saldo em outras entidades se refere principalmente a obrigações com o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.

(11) Em controladora, R\$ 295.181 se referem a obrigações sobre o programa Bolsa Família (Nota 19 (e)).

(12) Referem-se principalmente a operações garantidas pelo governo, notas promissórias, penhor e garantias fidejussórias.

(13) Refere-se à garantia de coobrigação prestada pela CAIXA em operações de crédito, na condição de agente operador, ao FGTS.



Descrição	CONSOLIDADO									
	31/03/2022					31/12/2021				
	Controladora	Controlada em conjunto (1)	Coligada (2)	Pessoal-chave da administração	Outras entidades (3)	Controladora	Controlada em conjunto	Coligada	Pessoal-chave da administração	Outras entidades
ATIVO:	2.442.057	41.446	177.144	26.264	4.891.347	2.422.081	29.197	140.794	26.155	5.865.548
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	-	-	200.019	-	-	-	-	325.556
Títulos e valores mobiliários (4)	-	-	-	-	60.179	-	-	-	-	70.993
Rendas a receber (5)	544.145	41.446	177.144	-	557.847	562.973	29.197	140.794	-	544.490
Operações de crédito (6)	10.515	-	-	559.890	3.485.200	12.628	-	-	25.009	3.950.134
Provisões para operações de crédito	-	-	-	(535.010)	(1.153)	-	-	-	(389)	(1.894)
Outros créditos	1.887.397	-	-	1.446	222.251	1.846.480	-	-	1.457	196.905
Provisões para outros créditos	-	-	-	(62)	-	-	-	-	78	-
Outros investimentos, valores e bens (7)	-	-	-	-	7.004	-	-	-	-	779.364
PASSIVO:	2.052.517	157.275	2.069.869	32.237	199.333.911	2.445.998	154.946	1.629.682	12.832	177.234.781
Depósitos à vista e poupança	624.596	1.474	170.381	27.170	3.109.520	598.790	1.403	209.227	8.572	3.488.087
Depósitos à prazo e letras	328.728	80.795	-	5.067	543.480	256.346	79.406	-	4.260	615.706
Depósitos especiais de fundos e programas	231.839	-	-	-	6.421.235	216.262	-	-	-	3.856.187
Captações no mercado aberto (8)	-	-	1.899.488	-	152.594.754	-	-	1.420.455	-	132.119.136
Repasse do país - instituições oficiais (9)	16.287	-	-	-	24.514.580	14.727	-	-	-	25.126.414
Recursos para destinação específica (10)	476.885	-	-	-	12.070.638	993.909	-	-	-	11.949.751
Obrigações diversas (11)	374.182	75.006	-	-	79.704	365.964	74.137	-	-	79.500
Garantias recebidas (12)	83.290	-	-	281.252	6.484.482	83.290	-	-	41.909	6.254.021
Garantias prestadas (13)	-	-	-	-	30.617.197	-	-	-	-	30.979.459

(1) Composto principalmente pelas transações com Elo Serviços e Tecban. As variações relevantes são derivadas da exclusão do Banco PAN como Parte Relacionada (Nota 11).

(2) Referem-se principalmente às transações com o grupo CAIXA Seguros.

(3) Composto principalmente por transações com BNDES, FAT, FGS, FIES, Fundos de investimento e Fundo Marinha Mercante. O ativo referente ao FCVS é apresentado na Nota 14.

(4) O montante em outras entidades corresponde às ações da Paranapanema. Os saldos com a União são apresentados na Nota 7.

(5) O montante em controladora se refere a rendas de tarifas recebidos na operacionalização de programas da União.

(6) Do montante em outras entidades, R\$ 2.989.345 correspondem a operações com a Eletrobrás. Saldo divulgado em 31/12/2022 retificado, conforme nota de rodapé Garantias Prestadas (13).

(7) A variação em outras entidades corresponde à reclassificação cotas dos fundos, registrados a valor justo, para títulos e valores mobiliários, conforme Resolução 4.817/2020 (FGI, FGHA e FGO).

(8) O saldo em coligada se refere a operações com a CAIXA Consórcios. O montante em outras entidades é formado em sua maioria por cotas de fundos de investimento.

(9) Em outras entidades, R\$ 22.204.647 decorrem de operações de repasses do BNDES (Nota 16).

(10) A variação em controladora reflete principalmente à redução de recursos oriundos do INSS e Fundo Nacional dos Direitos das Crianças. O saldo em outras entidades se refere principalmente a obrigações com o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.

(11) Em controladora, R\$ 295.181 se referem a obrigações sobre o programa Bolsa Família (Nota 19 (e)).

(12) Referem-se principalmente a operações garantidas pelo governo, notas promissórias, penhor e garantias fidejussórias.

(13) Refere-se à garantia de coobrigação prestada pela CAIXA em operações de crédito, na condição de agente operador, ao FGTS.



INDIVIDUAL										
	1º trimestre - 2022					1º trimestre - 2021				
	Controladora	Controladas	Controladas em conjunto (1)	Coligadas (2)	Outras entidades (3)	Controladora	Controladas	Controladas em conjunto (1)	Coligadas (2)	Outras entidades (3)
RECEITAS	267.254	9.386	165.048	122.700	1.008.553	358.543	32.280	320.415	90.362	1.238.706
Resultado com títulos e valores mobiliários (4)	-	-	-	-	-	-	18.759	39.513	-	-
Rendas com prestação de serviços (5)	159.378	2	165.002	122.700	222.358	273.155	1	199.323	90.362	205.357
Rendas com administração de fundos de investimento	-	-	-	-	95.087	-	-	-	-	485.575
Outras receitas operacionais (6)	107.876	9.384	46	-	691.108	85.388	13.520	81.579	-	547.774
DESPESAS	(132.856)	(3.381)	(162.825)	(2.871)	(705.240)	(20.295)	-	(543.871)	(626)	(832.360)
Captação no mercado (7)	(14.944)	(3.381)	(1.826)	-	(74.704)	(3.300)	-	(684)	-	1.051
Pessoal (8)	-	-	-	-	(303.778)	-	-	-	-	(276.363)
Administrativas (9)	-	-	-	-	(10.643)	-	-	-	-	(12.422)
Outras despesas operacionais (10)	(117.912)	-	(160.999)	(2.871)	(316.115)	(16.995)	-	(543.187)	(626)	(544.626)

(1) Refere-se às transações com Elo Serviços e Tecban.

(2) Referem-se principalmente às transações com o grupo CAIXA Seguros.

(3) Referem-se principalmente às transações com BNDES, Funcef, FAR, FCVS e Fundos de investimento.

(4) A variação em se refere à renda de títulos de renda fixa do FIDC Stone III.

(5) O montante em controladora refere-se à renda de prestação de serviços em programas sociais e operações de repasses do OGU.

(6) O saldo em outras entidades decorre principalmente de rendas de juros sobre valores a receber do FCVS em contratos habitacionais. O montante em Controlada refere-se a ressarcimento de subsidiárias de despesas de compartilhamento de infraestrutura e de pessoal.

(7) O saldo em controlada se refere à transação com o Fundo Ibirapuera.

(8) Transações com a Funcef. Os ativos e passivos atuariais com essa entidade são apresentados semestralmente na nota explicativa de Benefícios a empregados (Nota 21).

(9) Refere-se a despesas de aluguel com a Funcef.

(10) A variação em controlada em conjunto decorre da saída do Banco PAN como Parte Relacionada (Nota 11). Em outras entidades, há destaque para despesas com operações de repasses ao BNDES.



CONSOLIDADO								
	1º trimestre – 2022				1º trimestre 2021			
	Controladora	Controladas em conjunto (1)	Coligadas (2)	Outras entidades (3)	Controladora	Controladas em conjunto (1)	Coligadas (2)	Outras entidades (3)
RECEITAS	267.254	165.048	163.500	1.008.553	358.543	320.415	164.692	1.238.706
Resultado com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	39.513	-	-
Rendas com prestação de serviços (4)	159.378	165.002	163.500	222.358	273.155	199.323	164.692	205.357
Rendas com administração de fundos de investimento	-	-	-	95.087	-	-	-	485.575
Outras receitas operacionais (5)	107.876	46	-	691.108	85.388	81.579	-	547.774
DESPESAS	(132.856)	(162.825)	(2.871)	(707.482)	(20.295)	(543.871)	(626)	(833.449)
Captação no mercado	(14.944)	(1.826)	-	(74.704)	(3.300)	(684)	-	1.051
Pessoal (6)	-	-	-	(306.020)	-	-	-	(277.452)
Administrativas (7)	-	-	-	(10.643)	-	-	-	(12.422)
Outras despesas operacionais	(117.912)	(160.999)	(2.871)	(316.115)	(16.995)	(543.187)	(626)	(544.626)

(1) Refere-se às transações com Elo Serviços e Tecban.

(2) Referem-se principalmente às transações com o grupo CAIXA Seguros.

(3) Referem-se principalmente às transações com BNDES, Funcef, FAR, FCVS e Fundos de investimento.

(4) O montante em controladora refere-se à renda de prestação de serviços em programas sociais e operações de repasses do OGU.

(5) O saldo em outras entidades decorre principalmente de rendas de juros sobre valores a receber do FCVS em contratos habitacionais. O montante em Controlada refere-se a ressarcimento de subsidiárias de despesas de compartilhamento de infraestrutura e de pessoal.

(6) Transações com a Funcef. Os ativos e passivos atuariais com essa entidade são apresentados semestralmente na nota explicativa de Benefícios a empregados (Nota 21).

(7) Refere-se a despesas de aluguel com a Funcef.



(g) Média salarial (valores em R\$)

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	31/03/2022		31/03/2021	
	Administrador	Empregado	Administrador	Empregado
Maior salário	56.197	62.592	56.197	63.911
Salário médio	44.889	12.082	44.889	12.143
Menor salário	41.868	3.330	41.868	3.330
Benefícios	7.905	3.806	8.630	3.515

(h) Remuneração do pessoal-chave da administração

O montante da remuneração global dos administradores e conselheiros fiscais da CAIXA é submetido anualmente pelo Conselho de Administração para aprovação da Assembleia Geral da CAIXA.

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor, Comitê de Auditoria e Comitê Independente de Riscos) são apresentados como segue:

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO	
	2022	2021
	1º trimestre	1º trimestre
Benefícios de curto prazo	18.409	6.996
Proventos	5.709	5.242
Diretoria	4.935	4.435
Conselho de Administração	83	73
Conselho Fiscal	63	108
Comitê de Auditoria	427	425
Comitê Independente de Risco	201	201
Remuneração variável	8.170	-
Diretoria	8.170	-
Benefícios	185	188
Diretoria	185	188
Treinamento	162	24
Encargos sociais	4.183	1.542
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-
Benefícios pós emprego	477	421
Previdência complementar	477	421

Os benefícios incluem auxílio alimentação, auxílio moradia e plano de saúde aos membros da diretoria.

No item Previdência Complementar, os benefícios pós-emprego são restritos aos membros da diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal da CAIXA.

A CAIXA não possui remuneração baseada em ações ou benefícios de longo prazo a seus funcionários e pessoal chave da administração.

Nota 33 – Gerenciamento de riscos e de capital

Na CAIXA, o gerenciamento de riscos e de capital é percebido como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação de sua solvência, liquidez e rentabilidade.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de capital estão em conformidade com a regulação vigente e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

Os riscos considerados como relevantes são: Risco de Crédito; Risco de Mercado; Risco de Liquidez; Risco Operacional; Risco de Taxa de Juros das Operações não Classificadas na Carteira de Negociação; Risco de Estratégia; Risco de Reputação, Risco Socioambiental, Risco de Contágio, Risco Atuarial, Risco de Concentração, Risco Cibernético e Risco de TI.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, bem como do Plano de Recuperação está disponível no sítio: <http://www.caixa.gov.br>, menu Relações com Investidores, Informações Financeiras, Gerenciamento de Riscos e Capital.

(a) Cálculo da exigência de capital regulamentar

Em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, o cálculo do patrimônio de referência e o cálculo dos requerimentos mínimos de capital consideram o Conglomerado Prudencial.

O quadro a seguir apresenta o detalhamento desses indicadores de capital.

Descrição	31/03/2022	31/12/2021
Patrimônio de Referência – PR	124.331.437	120.529.287
Nível I	101.469.384	94.438.894
Capital Principal – CP	99.756.143	92.725.653
Patrimônio líquido prudencial (1)	116.090.579	110.018.509
Ajustes prudenciais	(16.334.436)	(17.292.856)
Capital Complementar – CC	1.713.241	1.713.241
Nível II	22.862.053	26.090.393
Ativos ponderados pelo risco – RWA	637.034.276	625.604.870
Risco de crédito – RWACPAD	557.796.808	540.773.799
Risco de mercado – RWAMPAD	2.720.899	7.429.099
Risco operacional – RWAOPAD	76.516.569	77.401.972
Adicional de Capital Principal - ACP	19.111.028	18.768.146
Patrim. de Referência Mínimo Requerido - PRMR (RWA*Fator F) + ACP	70.073.770	68.816.536
Risco de mercado – carteira de não negociação - RBAN	1.340.745	1.910.680
Margem de capital (PR - PRMR - RBAN)	52.916.922	49.802.071
Índice de capital principal (CP / RWA)	15,66%	14,82%
Índice de capital nível I (Nível I / RWA)	15,93%	15,10%
Índice de Basileia (PR / RWA)	19,52%	19,27%
Fator F (Resolução CMN nº 4.193/2013)	8,00%	8,00%

(1) Patrimônio Líquido considera os instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 4.955/2021.

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes

A análise de sensibilidade permite verificar o impacto das variações das taxas de juros sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco. Estes estudos hipotéticos tornam-se ferramenta de gestão do risco de mercado, possibilitando a definição de medidas de mitigação em caso de concretização de tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.

As análises de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Alta Administração, ao qual a CAIXA estava exposta, incluíram todas as operações relevantes com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

- Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;
- Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo no cenário I, de mais ou menos 25% nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço;
- Cenário III: Segundo cenário eventual que considera um choque paralelo de mais ou menos 50% no cenário I, nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço, sendo consideradas as piores perdas resultantes.

Os resultados dos Instrumentos Financeiros em 31/03/2022 apurados estão sintetizados no quadro a seguir:

Descrição	Risco	Cenário Provável	Var. de 25%	Var. de 50%
Prefixado	Aumento de taxa de juros	(11.607)	(282.619)	(549.729)
Índice de preços	Aumento de cupons de índice de preços	(1.990)	(46.691)	(87.844)
TR/TBF/TJLP	Aumento de cupom de TR	(23.678)	(526.500)	(940.856)

Nota 34 – Resultado recorrente e não recorrente

Conforme Resolução BCB nº 2/2020 destacamos a seguir o resultado recorrente e não recorrente, líquido dos efeitos fiscais:

Evento	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
	1º trimestre	1º trimestre	1º trimestre	1º trimestre
Lucro Líquido Contábil (a)	2.312.079	4.278.133	2.541.602	4.583.939
Eventos Não Recorrentes (b)	-	1.569.822	-	1.569.822
Ganhos/perdas de ativos financeiros e Não Financeiros (1)	-	1.472.418	-	1.472.418
Outras Despesas Não Recorrentes (2)	-	97.404	-	97.404
Despesas Impactadas pelos Eventos (3) (c)	-	(208.002)	-	(145.871)
Resultado Não Recorrente (d = b + c)	-	1.361.820	-	1.423.951
Resultado Recorrente Regulatório (e = a - d)	2.312.079	2.916.313	2.541.602	3.159.988

▪ 1º trimestre de 2021

(1) Ganhos/perdas de ativos financeiros e não financeiros incluem:

- (i) Ganho decorrente da alteração participação relativa apurada sobre investimentos da CAIXA Seguridade, em função da conclusão de operação de parcerias societárias no montante de R\$ 1.472.418.

(2) Outras despesas não recorrentes incluem:

- (i) Reversão de despesas relacionadas a programas de incentivo ao desligamento de empregados no montante de R\$ 97.404.

(3) Despesas impactadas pelos eventos incluem:

- (i) Efeitos tributários, de despesas de PLR e IHCD sobre os itens não recorrentes.

Nota 35 – Outras informações

(a) Ativos de Fundos de Investimento administrados pela CAIXA

Descrição (1)	31/03/2022	31/12/2021
Fundos de investimento financeiro	379.011.558	352.961.172
Fundos de investimento em cotas - FIC (2)	312.211.100	291.895.979
Fundos de ações	34.797.973	32.526.871
Total	726.020.631	677.384.022

(1) A informação apresentada não é auditada pela auditoria independente.

(2) Inclui Fundos de aplicação em cotas, que não são considerados no ranking ANBIMA.

(b) Cenário Econômico e Pandemia Covid-19

Desde o início do ano de 2020 o mundo vem enfrentando uma pandemia com forte impacto negativo na economia. O surto causado pelo coronavírus (Covid – 19) trouxe muitos desafios a serem administrados pelos países e populações.

Clientes e sociedade

A CAIXA vem adotando diversas medidas com o objetivo de minimizar o impacto na vida das pessoas e das empresas, especialmente os micro e pequenos empresários. Dentre as várias ações em andamento, destacamos algumas medidas mencionadas no relatório de administração:

- O Auxílio Emergencial, trata-se de benefício emergencial que faz parte de algumas das principais medidas adotadas pelo Governo Federal, com papel decisivo para a população mais humilde, tendo como objetivo fornecer proteção emergencial enquanto perdurar o período de enfrentamento à pandemia. Considerando os pagamentos aos chefes de famílias monoparentais e os pagamentos residuais e judiciais, no 1º trimestre de 2022, foram totalizados 2,5 milhões de benefícios pagos e um montante de R\$ 2,9 bilhões injetados na economia.
- Atuando de modo estratégico com estados e municípios no âmbito dos Programas Regionais Emergenciais, no 1º trimestre de 2022, a CAIXA operou o pagamento de 26 programas regionais, nesse mesmo período foram assinados 5 novos programas na modalidade, perfazendo um total de 920,8 mil parcelas pagas e o montante de 238,6 milhões pagos aos beneficiários, evidenciando a importância da CAIXA como agente de transformação social através da implantação de programas sociais.
- Em 2021 foi aprovada a Lei nº 14.237/2021, que instituiu o Auxílio Gás dos Brasileiros, o programa tem por objetivo mitigar o efeito do preço do gás liquefeito de petróleo (GLP) sobre o orçamento das famílias de baixa renda e concede auxílio financeiro bimestral equivalente ao valor de meio botijão a ser pago às famílias que atendam aos critérios legais. No 1º trimestre de 2022, a CAIXA realizou o pagamento de 11 milhões de benefícios, no montante de R\$ 561,7 milhões.
- Em março de 2022, o Governo Federal e a CAIXA anunciaram novas modalidades de crédito para clientes pessoa física e microempreendedores individuais (MEI), com taxa de juros reduzidas. Trata-se do Crédito CAIXA Tem – SIM Digital, uma das iniciativas do Programa Renda e Oportunidade, do Governo Federal, que traz uma série de medidas para alavancar a retomada do emprego e da economia do país, gerando renda e aumentando o poder de compra dos brasileiros.
- Permanência das reduções de juros dos seus principais produtos. A medida visa proporcionar alívio financeiro às pessoas e auxiliar as empresas a recompor seu fluxo de caixa.

Impactos Contábeis e de Capital relacionados à Covid-19

Em relação às demonstrações contábeis, a CAIXA tem pautado seu julgamento com cautela e ponderação dada a atipicidade do cenário que estamos enfrentando. A CAIXA continuará acompanhando os desdobramentos da pandemia Covid-19 e seus reflexos na economia, sobretudo em relação aos seguintes destaques:

- **Valor justo dos instrumentos financeiros**

As alterações no valor justo dos instrumentos financeiros identificadas até o momento em decorrência da pandemia já impactaram as presentes demonstrações contábeis. Mesmo considerando a pandemia Covid-19, elementos de volatilidade no mercado e demais alterações no ambiente de negócios, a CAIXA apresenta capacidade financeira para manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

As Políticas Internas, calçadas nas diretrizes da Circular 3.068/2001 e aprovadas pelo Conselho de Administração da instituição, impõem procedimentos de governança para qualquer reclassificação de instrumentos financeiros entre as categorias. No período decorrido do ano de 2022 não foi manifestada qualquer intenção de reclassificação dos títulos mantidos até o vencimento, mantendo-se o valor dos ativos em critérios compatíveis com a manutenção deles.

- **Provisão de Risco de Crédito**

A CAIXA observa as diretrizes contidas nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 4.855/20, no que tange a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, das operações que compõem a carteira de crédito, incluindo as operações realizadas no âmbito dos programas instituídos com o propósito de enfrentamento dos efeitos da pandemia da Covid-19 na economia.

Quanto a carteira de crédito total, destaca-se as características das operações CAIXA, concentradas em operações de longo prazo, com garantias reais e com mais de 90% das operações classificadas em níveis de riscos de AA a C. Entre os segmentos, cabe destaque para a expansão das carteiras de Crédito Rural e o segmento comercial PF, com os produtos da carteira Microfinanças.

Ressaltamos que a CAIXA realiza monitoramento contínuo dos indicadores de risco de carteira, por meio de relatórios, periódicos, de Risco de Carteira de Crédito, que, dentre outros acompanhamentos, contemplam a cobertura de provisão, com destaque para a carteira constituída pelas operações criadas em decorrência da crise estabelecida pela pandemia da Covid-19.

Ainda, destacamos que é realizado monitoramento mensal específico com o objetivo de acompanhar a gestão da provisão dos devedores duvidosos, com reporte à Alta Administração.

- Reforço da divulgação dos canais internos de comunicação e disseminação de conhecimento sobre a prevenção e protocolos relacionados à Covid-19.

(c) Normas a serem aplicadas a partir de janeiro de 2025

Na Resolução CMN nº 4.966/2021 o BACEN dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge). A norma busca a convergência ao padrão internacional previsto no IFRS 9. Os impactos decorrentes da implementação da norma estão sob análise da CAIXA.

A Resolução CMN nº 4.975/2021 dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os impactos decorrentes da implementação da norma estão sob análise na CAIXA.

(d) Conclusão das investigações na CNP Seguros Holding Brasil S.A.

A CNP Seguros Holding Brasil S.A. ("CNP Brasil") é uma parceria firmada entre a CAIXA Seguridade e o grupo francês CNP Assurances. Conforme divulgado em notas explicativas pela CAIXA Seguridade, em função das notícias divulgadas pela imprensa, a partir de 30 de novembro de 2020, sobre a 13ª fase da chamada Operação Descarte



– Canal Seguro, a Administração da CNP Brasil determinou a adoção de uma série de medidas acautelatórias de seus interesses e de seus acionistas e instalou um processo de investigação independente para examinar as transações da companhia e, na extensão legalmente permitida, de suas empresas controladas.

A investigação independente instaurada para apuração de denúncias, conduzida pela CNP Brasil com acompanhamento de auditores independentes, foi concluída sem que fossem identificadas evidências de atos ilícitos na base de dados da Companhia.

Nota 36 – Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes às Demonstrações Contábeis de 31/03/2022.



Pedro Duarte Guimarães
Presidente

André Nunes
Vice-presidente

Antônio Carlos Ferreira de Sousa
Vice-presidente

Celso Leonardo Derziê de Jesus Barbosa
Vice-presidente

Claudio Salituro
Vice-presidente

Henriete Alexandra Sartori Barnabé
Vice-presidente

Jair Luis Mahl
Vice-presidente

Messias dos Santos Esteves
Vice-presidente

Rafael de Oliveira Morais
Vice-presidente

Tatiana Thome de Oliveira
Vice-presidente

Thays Cintra Vieira
Vice-presidente

Marcos Brasiliano Rosa
Diretor de Controladoria

Juliana Grigol Fonsechi
Superintendente Nacional
Contadora CRC 020734/O-3-DF



Relatório do Auditor Independente

Caixa Econômica Federal.

**Relatório das demonstrações contábeis
individuais e consolidadas
intermediárias**

31 de março de 2022



KPMG Auditores Independentes

SAI/SO, Área 6580 – Bloco 02, 3º andar, sala 302 – Torre Norte

Park Shopping – Zona Industrial (Guará)

Caixa Postal 8587 - CEP – 71219-900, Brasília, DF

Telefone +55 (61) 3362 3700, Fax +55 (61) 3362 3701

www.kpmg.com.br

Relatório das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Aos

Acionistas, ao Conselho de Administração e aos Administradores da

Caixa Econômica Federal - CAIXA.

Brasília - DF

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas intermediárias, da Caixa Econômica Federal (“CAIXA”), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as principais políticas contábeis.

A Administração da CAIXA é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas intermediárias, acima referidas, não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da CAIXA em 31 de março de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o período de três meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações contábeis intermediárias acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da CAIXA cuja apresentação não é requerida para fins das práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações contábeis intermediárias, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas intermediárias tomadas em conjunto.

Demonstrações contábeis consolidadas

Essas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas para trimestre findo em 31 de março de 2022, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), estão sendo apresentadas de maneira adicional, conforme faculdade prevista no Art. nº 77 da Resolução CMN nº 4.966, às demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), que até a presente data não foram elaboradas e divulgadas pela CAIXA.

Valores correspondentes

O exame do balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2021 e a revisão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas intermediárias relativas às demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o período de três meses findo em 31 de março de 2021, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria e relatório de revisão sem modificações, datados em 22 de fevereiro de 2022 e em 10 de maio de 2021, respectivamente.

Brasília, 09 de maio de 2022

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Parecer do Conselho Fiscal

Conselho Fiscal

#PUBLICO

Parecer nº 050 – Ata nº 833, de 10/05/2022**Assunto: Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas e o acompanhamento da Execução Orçamentária da CAIXA, referentes ao 1º trimestre de 2022.**

O Conselho Fiscal da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto no Artigo 67, incisos II e V, do Estatuto Social da Empresa, **examinou** as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas e o acompanhamento da Execução Orçamentária da CAIXA, referentes ao 1º trimestre de 2022, aprovadas pela Resolução do Conselho de Administração nº 1195/2022, da Ata nº 750, de 09/05/2022, e, tomando por base a manifestação da KPMG Auditores Independentes e o Parecer nº 047/2022, da Ata nº 381, do Comitê de Auditoria, de 05/05/2022, bem como os subsídios obtidos durante a reunião, emite **opinamento favorável** às referidas Demonstrações Contábeis. Observado o exposto, o Colegiado **não identificou óbices** à divulgação das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas referentes aos meses de janeiro a março de 2022.

Brasília, 10 de maio de 2022.

MARIANGELA FIALEK
TitularWALDEIR MACHADO DA SILVA
TitularITANIELSON DANTAS SILVEIRA CRUZ
Presidente